

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MARCOS VINICIUS MOURA SILVA

OS CHINAS “INVADIRAM A PRAIA”:
Uma etnografia da Feira Hippie de Ipanema (Rio de Janeiro-Brasil)

Niterói

Setembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MARCOS VINÍCIUS MOURA SILVA

OS CHINAS “INVADIRAM A PRAIA”:
Uma etnografia da Feira Hippie de Ipanema (Rio de Janeiro-Brasil)

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia
da Universidade Federal Fluminense, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Antropologia

Linha de Pesquisa da orientadora: Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos
Sociais

Projetos da orientadora: As cidades, seus problemas e seus públicos: mobilizações
coletivas, territorialidades e políticas públicas de administração institucional de
conflitos.

Banca Examinadora:

Prof.^a Orientadora – Dr.^a Ana Paula Mendes de Miranda

Universidade Federal Fluminense

Prof.^o Dr.^o LÊNIN PIRES

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a KÁTIA SENTO-SÉ MELLO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos expositores da Feira Hippie de Ipanema, que com suas conversas me mantiveram sempre motivado, e sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho.

RESUMO

A pesquisa apresenta uma etnografia da Feira Hippie de Ipanema, onde a partir da vivência entre seus expositores e clientes foi possível perceber as principais questões relacionadas à comercialização de suas mercadorias e ao funcionamento deste mercado. Observar as relações estabelecidas entre expositores, agentes do Estado e seguranças do “Apoio”, contribuiu para perceber como as mercadorias que são comercializadas na Feira chegam às bancas, e como os fluxos inerentes a feiras e mercados ocorrem neste espaço. Compreender como as mercadorias *made in China* chegam a uma feira destinada somente a produtos artesanais e artísticos, foi um dos elementos desta dissertação, já que o fluxo de mercadorias é considerado como inerente ao tipo de negócio observado. Neste caso, a mercadoria que mais se destacou neste mercado durante o período da pesquisa foram as “Chinas”. O que por sua vez contribuiu para entendermos como as “mercadorias políticas” se desenvolvem e se estabelecem para possibilitar a entrada destas mercadorias.

Palavras-chaves: Espaço público, China, lugar, troca e feira.

ABSTRACT

The research presents an ethnography of the Ipanema Hippie Fair, where from the living experience among its exhibitors and customers the main issues related to the marketing of their goods and the functioning of this market could be understood. The observation of relationships established between exhibitors, agents of the State and private security agents helped to understand how the goods which are sold at the fair arrives on stands and how the fluxes inherent to markets and fairs take place in this fair. The understanding of how goods made in China arrive in a fair aimed only for artisanal and artistic products was one of the elements of this thesis, since the flow of goods is considered inherent to the type of business which was studied. The goods that were more popular in this market during the survey period were the "Chinas". This in turn contributed to understand how "political goods" are developed and established to enable the entry of the goods.

Keywords: Public space, China, place, trade and fair.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é resultado apenas de um esforço individual. Ele nasce de significativas contribuições que recolhi durante minha trajetória profissional, acadêmica e como cidadão, ao lidar com pessoas e instituições que foram fundamentais a essa construção.

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora Prof. Ana Paula Miranda, que ao longo de 9 anos vem contribuindo com minha formação acadêmica e profissional. Neste período muitas coisas aconteceram, seja no campo pessoal quanto acadêmico, em todos os momentos pude contar com sua palavra e seu direcionamento, por mais que muitas vezes eu não os seguisse. Agradeço pela paciência e pela dedicação que coloca em todas as suas atividades, sempre prezando pela qualidade e competência.

Agradeço aos meus pais, que por mais que não imaginem o que seja antropologia me apoiaram em alguns momentos.

Aos meus amigos de infância, com quem convivo até hoje: Lorena, Marcela, Renata, Piero e Samya. Tenho muito a agradecer pelo companheirismo e apoio que me deram em praticamente todos os momentos da minha vida. Sem a ajuda de vocês certamente eu não teria conseguido.

Na UFF foram muitos os amigos, mas agradeço especialmente ao Boris, Joelma, Rosiane, Talitha, Robertinha, Roberta, Vinícius, Vítor, Bruno, Letícia, Daniel e Marina pelo convívio e aprendizado que pude ter com todos vocês. Novamente, sem a ajuda de vocês certamente eu não teria conseguido.

Sou grato a todos os amigos que fiz ao longo de todos os lugares em que trabalhei, são muitas histórias e diferentes experiências que passamos juntos, com muita alegria que eles são sempre lembrados: Eliane Luz, Major Marcus, Prof. Gláucia Mouzinho, Prof. Kátia Mello, Prof. Lana Lage, Prof. Marcela Beraldo, Prof. Vivian, Ana Luiza Azevedo, Andréia Soares, Renato Dirk, João Batista, Adeline Rossete, Joice Campos, Dorian Borges, Regina Trindade, Cristina Buarque de Hollanda, Raquel Willadino, Jailson Souza e Silva, Nathalia Castelo-Branco, Priscila Caudellas, Maria da Penha, Vanessa Cortes, Rafael Medeiros, Thais Duarte, Fernanda Bestetti, Alba Valéria,

Thiago Borba e tantos outros. A Joelma, tenho muito agradecer por ser uma grande companheira de trabalho, é sempre ótimo trabalhar junto.

Agradeço ao Nufep pela possibilidade de vivência em um espaço onde se faz pesquisa de excelência. Em especial ao Prof. Kant e sua equipe administrativa que sempre se mostram abertos e disponíveis a ajudar, são eles: Lucio, Virgina, Sônia e todos os estagiários.

Agradeço também aos pesquisadores Carolina Grilo, Lucia Elbaum, Maria Stella Amorim, Letícia Luna, Brígida Renoldi e Edilson Silva pelos comentários realizados nos congressos e seminários.

Aos amigos do Cinema: Ana Murgel, Cacá Diegues, Carlos Eduardo Valinoti, Flora Diegues, Renata Magalhaes, Mayra e Neide, agradeço pela importância e disponibilidade com a qual manifestaram interesse em ouvir as “histórias da feira”, é muito bom contar com outras maneiras de difundir estas “histórias”.

Ao Tárík Puggina, agradeço pela paciência, sempre demonstrando interesse em ouvir sobre a pesquisa, ainda que fossem só ideias e divagações iniciais. A Adriana Martins sou muito grato pela amizade que se construiu entre nós, pelos debates e trocas de informações que são sempre constantes.

LISTA DE IMAGENS

Fotografia 1 – “Dentro da Praça” – destaque para as telas sobre os painéis

Fotografia 2 – Vista da Praça General Osório entre as ruas Visconde de Pirajá e Prudente de Moraes

Fotografia 3 – Disposição das barracas na Praça General Osório

Figura 4 – Produtos comercializados na “área nobre”: Colares e pulseiras em prata e pedras

Fotografia 5 – Produtos comercializados na “área nobre”: Pufes de couro

Fotografia 6 – Produtos comercializados na “área nobre”: Metais

Fotografia 7- Produtos comercializados – Pulseiras e anéis

Fotografia 8 – Produtos comercializados – Camisas do Brasil

Fotografia 9 – Produtos comercializados – Pufes de Couro

Fotografia 10 – Camiseta com estampa de tigre

Fotografia 11 – Camiseta com estampa de caveira

Fotografia 12 – Barraca de comida baiana

Fotografia 13 – Barraca em situação irregular – destaque para os três tipos de tecido sobre a banca

Fotografia 14 – Imagem de Santa em *cedro* sendo talhada há 20 anos

Fotografia 15 – Vendedor ambulante de salgados

Fotografia 16 – Vendedor ambulante de bebidas

Fotografia 17 – Isopor de salgados embaixo da banca

Fotografia 18 – Produtos Chinas: Camisas e bolsas do Brasil e Coca-Cola

Fotografia 19 – Produtos Chinas: Camisas do Brasil com brilho

Fotografia 20 – Apreensão de mercadorias pelos fiscais

Fotografia 21 – Produtos comercializados em uma barraca alugada: Camisa caveira

Fotografia 22 – Produtos comercializados em uma barraca alugada: Colar de pedras e couro

Fotografia 23 – Produtos “Chinas” de maior destaque: Camisas de malha

Fotografia 24 – Produtos “Chinas” de maior destaque: Bolsas

Fotografia 25 – Pulseiras de semente

Fotografia 26 – Camelô instalado ao lado da cabine policial

Fotografia 27 Nobreza da Feira

Fotografia 28 – Produtos comercializados em uma barraca alugada: Colar de pedras e couro

Fotografia 28– Posto de venda de *chip* telefônico, tecido para mensagens, homenageados no palco e bolo com marca de operadora telefônica

Fotografia 29 – Público presente na festa e o cantor Serguei (em azul)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo I - A FEIRA DE IPANEMA

1.1 A Feira Híppie de Ipanema e suas histórias	13
1.2 Montagem e Desmontagem	17
1.3 O Centro da Praça – A área dos artistas plásticos	19
1.4 O calçadão da Praça	27

Capítulo II - O TRABALHO NA BARRACA E A SEGURANÇA NA FEIRA

2.1 Os donos da barraca	35
2.2 Relações familiares e de amizade	38
2.3 O dia a dia na barraca	40
2.4 A Segurança na Feira Híppie de Ipanema	46

Capítulo III - OS “CHINAS”

O principal produto: as “bolsas da China”	69
3.1 Artista plástico x Artesão: A autenticidade do trabalho	73
3.2 De Artesão à “China” – O <i>standard</i> das liminares	74
3.3 O Vereador e os “Chinas”	77
3.4 “Chinas” na Comissão	79
3.5 Acompanhando a eleição de uma Comissão	81

CONCLUSÃO	86
-----------	----

BIBLIOGRAFIA	92
--------------	----

ANEXOS	97
--------	----

APRESENTAÇÃO

Há 11 anos iniciei minha trajetória nas ciências sociais, neste período foram diferentes experiências de pesquisas e profissionais. Em 2003, tive meu primeiro contato com a metodologia quantitativa, vindo em 2005 iniciar meu estágio como aluno de graduação no Instituto de Segurança Pública, uma autarquia vinculada a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela análise e divulgação das estatísticas criminais.

Na ocasião esta autarquia era gerida pela minha orientadora, Prof.^a Ana Paula Miranda, que pelo fato de ser antropóloga me possibilitou ter as primeiras experiências empíricas com a antropologia. Por mais que o principal objetivo deste instituto fossem as análises quantitativas, o viés antropológico se fazia presente em diversos momentos.

Entretanto, o pouco interesse por parte dos estudantes de ciências sociais pelos números, fez com que rapidamente eu tivesse diferentes experiências de pesquisa na área quantitativa, já que era difícil encontrar assistentes de pesquisa com tais habilidades e interesses. Assim, durante a graduação e posteriormente, quando eu já me estabelecia no mercado de trabalho como profissional estas experiências foram se consolidando e tornando-se cada vez mais comum o trabalho com banco de dados, pesquisas eleitorais e diversas pesquisas de *survey*. Sem que pudesse experimentar outras experiências, que não a quantitativa, oito anos se passaram de trabalho com tabelas, gráficos e números.

Na medida em que fui me consolidando como profissional no mercado de trabalho, ou ainda como um operador da segurança pública, já que eram com dados desta natureza com os quais eu possuía maior proximidade. Intimamente foi amadurecendo a necessidade de novos desafios profissionais, que fossem mais estimulantes e com lógicas operacionais menos repetitivas. Embora, estivesse claro para mim que o trabalho que realizava com os números em nada tinha a ver com o trabalho puramente estatístico, já que por influência de uma antropóloga o que me despertava interesse era perceber a lógica de construção daqueles dados e não os números meramente em si.

Desta maneira comecei a vislumbrar outras possibilidades de pesquisa. Até que no ano de 2009, quando minha orientadora foi aprovada para o concurso de professora adjunta do

departamento de antropologia da Universidade Federal Fluminense, eu em conjunto com outra colega pesquisadora, também com grande experiência quantitativa, começamos a auxiliá-la em uma pesquisa nas Guardas Municipais de São Gonçalo e Rio Bonito. Pesquisa está que por ser desenvolvida no âmbito da universidade e do departamento de antropologia ganhou um forte olhar antropológico. Paralelo a esta pesquisa, em 2010, eu integrei a equipe de monitoramento da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização, onde mais uma vez eu esbarrava com dados quantitativos. Entretanto, a profissional responsável em coordenar a pesquisa era uma antropóloga que por sua vez conferiu a equipe de monitoramento um trabalho antropológico.

A experiência deste monitoramento realizado em diferentes Estados simultaneamente me fez perceber claramente as limitações dos dados quantitativos e o quão potencial eram as informações qualitativas. Caminhar o dia todo com os pesquisadores de campo os observando, gerava uma carga de informações que dificilmente qualquer metodologia quantitativa pudesse absorver. Acredito que tenha sido este o momento em que eu me certificava enquanto pesquisador das potencialidades dos dados qualitativos como ferramenta de informações. O que vinha de encontro com a experiência que se aprofundava na universidade.

No momento de preparação para o mestrado, o fluxo em tentar a seleção para antropologia foi espontâneo. Naquele momento eu deveria optar entre os mestrados em sociologia, ciência política ou antropologia, as limitações das ferramentas metodológicas utilizadas na sociologia e na política, onde eu já havia sido socializado em diferentes experiências de trabalho, reforçaram meu interesse em desejar aprender o máximo de minha compreensão acerca da etnografia.

O tema da segurança pública para mim sempre esteve relacionado aos dados quantitativos, assim querer romper com o viés quantitativo que vinha tendo em minha formação passava também em romper com os estudos nesta área. Durante o curso do mestrado, tive a oportunidade de vivenciar duas experiências com o cinema profissional no Brasil, nestas ocasiões integrando a equipe do cineasta Carlos Diegues, pude realizar duas pesquisas e a direção de unidade de um filme longa metragem. Estas experiências foram motivadoras e diferentes daquilo que vinha vivenciando há quase 10 anos com policiais e gestores públicos.

Na mesma medida que as ciências sociais podem servir a gestão pública e a seus agentes, elas também podem ser úteis a outros espaços e atores e foi isto que a experiência com o cinema me revelou. Além disso, outro fator que contribuiu para aumentar ainda mais meu interesse nestes campos, ainda novos para mim, foi perceber que são espaços onde a homossexualidade não é vista como um problema, como no caso da política/gestão pública, ou entre os policiais onde a maior parte das piadas são homofóbicas e machistas. Ao contrário destas percepções o que me direcionou ao cinema foi a necessidade em ter um pesquisador gay na equipe de um filme, já que a pesquisadora encontrava dificuldades para interagir com travestis, devido a resistências e bloqueios colocados por este grupo.

Assim, foi ficando cada vez mais claro para mim em quais espaços eu me sentia mais a vontade como pessoa e como pesquisador. Ficou evidente, que por mais profissional que eu fosse não seria possível eu esquecer quem eu era nas 8 horas de trabalho e estar disposto a forçar uma socialização que não fosse natural para aqueles grupos.

Desta maneira, naturalmente fui procurando outros campos de pesquisa. Na ocasião minha orientadora desenvolvia uma pesquisa relacionada à intolerância religiosa e acabará de produzir um filme curta metragem sobre o assunto. Como a arte se fazia presente em minha vida profissional naquele momento busquei um campo onde fosse possível estar diretamente perto desta esfera. Assim pesquisar um local onde tivessem artesãos e artistas plásticos supria muitas de minhas necessidades como pessoa e pesquisador. A antropologia me permitiu mudar minha perspectiva de visão de mundo e me redirecionar profissionalmente.

Foi neste momento de vivência pessoal que escrevi esta minha primeira experiência como antropólogo, estou certo que muitos são os problemas que o leitor irá identificar aqui. Mas para mim ficou claro que grande parte destas limitações (muitas delas descritivas), estão intimamente relacionadas aos anos de experiência em descrições curta e pobres ou da necessidade em me anular cada vez mais para ter a entrada que os locais de pesquisa e trabalho necessitavam.

A antropologia provocou em mim uma série de inquietações e a necessidade em buscar novas experiências. Hoje escrevo este texto introdutório, em outro país e com dois meses após ter apresentado este trabalho a banca, estou certo que o trabalho desenvolvido poderia ter sido

superior ao que esta sendo apresentado caso se eu tivesse me permitido a devida entrega que a orientação possibilita e necessita.

INTRODUÇÃO

A entrada no Campo

No fim de setembro de 2012 encontrei casualmente com uma amiga no bairro de Ipanema. Na ocasião eu estava fazendo uma pesquisa quantitativa para um Instituto que ficava localizado naquele bairro. Era fim de tarde quando saí de um prédio comercial e encontrei com a Joana¹, na ocasião ela perguntou o que eu fazia por ali e eu o expliquei que estava fazendo um trabalho *freelancer* em um instituto de pesquisas.

Durante nossa conversa, ela me disse que conhecia os donos da Feira Hype e que eles queriam fazer uma pesquisa sobre o público da feira. Achei a ideia interessante e disse a ela que poderíamos marcar uma reunião, mas que antes eu iria à feira para observar e levantar algumas questões e em seguida poderíamos nos encontrar.

Quando a Joana disse Feira Hype, eu achei que ela estivesse se referindo a Feira Hippie², que acontece em Ipanema. Não prestei atenção à diferença de pronuncia entre “Hippie” e “Hype” e não estranhei também quando ela disse que conhecia os “donos da feira”, o que despertou ainda mais o meu interesse em ir à feira para observar e posteriormente fazer uma reunião com os supostos donos da feira.

No dia 14 de outubro de 2012 fiz minha primeira ida à *Feira Hippie de Ipanema*. Parei em uma barraca onde a expositora era uma senhora que vendia artesanatos de palha (bandejas, porta copos e caixas). Iniciei uma primeira aproximação mostrando interesse pelos produtos que estavam expostos e comecei a fazer algumas perguntas sobre a feira. A conversa foi fluindo até que perguntei como estava o movimento da Feira e ela me disse que a obra do Metrô na Praça

¹ Por questões éticas todos os nomes próprios utilizados neste trabalho foram substituídos, assim como a troca dos sexo.

² Sempre que utilizar a palavra “Feira”, com letra maiúscula, estarei me referindo a Feira Hippie de Ipanema.

General Osório levou cerca de três anos, e que a construção da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela do “Cantagalo” gerou um grande impacto na redondeza, provocando uma grande dispersão dos feirantes e agora eles estavam retornando para o local. Além disso, ela me disse que hoje os produtos da “China” estavam invadindo a feira, que era difícil competir com eles. Mais à frente parei em outra barraca, na qual eram vendidos colares feitos com pedras semipreciosas. Iniciei uma conversa com o expositor que relatou que trabalhava ali há dezenove anos, perguntei a ele como era o processo para trabalhar na feira e ele me explicou que existia um concurso realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Centro de Artes Calouste Gulbenkian³, no qual o candidato deveria mostrar habilidades artísticas e criar uma peça, em seu caso ele me disse que fez um colar com pedras azuis e detalhes dourados. Indagado se exercia outra atividade econômica além daquela, ele me disse que trabalhava em outra feira, que ficava viajando a semana toda, mas gostava do que fazia, e já havia sido aprovado em dois concursos públicos, porém os recusou. No fim de nossa conversa, ocasionada por uma possível freguesa que se aproximava da barraca, ele me disse que a licença que ele trabalhava não era dele, mas sim do seu tio, não perguntei como era a parceria de trabalho entre os dois, mas percebi que se tratava de uma questão que deveria ser pesquisada mais adiante.

Neste mesmo dia, continuei andando pela Feira, tentando observar produtos “China”, já que isto havia sido uma questão levantada pela primeira expositora. Busquei identificar produtos com aspectos daqueles que eram vendidos no comércio popular do Saara, no centro do Rio, já que nesta feira os produtos são em grande parte vindos da China e reconhecidos como mercadorias *made in China*, que são popularmente conhecidos pela baixa qualidade e pouca durabilidade. O que vi de diferente dos trabalhos "manuais/ artesanais" eram trabalhos feitos em série (camisetas estampadas com fotografia, desenhos impressos, bolsas e cintos) o que para mim colocava em questão o que seria artístico ou artesanal, a partir da minha concepção do que é artístico, já que este era um dos critérios utilizados no concurso de seleção.

³ O Centro de Artes Calouste Gulbenkian foi criado em 11 de março de 1971, na Praça Onze, e recebe o nome de Calouste Gulbenkian em homenagem à instituição cultural portuguesa sediada em Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian. A origem do Centro Calouste está ligada à necessidade de formar professores de Artesanato para atender às Escolas da Rede Oficial do antigo Estado da Guanabara. Em 1975, com a fusão entre os dois Estados, Guanabara e Rio de Janeiro, o Centro Calouste passou a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Já era tarde quando saí da Feira, quase todas as barracas já haviam sido desmontadas, mas fiquei intrigado sobre como era o processo de entrada e permanência dos vendedores de produtos “China”, já que havia um concurso que dizia quem era artesão e /ou artista plástico.

Nesta primeira visita exploratória ficou claro para mim que havia uma oposição entre a imagem construída sobre a Feira, a partir de seu *site*⁴ como sendo a “maior galeria de artes e artesanato do mundo, ao ar livre” e os objetos que foram observados sobre as bancas. O que contribuiu para despertar minha curiosidade para voltar e prosseguir com a pesquisa.

Na semana seguinte, liguei para minha amiga, Joana, e disse que havia ido à *Feira Hippie*, onde observei algumas questões interessantes, no entanto, ela não compreendeu quando eu disse Feira Hippie. Expliquei que havia ido à Feira Hippie *de Ipanema*, localizada na Praça General Osório. Após ouvir o relato sobre minha ida a Feira, ela disse que não era sobre esta feira que ele havia falado, mas sim sobre a *Babilônia Feira Hype*⁵, que acontecia no Jockey Clube do Rio de Janeiro.

Nas posteriores idas ao campo um dos expositores me disse que a Feira Hype quis imitar o nome da feira “deles” para enganar os clientes e assim as pessoas irem para a outra feira. Não importa se isso é verdade ou não, o fato é que, no meu caso, enganou o pesquisador.

Nesta primeira visita exploratória a feira foi possível perceber que estava diante um mercado, que vendia artesanatos e sobretudo produtos manufaturados, conhecido entre os expositores como os produtos “China”.

Em 1960 os primeiros chineses começam a chegar ao Rio e estabelecem seus primeiros comércios, no entanto somente a partir da década de 1990 essa presença foi considerada significativa, sendo considerada por outros comerciantes como uma espécie de “invasão”. Com eles chegaram também não só novas mercadorias como novas práticas econômicas e comerciais. Grande parte vinha de São Paulo, onde o comércio de produtos para presentes e itens de papelaria, além do ramo de confecções, encontrava-se saturado.

⁴ <http://www.feirahippieipanema.com>

⁵De acordo com o site a “Feira Hype” é “uma curadoria dos melhores talentos da Economia Criativa, com empreendedores das áreas de Moda, Arte, Design, Artesanato, Decoração e Gastronomia, e desde 1996, tem sido o ponto de partida de mais de 4 mil novas marcas e 300 empresas implantadas. Em 2011 a Feira completou 15 anos de história e voltou repaginada ao Jockey Club do Rio”. Data de Acesso: 15/03/2013.

Como destacou Cunha (2006) em sua pesquisa entre os comerciantes da região do SAARA, mostrando como eles fizeram para se estabelecer naquela região que era, sobretudo, um importante mercado do centro da cidade. A chegada dos chineses gerou uma série de conflitos e disputas, as profundas diferenças culturais criaram impactos profundos no comércio local. Para os comerciantes já estabelecidos isso significou uma espécie de drama social (Turner, 1957). Neste período a economia brasileira passava por forte recessão, as novas mercadorias e os preços cobrados pelos chineses fizeram com que muitos comerciantes da região vendessem suas lojas a eles, que pagavam quase sempre a vista.

Entre as novidades trazidas pelos chineses estavam as lojas de R\$ 1,99, causando impacto no mercado local que considerava a prática uma concorrência desleal. Seu modelo empresarial, embora também seja o de empresas familiares, organiza-se a partir de redes de solidariedade e fomentação financeira. Esse modelo econômico permitiu que os chineses chegassem ao Saara com financiamento, mão-de-obra e uma estrutura empresarial de extrema produtividade (Cunha, 2006).

Pesquisando em uma feira

Uma feira é um evento em um local público em que as pessoas, em dias e épocas predeterminados, expõem e vendem mercadorias. No Rio de Janeiro, há registros de feiras desde a época colonial. Uma grande variedade de produtos que chegavam de navio era comercializada informalmente na Praça XV. Somente em 1711, o Marquês do Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil, oficializou as feiras nas ruas da cidade. Em 1904, o prefeito Pereira Passos, com o objetivo de exercer um maior controle sobre a atividade comercial no Rio de Janeiro, editou um decreto que autorizava as feiras a funcionar aos sábados, domingos e feriados. Em 1916, os feirantes passaram a trabalhar também durante os dias da semana (Gonçalves, 2007).

A partir do decreto nº 25491 de 22 de junho de 2005, o então Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, considerando a necessidade de ordenar o funcionamento das feiras na cidade cria as Feiras Especiais de Arte - Feirartes, onde devem ser comercializados produtos de natureza artística e artesanal, diferente das feiras que comercializam alimentos e produtos de outra natureza. Para os expositores trabalharem em feiras desta natureza necessitam da aprovação do

Centro de Artes Calouste Gulbenkian⁶, onde a partir de uma prova o candidato deve comprovar a habilidade em até duas técnicas artesanais e/ou artísticas.

Estudar e observar as relações que se estabelecem no espaço de uma feira, é, sobretudo, observar um ambiente privilegiado de interações sociais e troca de informações, é, portanto, um espaço de construção de valores, identidades e de sociabilidade. Estes são alguns dos pontos que ficam demonstrados na pesquisa realizada por Loretto (2010) na *Feira de Antiguidades da Praça XV*, na qual buscou demonstrar o processo de valoração de objetos e a maneira pela qual a feira está organizada a partir dos discursos e das práticas daqueles que participam das trocas econômicas e simbólicas daquele mercado.

Como em qualquer feirarte, a Feira Hippie de Ipanema descreve a diversidade de mercadorias oferecidas, os inusitados tipos de clientes e seus diversos interesses, o frenesi das barganhas, o apelo dos feirantes e intenso tráfego de transeuntes, que no caso da *Feira da Praça XV* embarcam e desembarcam na estação das barcas e na Feira Hippie na estação do metrô, denotam aspectos claros da existência de um mercado, que é compreendido aqui como um local no qual agentes econômicos procedem à troca de bens por uma unidade monetária ou por outros bens. Os mercados tendem a equilibrar-se pela lei da oferta e da procura. Existem tanto mercados genéricos como especializados, onde apenas uma mercadoria é trocada. Os mercados funcionam ao agrupar muitos vendedores interessados e ao facilitar que os compradores potenciais os encontrem. Uma economia que depende, sobretudo das interações entre compradores e vendedores.

Esta descrição, ainda bastante genérica, poderia ser aplicada a muitos mercados de rua, até mesmo a uma feira de produtos alimentícios como verduras e legumes, que em tese, possuiria

6 Decreto nº 25.491 de 22 de Junho de 2005

Art. 3º Os candidatos a expositores das Feirartes deverão ser avaliados, mediante prova prática, pela Comissão de Avaliação das Feirartes, em processo seletivo aberto a todo interessado e convocado por Edital publicado no Diário Oficial do Município.

§ 1º As inscrições para o processo seletivo a que se refere o caput deste artigo serão abertas a critério da Coordenação de Administração das Feirartes, de acordo com a disponibilidade de vagas em cada uma delas.

§ 2º O Edital do processo seletivo poderá deixar de contemplar vagas para as técnicas que possuem mais de quinze por cento do total de expositores previstos para cada Feirarte.

as mesmas características. Contudo, ao observarmos mais atentamente os produtos e as relações que se estabelecem em torno deles perceberemos que é isto que difere cada uma das “feiras”.

Neste sentido, é importante destacar que o conceito de “mercadoria” traz consigo uma lógica de mercado, tal como analisada por Karl Marx em 1867. A maneira como se atribui valor a mercadoria leva em consideração fatores (materiais e “substâncias”) que são típicos daquele produto, além do tempo de trabalho gasto para sua produção. Sendo a mercadoria composta por valor de uso e valor de troca, ela tem a propriedade de satisfazer as necessidades humanas e, por ser útil, tem um valor de uso que se realiza e se efetiva no consumo. Distintas mercadorias podem ter valores diferentes e, para que seus possíveis consumidores realizem entre si os intercâmbios que pretendem, é preciso haver um meio de quantificar tais valores, que variam segundo o lugar e a época, a disponibilidade de materiais, as técnicas para obtê-los e transformá-los.

A compreensão marxista da produção indica que o mercado não é dedicado somente à reprodução dos produtores, mas também à das relações sociais em que esta se processa. Sendo isto um dos princípios intrínsecos à obra de Marx, como pode ser observado por meio da seguinte passagem de *A ideologia alemã*: “Esse modo de produção não deve ser considerado como mera reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, antes, um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestarem a sua vida, um modo de vida determinado.” (Marx e Engels, 1987, p.45). Assim, foi Marx quem ensinou que os homens nunca produzem em termos absolutos, isto é, como seres biológicos num universo de necessidade física: eles produzem objetos para sujeitos sociais determinados, no curso da reprodução de sujeitos pelos objetos sociais (Marshall Sahlins, 1979).

Além disto, Marx também demonstrou que toda produção, mesmo quando regida pela forma-mercadoria e pelo valor de troca, continua a ser uma produção de valores de uso. Sem o consumo, o objeto não se completa como produto: uma casa que permaneça desocupada não é uma casa. No entanto, o valor de uso não pode ser especificamente entendido no nível natural das “necessidades” e “carências” – exatamente por que os homens não fazem apenas produzir “moradias” ou “abrigos”: eles produzem habitações de tipos definidos, como a cabana do camponês ou o castelo do nobre. Essa determinação dos valores de uso, de um determinado

tipo de casa como um determinado tipo de lar, representa um processo contínuo da vida social. (Marshall Sahlins, 1979)

No caso da *Feira da Praça XV* nos salta aos olhos uma infinidade de objetos antigos, onde os valores são colocados de acordo com a procedência da peça. Loretto destaca que é comum ouvir expressões do tipo: a) “*A pessoa que me vendeu essa peça disse que pertencia a sua bisavó*”, b) “*Comprei isso de um colecionador*”, ou ainda, c) “*Um amigo deixou para venda consignada*”.

Nas três situações indicadas acima os expositores buscam a valorização do objeto. No primeiro caso, o fator “antiguidade” da peça é ressaltado, por tratar-se de algo que pertencia à bisavó daquele que o teria passado adiante. A segunda afirmativa procura legitimar o valor da mercadoria através do fator “coleção”. E, o último exemplo sugere que o expositor procura ajudar alguém. Apesar de qualquer venda por consignação garantir uma porcentagem do lucro ao expositor, o que tal negociação sugere, em parte, é que alguém, que não seja expositor na feira, necessitando de dinheiro, busque desfazer-se de seu objeto pessoal através de um expositor.

Quando observamos os elementos que valorizam os produtos na Feira Hippie, percebemos que são distintos daqueles descritos por Loretto. Na Feira Hippie se busca dar valor ao produto alegando a exclusividade da peça – podendo existir semelhantes, mas nunca idênticas – o tempo gasto na produção e a experiência do artesão na técnica desenvolvida, o que são pontos importantes para o mercado.

A relação que o expositor estabelece com a mercadoria produzida e os atributos que ele utiliza para dar valor às mercadorias é o que gera a especificidade deste mercado e nos permite perceber as diferenças que existem em cada tipo de feira.

No entanto, a natureza do produto precisa ser garantida pelo expositor, novamente, cada feira utiliza os argumentos que forcem a autenticidade da mercadoria, demonstrando ser um elemento considerado importante, fundamental para o mercado. No caso da Feira da Praça XV pode pairar a dúvida e desconfiança sobre a origem de uma mercadoria que esteja sendo revendida. Se uma louça for vendida como “porcelana” e mais a frente o cliente descobre se tratar de outro material, ele pode retornar a feira e acusar o expositor de vender mercadorias

falsificadas ou de vender mercadoria ilegal, o expositor pode responsabilizar o leiloeiro e ainda mostrar a nota do leilão. Por outro lado, o expositor, geralmente, não emite qualquer tipo de nota.

No caso da Feira Hippie a natureza do produto é verificada segundo critérios utilizados por Fiscais da Secretaria de Fazenda da Prefeitura, que realizam constantes fiscalizações buscando apreender mercadorias que não sejam de produção manual, que é a maneira como os fiscais compreendem o que é, ou não, artesanato. Aos clientes, os expositores sempre dizem que os produtos vendidos são todos de origem artesanal, por mais que seja visível que se trate de um produto manufaturado. Nesta “feira” há um “espaço” que permite a possibilidade da mercadoria não ser original, diferente da Feira da Praça XV, que por ser uma feira com foco em mercadorias antigas e raras, o expositor se vê obrigado a mostrar algum tipo de documento, neste caso, notas fiscais, que comprovem a procedência e originalidade da peça.

Neste sentido, se fez imprescindível a etnografia da organização da feira e de seu cotidiano, para perceber os diferentes produtos que integram este mercado, que tem como topo de sua pirâmide os artesanatos e produtos artísticos.

A partir do trabalho desenvolvido por Loretto (2010) foi possível notar o esforço da administração pública pelo controle dos usos dos espaços urbanos e como a dinâmica do mercado se revela extremamente capaz de subverter as regras impostas pelo Estado.

Na Feira Hippie o espaço urbano já está previamente definido, a Praça General Osório. Os expositores não ultrapassam os limites da praça, há alguns vendedores ambulantes que tentam aproveitar a movimentação nos dias de domingo para vender nas ruas próximas, mas são retirados pela Guarda Municipal. Um dos desafios encontrados pelo Estado reside em garantir que sejam comercializados somente produtos artesanais. Entretanto, existem diferentes mecanismos neste mercado que permitem a entrada de produtos não artesanais, ou como os próprios feirantes definem os produtos “China”. Identificar e perceber quais são as estratégias de entrada destes produtos foram pontos observados no decorrer desta pesquisa.

Considerando a praça como um espaço de uso comum de todos, utilizarei o conceito de espaço público para defini-la e com isso buscar compreender como ocorre o uso deste espaço pelos expositores, clientes e agentes públicos (polícia, guardas e fiscais). Haja vista que é neste

espaço que se desenvolvem atividades coletivas com convívio e trocas entre os grupos diversos que compõem a feira (Mello e Vogel, 1985).

Levando em consideração que o espaço público contempla uma diversidade de atores sociais, e nele as diferenças e desigualdade se explicitam em função da multiplicidade de seus usuários e diferentes formas de ocupação, essas formas de uso são marcadas pela existência de normas formais e informais revelando uma série de conflitos que podem existir naquele espaço.

Assim, a “feira” é um lugar marcado por inúmeros conflitos, o que a torna interessante de ser observada, já que estes podem explicitar uma série de relações existentes no grupo e indicar as alternativas encontradas para mediá-los.

Inicialmente, o principal interesse desta pesquisa era observar a relação existente entre os expositores e os agentes que representavam o poder público naquele espaço, esperando assim, observar como estes atores mediavam estes conflitos. No entanto, com o decorrer do trabalho de campo, como era de se esperar, novas questões surgiram e, com isso, ocorreram mudanças sobre o objeto central da pesquisa, que passou a ser uma etnografia da feira e dos principais integrantes e grupos que dividem aquele espaço.

Conflitos foram observados, assim como uma grande quantidade de produtos manufaturados sobre as “bancas artesanais, o que futuramente se revelou como um dos sinalizadores de muitos dos conflitos que se explicitam no espaço. Compreender as relações que eram travadas a partir das mercadorias –*mande in China* – comercializadas tornou-se o principal objeto da pesquisa, estudar o mercado que se estabelece a partir de suas mercadorias e integrantes. Esta observação possibilitou perceber o funcionamento de uma rede de pessoas e serviços que se estruturam e se estabelecem para permitir a entrada de mercadorias *mande in China* no espaço da Feira Hippie. A pesquisa contribui com outras pesquisas na área (Pires, 2011; Pinheiro-Machado, 2008, Cunha, 2005), que buscam mostrar as diferentes lógicas existentes em comercialização de mercadorias em feiras e espaços públicos.

Metodologia

A etnografia foi a principal metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa, já que permite a observação das práticas dos agentes e a dimensão subjetiva de suas ações (Miranda,

Paes e Oliveira, 2008). Como método utilizado por excelência na antropologia, a etnografia contribui para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade (Magnani, 2002). Partindo da vivência das práticas de outros atores, é possível introduzir outros pontos de vista sobre a questão observada, que ultrapassem uma análise pautada em uma decisão do que é certo ou errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente ou não.

Como estratégia de trabalho de campo em agosto de 2012, iniciei a pesquisa na *Feira Hippie de Ipanema*. Nas primeiras idas eu não tinha uma estratégia específica, chegava à praça e me via perdido em meio a tantas barracas, não sabia qual seria a melhor maneira de me aproximar dos feirantes e não sabia ao certo com quem poderia estabelecer os primeiros contatos.

A partir de uma estratégia de observação flutuante (Pétonnet, 2008), comecei a frequentar a feira até tornar-me conhecido de algumas daquelas pessoas. Fui me aproximando dos que mais simpatizava e que se mostravam mais à vontade para conversar comigo, assim, comecei a restringir meu contato a certo número de expositores. Sempre que chegava a feira me dirigia à barraca de cada um deles e conversa um pouco, fiz isso com a Dona Maria, com o Antônio, com o Dário, com o Laerte e o Ernesto. Domingo a domingo fui ganhando a confiança e tendo mais abertura para perguntar sobre diferentes questões e entrar um pouco no universo de cada um deles.

Durante a pesquisa tive a oportunidade de trabalhar por, aproximadamente, três meses como ajudante de artesão em uma barraca de santos de madeira e gesso. Esta experiência me obrigou a experimentar, a vivência como um expositor. Na barraca, assumi a função de limpar a mercadoria, esticar a lona, vender e trocar dinheiro. Passei a dividir o trabalho na barraca com o deslocamento pela feira para observar o movimento e conversar com alguns expositores.

Inicialmente foi interessante perceber que apesar do nome do evento que ocorre naquela praça todos os domingos ser “feira”, as pessoas que nela trabalham não são chamadas de “feirantes”, mas sim de expositores. A diferença está no fato de “feirante” se remeter a feira de legumes e verduras e “expositores” a feiras que possuam como principal mercadoria artesanatos e trabalhos artísticos. Neste caso, diferente de outras feiras já estudadas, esta se refere a uma feira sem feirantes.

Os dados aqui descritos e analisados levam em consideração o sentido que eles mesmos atribuem às coisas e aos fatos de sua vida cotidiana. Como o próprio autor ressalta, “vemos as relações sociais incorporando e sendo incorporadas em formas simbólicas que lhes dão estrutura, e nossa preocupação é identificar tais formas e traçar seu impacto”. (Geertz, C. et alli. 1979, p: 6).

Este trabalho está organizado em três capítulos. O capítulo I apresenta a Feira Hippie de Ipanema, a organização das barracas na Praça General Osório e seu funcionamento. Descrevo neste capítulo os principais aspectos da feira que vão desde a montagem de toda sua estrutura as relações entre artesãos e artistas plásticos, identificando os espaços ocupados por cada grupo no interior da praça busco trazer ao leitor uma descrição de sua estrutura social.

O capítulo II aborda o dia a dia dos expositores, as relações estabelecidas entre estes e a experiência antropológica de trabalhar em uma barraca, onde analiso, ainda, a relação entre os expositores e o serviço de “Apoio”, além de descrever como os agentes da segurança pública se relacionam com os integrantes da feira. Trabalhar em uma barraca foi uma das alternativas encontradas para estar mais próximo dos expositores, podendo com isto observar suas relações com os clientes, mercadorias e dinâmica que envolve todo trabalho de produção e comercialização.

O capítulo III discorre acerca dos produtos *made in China*, das relações políticas, da eleição para comissão de representantes e da festa de comemoração dos 45 anos da Feira Hippie. Mostrando com isso como os demais expositores percebem a entrada destes produtos na feira e quais as principais estratégias utilizadas para sua comercialização.

Por fim, a conclusão indica a maneira como os expositores lidam com os problemas apontados como relevantes e quais estratégias utilizam para lidar com estas questões. A partir da descrição realizada procuro indicar ao leitor como diferentes mercadorias (artesanal e manufaturada) dividem o mesmo espaço sobre o tabuleiro e quais as estratégias construídas para que isso seja possível. Desta maneira, busco recuperar os principais pontos levantados ao longo dos três capítulos, remetendo-nos a uma reflexão sobre a entrada e venda de diferentes produtos naquele espaço.

A FEIRA HIPPIE DE IPANEMA

1.1 Feira Hippie de Ipanema e suas histórias

A Feira Hippie de Ipanema é uma feira de artesanato e artes plásticas, ou seja, apresenta para venda produtos manuais e trabalhos realizados a partir de técnicas artísticas⁷, realizada aos domingos, de 8 às 20 horas, na Praça General Osório, no bairro de Ipanema na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Fundada no final dos anos 60, em pleno regime militar, a feira situa-se, desde seu início, em uma área nobre da cidade.

Localizada próxima ao Arpoador e com uma estação de metrô construída recentemente em uma das laterais da praça, a Feira se tornou, ao longo dos seus 45 anos, mais do que um espaço para venda de produtos, mas também um atrativo turístico da cidade do Rio de Janeiro, podendo ser vista nos mapas da cidade como um ponto de referência, ao lado do Cristo Redentor, Corcovado, Jardim Botânico.

Ao longo do trabalho de campo, diversas conversas informais foram realizadas com expositores para tentar compreender o possível início da feira nos anos 60. A tentativa em resgatar as histórias que envolvem a feira revelou que as mesmas podem ter diversas fontes, dependendo sempre de quem fala, em que ano este expositor entrou na feira ou, ainda, a que “grupo político” pertence ou simpatiza.

Na pesquisa desenvolvida por Frade (1994) encontraremos os primeiros documentos que narram os anos iniciais da Feira. De um lado, estaria o movimento artístico de vanguarda, vinculado aos artistas ligados ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM); do outro estaria o movimento hippie⁸, que trazia um grande número de pessoas que chegava ao Rio vindo

⁷ Técnica da xilogravura, pintura sobre tela, esculpir, dentre outras técnicas.

⁸ O Brasil passou pelos reflexos da cultura hippie norte-americana, onde na década de 1960, a cultura jovem dos Estados Unidos (EUA) ganhou uma visível repercussão por meio de diferentes manifestações políticas e artísticas. Em várias situações, vemos que a sociedade de consumo é alvo do protesto de jovens estudantes engajados. Um pouco antes desse período, o movimento *beatnik*, nos EUA, já trilhava uma série de críticas que ia contra os padrões da sociedade industrial. Logo em seguida, os hippies apareciam como defensores de um modelo de vida alternativo. Em muitas situações, os jovens atrelados a esse movimento criticavam os padrões morais de um tempo em que as guerras ceifavam a vida de milhares de inocentes. Não por acaso, o pacifismo do movimento hippie comungava com

de diversos Estados brasileiros e demais países da América do Sul, em especial da Argentina (Eichler e Menezes, 2008).

Ligando o aparecimento da Feira a um movimento de vanguarda artística nos anos 60, alguns expositores com quem pude conversar afirmam que a Feira teria surgido “despretensiosamente” entre um grupo de frequentadores do Bar Jangadeiros, que ficava localizado na Rua Visconde de Pirajá, próximo a Praça General Osório, no ano de 1968, a partir de uma conversa entre alguns destes frequentadores. Ali um grupo de frequentadores deste bar procurava uma maneira de conseguir algum dinheiro para o chope, até que partiu de um senhor conhecido entre os expositores como João Melo⁹ a seguinte ideia: *Se pendurássemos uns quadros naquelas barracas em frente ao bar?*. De lá para cá muitos quadros foram pendurados e a Feira conta hoje com mais de 700 expositores.

Nos primeiros anos da Feira somente pintores e desenhistas participavam, muitos artesãos foram expulsos da Praça, até que alguns, chamados de hippies, começaram a se juntar e expor suas mercadorias sobre cangas. Segundo alguns expositores, a proposta inicial dos trabalhos que seriam expostos na praça não incluía o trabalho dos artesãos, somente dos expositores.

a defesa de uma nova sociedade, de outros padrões que pudessem alcançar uma sonhada harmonia de grande amplitude. Apesar de visivelmente pretensiosos, muitos jovens saíram do conforto do seu lar para viverem em sociedades dotadas de outros valores e anseios. O interesse em conhecer e defender outros padrões de vida e comportamento acabou propiciando o desenvolvimento de toda uma cultura de forte expressão nos anos de 1960. Grandes ícones da “folk song” e do “rock’n’roll” norte-americano escreviam letras que abordavam os valores e situações de interesse dos hippies. Não se limitando a esse nicho específico, muitas dessas manifestações artísticas foram propagadas via indústria cultural para a população jovem de outros países. A popularização desses valores acabou atingindo o Brasil e, em pouco tempo, poderíamos observar a presença de jovens e artistas que também buscaram se debandar dos padrões da época. (Souza, 2008).

1 João Melo foi um dos fundadores da Banda de Ipanema e da Feira Hippie. Tornou-se uma lenda do Bairro de Ipanema nos anos 1960. O apelido surgiu após promover um churrasco para 50 amigos em seu apartamento. Na falta de panelas, colocou as carnes de molho em bidês. De tão popular, o "sobrenome" passou a ser impresso até em seus talões de cheque, diziam que ele estava em todos os bares do bairro. Sempre usando uma bolsa, e, geralmente, na companhia de um ratinho branco. Entre um chope e outro, atuava em peças de teatro e filmes. Era artista plástico de talento. Mas, quando perguntavam sua profissão, respondia com pesar: "Não sou músico." Escrevia ainda roteiros para TV e colaborava com o Pasquim. Em 1977, após escrever uma carta em que dizia estar "louco, irremediavelmente louco", deu um tiro no céu da boca. Não morreu. Pediu ajuda ao vizinho, foi tranquilamente ao táxi e ainda brincou com conhecidos no caminho. Mas, nove dias depois, Ipanema perdia um dos ícones do tempo em que o bairro "era só felicidade"

Após esta fase inicial, houve um momento – que os expositores chamam de “a invasão dos hippies”, como sendo a época em que muitos artesãos concentraram-se na Feira.

Na Praça General Osório, um número pequeno ainda começa a expor seus trabalhos. Os artistas são, na maioria, de outros estados. Um grupo de 25 estrangeiros... alguns deles procuram juntar dinheiro para continuar suas viagens.

(Reportagem do Jornal do Brasil 28/5/ 1969)

De acordo com depoimento de um expositor, a cultura hippie chegou à Praça principalmente com a vinda de artesãos argentinos. Alguns expositores que tive contato se referem a esta época como sendo “os bons tempos em que a feira lançava moda”, como também apareceu nas falas dos expositores entrevistados por Eichler e Menezes em sua pesquisa, em 2008:

A feira nasceu no final dos anos 60 e início dos anos 70 como uma aglomeração contínua. O público no início era formado só por cariocas. Havia muitos artesãos fazendo bijuterias de amarração de corda. No início tinha muito argentino e eles já possuíam sangue de artesãos. O surgimento da feira foi calcado no Movimento Hippie. Tinham as pessoas que no início vendiam seus artesanatos na praia e vinham à tardinha aqui para a Praça para se reunir, fumar um baseado e dormir por aqui mesmo, até porque aqui em Ipanema só moravam os ricos. Os que trabalhavam aqui não eram ricos, por isso eram reprimidos. Como os moradores do bairro tinham dinheiro e influência, não precisavam matar, era só chamar a polícia.

(Eichler e Menezes, 2008).

Como era comum fumar maconha na Praça a polícia realizou uma série de operações para coibir o uso da droga. Neste período muitos artesãos foram presos, alguns acusados de crime de vadiagem, entre os expositores mais antigos há o Divanilson (70 anos) que foi preso 28 vezes neste período. Casos como o dele provocou uma mobilização entre os demais pela criação de uma “Feirarte”, já que muitos artesãos eram presos ou perseguidos pela polícia. A criação de um

espaço garantido por lei para comercialização de suas mercadorias foi importante para por fim as eventuais prisões que ocorriam na época.

Se nos primeiros anos da feira a relação com o poder público era marcada por uma grande tensão, onde a polícia tentava reprimir os hippies e artesãos levando a maioria para delegacia, ao longo dos anos esta tensão foi substituída por uma série de acordos e relações de poder construídas entre expositores e agentes do poder público, presentes naquele espaço, tornando a relação menos agressiva e mais cordial frente às discordâncias do que é ilegal e formal.

Com o passar dos anos a concepção da Feira mudou a visão que os expositores também possuem dela. Durante uma conversa perguntei a dois expositores como percebem a Feira nos dias atuais. Dona Luíza, artesã de roupas de couro me diz:

Para mim, a Feira virou um grande “Camelódromo” [comércio popular localizado no centro do Rio de Janeiro], somos tratados como verdadeiros vendedores de legumes.

(Dona Luíza, 70 anos, trabalha há 31 anos na Feira).

É interessante perceber a contradição presente na fala da Dona Luíza, pois se a Feira Hippie tornou-se um *camelódromo*, como ela afirma, eles deveriam ser tratados como vendedores de diversas outras mercadorias que não legumes e verduras. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que, embora alguns expositores assumam que a feira seja um “camelódromo”, a *mercadoria* comercializada sempre será um artesanato. A Dona Luíza nunca se incluiria em uma fala onde a retratasse como vendedora de produtos “Chinas”, entretanto, assim como ela usou outro termo para se referir à Feira, ela também utilizou outra expressão (legumes ao invés de “artesanato”), para se referir às mercadorias, o que indica que não só a Feira mudou como também o que é comercializado nela. A fala da Dona Luíza nos remete a um “*camelódromo* que vende verduras”. Todavia, partindo do que foi observado no campo e trazendo a compreensão como entendida por ela para se referir à Feira, podemos dizer que hoje esta se tornou um *camelódromo* onde entre as principais mercadorias estão os produtos *made in China*.

Quando a Dona Luíza traz a comparação com o *camelódromo* e o medo de trabalhar em algo parecido, significa que ambos os mercados possuem traços similares, que neste caso são as

redes de negócios que estão por trás dos produtos *made in China*, conhecidos no Rio de Janeiro por terem o *camelódromo* como o principal mercado.

Sobre a mudança no tratamento recebida pelo poder público, pergunto a ela se isso teria a ver com a entrada dos manufaturados na Feira, ela me diz que sim e aponta para uma barraca com “sandálias havaianas” decoradas com miçangas coloridas, para outra que vendia bolsas imitando couro e para outra repleta de camisetas com imagens do Rio de Janeiro.

Já para o José, um artesão que confecciona brincos e pulseiras de alumínio e que possui ter um estilo mais alternativo e despojado na forma de se vestir, em relação aos demais colegas expositores, atualmente não tem mais “Feira Hippie” por causa do preconceito. Para ele, as pessoas acham que todos os hippies moram em uma comunidade e fumam “bagulho” (maconha), o que seria o mesmo que falar “Comunidade” em vez de “Favela” (...) “Crioulo” ao invés de “Negro”. Hoje falam “Feirarte” só os mais antigos se referem como “Feira Hippie”. Para ele, as mudanças vão além da entrada dos produtos manufaturados, revelando um esvaziamento do “movimento hippie”. A maconha mais uma vez aparece aqui com um importante diacrítico entre os expositores, seja para justificar a repressão policial nos anos 60 ou para contribuir com a imagem do que seja um possível hippie.

Desde modo tanto a Maria quanto o José percebem diferenças que foram ocorrendo na feira com o passar dos anos, de maneira distinta estas diferenças são destacadas por ambos. No tópico seguinte irei apresentar como funciona o processo de montagem e desmontagem da feira. Partindo do acompanhamento do trabalho da equipe do “Seu Luís”, o leitor prossegue a leitura da etnografia realizada na Feira, com as barracas montadas. Já que são sobre seus tabuleiros onde tudo ocorre.

1.2 Montagem e Desmontagem

O trabalho da equipe da montagem se inicia por volta das 19h da noite de sábado, entrando pela madrugada do domingo . Uma equipe com mais de 20 homens liderados pelo “Seu Luís”, responsável por levar as barracas para seu depósito e guarda-las durante a semana, lidera a montagem e distribuição das barracas pelo espaço da Praça General Osório.

Vinte homens trabalham como carregadores e montadores. Próximo a um velho caminhão cinco deles trabalham descarregando as ferragens que estruturam as barracas. Durante a semana,

as barracas ficam em um depósito no município de Mesquita, região localizada na Baixada Fluminense. Neste barracão é onde são realizados os reparos necessários nas ferragens das barracas.

Após todas as barracas estarem devidamente montadas, os montadores escolhem um dos cantos no interior da praça, localizado próximo a barraca da comissão da feira, e montam uma tenda onde passam a noite até o dia seguinte para realização da desmontagem. Esta rotina se repete a cada fim de semana, chegando a ter montadores que trabalham há mais de 20 anos nesta função.

Um destes montadores é o Roberto ele tem 28 anos e trabalha há 12 anos como montador, chegou à Feira acompanhado do seu irmão, que trabalha na feira há 13 anos. Relatando sua história na Feira ele diz que ainda era adolescente (tinha 16 anos) quando começou a trabalhar nesta função. Como ficava em casa "à toa" seu irmão o trouxe para fazer uma experiência de trabalho como "montador", a partir daí ele foi aprendendo a montar barracas e está nesta função até hoje. Na Feira sua atividade é unicamente de montar as barracas. São montadas cerca de 60 barracas, com a remuneração de R\$ 3,00 por cada uma, ou seja, R\$ 180,00 por dia.

Os montadores queixam-se da montagem iniciar muito tarde aos sábado, entre 18h e 19h. Por eles o trabalho iniciaria mais cedo, porém os moradores dos prédios que ficam localizados ao redor da Praça, por meio da associação de síndicos de Ipanema, se organizaram e conseguiram com que o horário não fosse antecipado. De acordo com o Roberto entre os motivos alegados pelos moradores estava o desejo de também utilizarem a Praça aos fins de semana, argumento que para ele não fazia sentido, já que as barracas são montadas na lateral da praça deixando seu interior livre para o uso.

Foi interessante perceber que durante o dia de sábado uma das laterais da praça (figura 3, área 4) é totalmente utilizada por um dos restaurantes que a circundam. Este restaurante, com o nome de "Fazendão" recria algo similar ao espaço de uma fazenda, colocam cercar de madeira em volta das mesas, tendas, placas de animais e garçons utilizando chapéus e botas. Quando indago ao Roberto se os moradores nunca se queixaram de tal ocupação, ele me diz que ali tem políticos envolvidos. O que para ele seria o principal motivo que permite que este espaço seja ocupado desta maneira.

A equipe do "Seu Zé" começa a desmontagem da Feira no domingo por volta das 20h, pouco antes disso um de seus funcionários passa em cada barraca para receber pelos serviços

prestados. Com as barracas já vazias, os desmontadores iniciam o processo de desmontagem e colocam as ferragens no caminhão que fica estacionado em uma das laterais (figura 3, área 1). Esta dinâmica se reproduz há mais de 20 anos. O custo da montagem para o expositor é de R\$ 15,00, para barraca ser guardada durante a semana são pagos mais R\$ 33,00, para esticar a lona são cobrados R\$ 25,00. Estes pagamentos são realizados todos os domingos no fim da tarde.

O armazenamento das barracas no depósito em Mesquita, não permite aos expositores acompanhar os possíveis reparos que são efetuados nas mesmas. Para um deles o “Seu Luiz” as aluga para outra feira durante a semana, possivelmente dobrando seus ganhos com os serviços prestados. Como me relatou um expositor em uma das conversas que tivemos:

Já teve uma tentativa de quebrar este monopólio, mas a “equipe” do seu Luiz ameaça quem tenta entrar. Apesar de nós sermos os donos das barracas e ele ficar responsável somente por guardá-las, sabemos que ele aluga nossas barracas durante a semana para a Feira do Lido.

(Expositor trabalha na Feira há 40 anos)

A cobrança por estes serviços é feita pelo Joaquim, um dos muitos homens que trabalham para o “Seu Luiz”. Passando de barraca em barraca ele recolhe os valores dos “serviços” contratados. Durante um destes momentos de cobrança pude observar um expositor queixando-se dos valores que estavam muito altos, e Joaquim respondeu que caso não realizasse o pagamento iria acumular a dívida para semana seguinte, o artesão após ser coagido com a ameaça do acúmulo de dívida acabou pagando o valor informado (R\$ 33,00). Muitas são as queixas em relação aos serviços prestados pela equipe do “Seu Luiz”, é comum os expositores queixarem-se do filho dele, alegando que este ganha muito dinheiro, o que segundo eles justificaria os três supermercados que possui o “carrão” que utiliza e os seguranças que o acompanham aos domingos.

Outro momento, em que foi possível observar a equipe do “Seu Luiz” trabalhando, foi quando o Joaquim foi até a barraca da “Vó Xica” para cobrar pela montagem. Neste caso, ele não cobrou R\$ 33,00, mas R\$ 66,00, considerando, segundo ele, que ela não havia pagado os valores da semana anterior. Na ocasião ela reclamou dizendo que havia avisado a ele que não viria

naquela semana o que justificava o não pagamento, ele a informou dizendo que desconhecia tal informação e depois de muito reclamar e sem outra opção ela acabou pagando os R\$ 66,00.

A luz utilizada em algumas barracas é disponibilizada por um dos expositores. Este expositor é um dos mais antigos da Feira, o equipamento (gerador) utilizado para fornecer energia fica instalado atrás de sua barraca, que ocupa um espaço maior que todas as outras. Entre os expositores este serviço é conhecido como “gambiarra”. As “gambiarra” são lâmpadas acessas em uma única fiação elétrica, que consiste em um fio com várias lâmpadas que se estende até as barracas que contratam o serviço. Não são todos os expositores que contam com a “gambiarra” já que alguns deles encerram suas atividades ao fim do dia, quando começa a escurecer. O custo pelo serviço é de R\$ 5,00, o pagamento é efetuado por volta das 20h, quando a feira já está quase vazia.

1.3 O Centro da Praça – A área dos artistas plásticos

No centro da Praça General Osório está localizado o Chafariz das Saracuras, uma obra de Mestre Valentim que ficava no Pátio do Convento da Ajuda, no Centro da cidade, na região conhecida atualmente como Cinelândia. O Chafariz, construído em 1795, é composto por um elemento central - uma pirâmide - sobre uma bacia com embasamento circular, possuindo uma escadaria intercalada por quatro tanques. Na base da pirâmide, em suas arestas, ficam localizadas as saracuras, que deram nome ao Chafariz, delas jorra a água para a bacia superior que jorra para as bocas de cágados, que, então, despejam a água nos quatro tanques inferiores. Conforme dito por alguns artesãos, alguns destes elementos foram roubados e outros recolhidos para preservação, as saracuras atuais são uma reprodução.

É nas redondezas deste Chafariz, cercados por grades pintadas de verde, que chamamos de interior da Praça, ou, como se referem os expositores, “dentro da Praça”. Através do desenho da Praça (Figura 3) é possível observar a localização das barracas (pontos em formato quadrado) e os painéis dos artistas plásticos (pontos cem formato arredondado). A linha de cor preta (traçada por mim) representa as grades que separam “dentro da Praça” dos calçadões em volta. Quarto portões de ferro dão acesso ao interior da Praça.

Na divisão do espaço entre artesãos e artistas plásticos, o centro da praça, desde a fundação da Feira é destinado aos artistas plásticos, que expõem suas telas sobre painéis de alumínio. A diferença entre ambos está no fato do artesanato ser tradicionalmente uma produção de caráter familiar, na qual o produtor (artesão) possui os meios de produção (sendo o proprietário da oficina e das ferramentas) e trabalha geralmente com a família em sua própria casa, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima, até o acabamento final, já as artes plásticas são as formações expressivas realizadas utilizando-se de técnicas de produção que manipulam materiais para construir formas e imagens que revelem uma concepção estética e poética em um dado momento.

Entretanto, para os artistas plásticos, ambas as habilidades, atualmente, precisam ser comprovadas, já que entre artesãos há muitos que não produzem trabalhos manuais e são apenas revendedores de mercadoria *made in China*.

No centro da praça fica o painel de alumínio do Pedro, um expositor muito antigo e conhecido por todos na Feira. Ao longo da pesquisa ele foi um dos meus principais interlocutores. Sendo um ex-integrante da Comissão, organização que representa os expositores junto ao poder público, ele desenvolveu diversas críticas às Comissões que o sucederam. Sua fala é muito marcada pelo receio de que os produtos de origem “Chinesa” tomem todas as barracas da Feira. O fato dos artesãos não terem meios tão fáceis e práticos para comprovarem suas habilidades manuais, acaba levando a serem comparados aos vendedores “Chinas”, enquanto que para os artistas plásticos a assinatura colocada sobre a obra garante a autenticidade, diferente dos artesãos que não assinam o que produzem, não tendo como legitimar que de fato a produção seja sua ou confeccionada por terceiros.

A Fotografia 1 mostra o interior da Praça General Osório, sendo possível ver o espaço reservado somente aos artistas plásticos. Sob painéis, cobertos por uma lona transparente para proteção em caso de chuvas, os artistas penduram seus quadros para exposição de venda.

Fotografia 01 : “Dentro da Praça” – destaque para as telas sobre os painéis



Fonte: Arte Localizada, data de acesso 15/1/2014

A garantia de um espaço reservado exclusivamente aos artistas plásticos gera uma série de conflitos entre artesãos e artistas plásticos. Conforme relatado em umas das conversas com uma artesã, o “pessoal da pintura”, como ela se referia aos artistas plásticos “pensam que são a nobreza da Feira, eles não querem se misturar com a gente, já tentamos trazer eles várias vezes aqui para fora e eles não querem”. Se referindo ao fato dos artistas plásticos ficarem localizados dentro da parte gradeada da praça.

Para os artistas plásticos sair do gradeado os levará para próximo dos “Chinas” e dos artesãos. Manter-se afastados fisicamente garante a eles uma distância das barracas que comercializam mercadorias manufaturadas. As grades separam fisicamente artesãos e “Chinas”, do grupo dos artistas plásticos que ficam no centro da praça.

Fotografia 02: Vista da Praça General Osório entre as ruas Visconde de Pirajá e Prudente de Moraes



Fonte: *feirahippieipanema.com*, acesso em 19/04/2014

A fotografia acima mostra o centro da praça e uma de suas laterais. A partir da vista aérea da Feira é possível vermos as barracas da área considerada “nobre” (figura 3, área 1) e os paines dos artistas plasticos apoiados nas grades de proteção dos jardins.

São poucas as barracas montadas na parte interna da feira. Uma destas é barraca da Comissão da Feira, localizada próxima a área reservada a colocação de molduras de quadro a barraca é estruturada para servir como local de assinatura do livro de presença. Localizada próximo a um dos portões que dá acesso a um dos calçadões (Figura 3, área 1), se forma todos os domingos uma fila para assinatura do livro de presença organizado e controlado pela equipe de expositores que integram a Comissão. Além de servir para recolhimento das assinaturas, a barraca também servia de base para outras atividades da equipe da Comissão, como por exemplo, a realização de sorteios de brindes (ferros de passar roupas e liquidificadores) para àqueles que contribuía financeiramente com as atividades da Comissão. Listas de doação de dinheiro para ajudar com o tratamento de saúde de algum expositor também eram deixadas nesta barraca. A maior parte do tempo à barraca fica vazia, somente quando se anuncia no auto falante o inicio da lista de presença é que uma grande fila se forma.

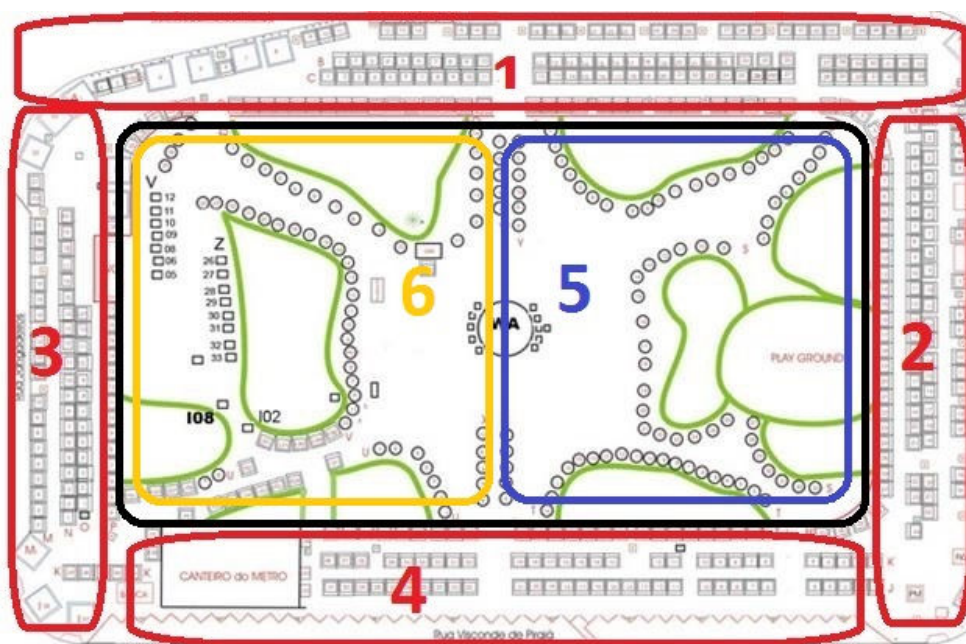
Como percebeu Cunha (2006) em sua pesquisa entre os vendedores do SAARA, a Feira Hippie também possui uma comissão que representa o coletivo geralmente estes tipos de mercado possuem sempre algum tipo de organização que os representam Assim como foi observado no espaço do SAARA, o papel da comissão é fundamental, pois, por um lado, impõe normas e regras aos expositores e, por outro, também funciona como a instituição responsável por defender os interesses dos expositores diante dos atores externos, sejam fiscais da prefeitura, policiais, camelôs concorrentes, grupos mafiosos e até mesmo ajuda-los em caso de saúde.

Desta maneira assim é ocupado o centro da Praça General Osório, aqui para melhor percebermos a contrastamos com suas laterais, que serão melhores detalhadas nos próximos pontos onde descreverei quais produtos são comercializados e quem são seus expositores.

1.5 O que se vende nos calçadões da Praça

Para melhor compreender quais os tipos de produtos são comercializados nos calçadões ao redor da praça, apresento a partir da figura abaixo, a disposição das barracas na Praça General Osório. Possibilitando o leitor ter a visualização de toda área pesquisada e os tipos de mercadorias presentes em cada uma delas.

Figura 3 - Disposição das barracas na Praça General Osório



Fonte: Site da Feira Hippie / <http://www.feirahippieipanema.com> Acesso em 19/04/2014. A imagem foi trabalhada pelo pesquisador.

“Aqueles são as partes consideradas nobres” (Figura 3, áreas 1 e 4), assim me relatou um expositor enquanto conversávamos sobre o trabalho da equipe do “Apoio”. As áreas nobres as quais se referia o expositor eram as áreas que comercializavam produtos em couro (Figura 3, área 1) e as que vendiam pedras semipreciosas e produtos de arte em ferro (Figura 3, área 4). Quando os expositores indica que mercadoria é nobre, ele está se referindo àquelas mais caras. Já quando se referem ao grupo dos “nobres” (artistas plásticos), para falar dos artistas plásticos, é sempre no sentido da “antipatia” e do afastamento que estes mantem em relação aos demais expositores.

A fotografia abaixo mostra colares e pulseiras de prata e pedras, este tipo de mercadoria é considerado nobre, por ter um alto valor de comercialização.

Fotografia 4: Produtos comercializados na “área nobre”: Colares e pulseiras em prata e pedras



Fonte: Site Feira Hippie/ <http://www.feirahippieipanema.com>. Acesso em 19/04/2014.

Os *puffs*, por serem confeccionados em couro também possuem um alto valor de venda o que consequentemente contribuí para agregar a eles a característica de um “produto nobre”. Outro aspecto que contribui para que eles sejam avaliados desta maneira é o fato de serem confeccionados em couro, o que é considerados pelos expositores como uma das matérias primas mais tradicionais da Feira Hippie. A fotografia abaixo apresenta *puffs* com variados tamanhos (pequenos à frente e médios ao fundo) e em diferentes cores.

Fotografia 5: Produtos comercializados na “área nobre”: Puffs de couro



Fonte: Site Feira Hippie/ <http://www.feirahippieipanema.com>. Acesso em 19/04/2004.

Além dos produtos em couro e dos colares de prata e pedras, os metais também estão entre os produtos considerados de destaque da área nobre. Neste caso a qualidade do material, o tamanho da peça e o trabalho artístico desenvolvido dão preços elevados às peças desta natureza. A fotografia abaixo mostra uma barraca repleta de estatuas e objetos decorativos de metal.

Fotografia 6: Produtos comercializados na “área nobre”: Metais



Fonte: Site Feira Hippie/ <http://www.feirahippieipanema.com>. Acesso em 19/04/2004.

Nas partes consideradas não tão nobres (Figura 3, áreas 3 e 2) são vendidas peças de arte em madeira, gesso, tecidos, vestidos, cangas, chinelos, brincos, pulseiras, placas, sabonetes, perfumaria, mochilas, bolsas em tecido e máscaras em papel. As imagens que seguem apresentam alguns destes produtos.

A fotografia 7 mostra pulseiras e anéis confeccionados com diferentes tipos de matérias primas. É possível observar matérias que se assemelham ao couro e metais, no entanto o baixo preço a desvalorizam enquanto peças de boa qualidade.

Fotografia 7: Produtos comercializados – Pulseiras e anéis



Marcos Moura. Data 11/05/2014

As camisetas estampadas podem ser encontradas em diversas barracas, geralmente ficam empilhadas e postas nas laterais das barracas para chamar a atenção do freguês. Estampas com imagens do Cristo Redentor e do Pão de Açúcar estão entre as mais comuns. No entanto é interessante perceber que estas imagens podem mudar de acordo com a procura dos clientes e épocas do ano. A fotografia 8 destaca camisetas com imagens exaltando o Brasil, em um período que antecedia o início da Copa do Mundo no país, desta maneira os expositores adequam os produtos comercializados a demanda do mercado.

Fotografia 8: Produtos comercializados – Camisas do Brasil



Marcos Moura. Data 11/05/2014

Assim nos calçadões ao redor da praça e em seu centro ficam localizados os produtos que são comercializados na feira hippie. Produtos artesanais, artísticos, “Chinas” e mercadorias “nobres” (couro e prata) ocupam seus respectivos lugares naquele espaço que abriga a Feira Hippie.

No capítulo seguinte busco apresentar de forma mais detalhada como é o trabalho realizado pelo expositor. Através da observação participante, realizada em uma das barracas, foi possível descrever o dia a dia nas barracas, as relações entre os expositores, os custos para manutenção do negócio e o trabalho realizado pela equipe de “Apoio”, guardas municipais e policiais militares. Desta maneira o capítulo II apresenta as relações construídas pelo pesquisador para iniciar o trabalho em uma barraca e quais percepções foram observadas deste lugar.

1.4 O Calçadão da Praça

Se no centro da Praça ficam somente os artistas plásticos, nos calçadões que circundam o espaço de “dentro da Feira” ficam os expositores que trabalham com artesanatos e barracas de comidas típicas da Bahia. Nestes quatro calçadões cerca de 700 barracas se aglomeram e disputam o espaço referente a *quatro quadrados do piso do chão da praça*, unidade de medida utilizada no início da Feira para definir o espaço que cada canga deveria ocupar no solo.

Para facilitar a descrição dividi o calçadão ao redor da Praça em quatro partes, onde a partir de minhas observações sobre os produtos comercializados, e narrativas trazidas por artesãos e integrantes da equipe do “Apoio”¹⁰ (seguranças particulares) descreverei como são compreendidas tais divisões e quais os principais produtos encontrados em cada uma delas.

Entre os produtos comercializados em maior escala na Feira é possível observamos uma série de produtos com características não artesanais, mas sim similares aos de origem chinesa, conhecidos como produtos *made in China* (Pinheiro-Machado, 2011). As fotografias abaixo mostram dois produtos desta natureza.

Fotografia 10: Camiseta com estampa de tigre



¹⁰ Será analisado no capítulo II

Fotografia 11: Camiseta com estampa de caveira



Marcos Moura. Data 06/07/2013

Camisetas estampadas podem ser encontradas por toda a feira, elas aglomeram-se sobre determinadas barracas chamando grande atenção dos turistas e transeuntes que passam pelo local.

Todas as áreas da feira possuem um local determinado para venda de comidas e bebidas, são nas esquinas da praça onde se concentram as barracas de comida baiana. Exceto na esquina em que há a cabine policial (Figura 3, entre as áreas 2 e 4), que, por questões de espaço físico, se torna aparentemente inviável uma barraca nos moldes das demais barracas de comida se instalar naquele espaço. Contudo, o fato de não caber uma grande barraca de comidas não deixou esta área sem local reservado para alimentação. Próximo à cabine policial uma pequena lona azul foi estendida e sobre ela um balcão improvisado comercializa bolos, tortas e salgados. Como me relatou o policial da cabine instalada ao lado, ele tinha conhecimento que se tratava de uma situação irregular, porém não fazia nada, pois sabia que era de uma pessoa sem dinheiro, já que a barraca era improvisada e fora dos padrões. A fotografia abaixo mostra uma das barracas de comida baiana instaladas na feira. Nesta barraca há local específico para exposição das comidas,

mesas com bancos para os clientes e um caixa para pagamentos, todas as funcionárias trabalham com roupas e adereços típicos de religiões de matrizes africanas.

Fotografia 12: Barraca de comida baiana



Marcos Moura. Data 18/05/2014

Nos calçadões ficam os artesãos e artesãs. Entre estes está a Dona Maria, uma artesã que trabalha manualmente em seus produtos durante a semana para revendê-los aos domingos, ela desenvolve esta atividade há 31 anos. Proprietária de uma oficina mecânica localizada no bairro da Tijuca, durante o tempo que passa no escritório ela confecciona roupas de lã para crianças recém-nascidas, assim consegue manter sua produção semanal para abastecer a barraca. Legalmente, a barraca está de acordo com todos os documentos que lhe são exigidos, ela faz questão de deixa-los amostra dentro de um saco plástico transparente que fica pendurado nas ferragens que sustentam a lona.

A rotina de trabalho da Dona Maria nos ajuda a compreender como o artesão planeja sua produção para comercialização aos domingos. O trabalho exposto aos domingos exige um tempo para o desenvolvimento do trabalho manual durante a semana, que neste caso é realizado no escritório de sua oficina. Segundo os artesãos com que conversei o mais importante para considerar a peça artesanal é saber se esta foi produzida manualmente. É comum ver pessoas

paradas em frente a barraca da Dona Maria a observando enquanto ela trabalha na tecelagem de uma grande manta para recém-nascidos, trabalhar na confecção de em uma peça durante as vendas é uma das maneiras encontradas para provar a autenticidade do seu trabalho como artesã. Outro momento que nos ajuda a compreender o que é o ofício de artesão, é quando um dos expositores que trabalha com imagens em madeira, faz o seguinte comentário sobre o envolvimento do expositor com produção da peça:

A Iemanjá (imagem em gesso) é mais artesanato do que os cordões feitos pelos índios da Amazônia. [Se referindo a um uma barraca de cordões de sementes]. O artesanato tem que ser feito pelo próprio artesão, quando é feito por terceiros não é artesanato.

(Antônio, artesão há 40 anos, está na feira há 35 anos).

Bem próxima à barraca da Dona Maria há uma barraca na qual a artesã, proprietária da licença de funcionamento, alugava metade do seu tabuleiro, dessa maneira ela conseguia garantir algum valor fixo na semana. Em uma de nossas conversas a Dona Maria me diz saber identificar quem aluga tabuleiros e afirma: *Está muito claro quem aluga tabuleiro, basta olhar se possui duas mercadorias diferentes no tabuleiro ou tecidos de duas cores.*

A fotografia abaixo (fotografia 13) retrata o momento em que uma barraca em situação irregular foi fiscalizada. Na imagem é possível ver três cores de tecidos sobre a banca: azul, preto e vermelho. A licença da barraca autoriza a realização da técnica de trabalho em gesso, que podem ser vistas sobre o tecido azul. No entanto, o expositor responsável por esta licença não vai à Feira por problemas de saúde e aluga sua barraca para outro artesão que não possui licença e vende colares e pulseiras (tecido preto e vermelho) feitos com sementes, o que o coloca em situação irregular.

Fotografia 13: Barraca em situação irregular – destaque para os três tipos de tecido sobre a banca



Marcos Moura. Data 03/04/2013

Para compreender como estes atores dividem o mesmo espaço e operam (e são operados) sobre lógicas distintas, o Laerte, um artesão que veio da Argentina e está há mais de 38 anos na Feira, diz que é preciso compreender que o processo que ocorre na Feira nos dias atuais faz parte da globalização, e a grande questão é como a tradição caminha com a globalização. Segundo ele: “O capitalismo nos engoliu” e os compara aos índios que cercados por fazendeiros tiveram que mudar e se adaptar:

Os Hobbies do mesmo modo tiveram que se adaptar e entraram na linha de produção e começaram a desenvolver trabalhos técnicos, manufaturas

(Laerte, artesão há 38 anos)

Desta maneira as informações que busquei apresentar neste capítulo nos ajudam a retratar o cenário e os principais atores envolvidos com a pesquisa. A partir das observações realizadas durante a montagem e desmontagem da feira e de como seus expositores se “dividem”, entre artistas plásticos e artesãos, foi possível compreender as principais questões que afligem estes grupos e com isso buscar entender como mediam e convivem com tais questões.

Que a Feira de hoje não é mais a mesma da época da sua fundação, há 45 anos, não é nenhuma novidade. Alguns expositores estão cientes disso e percebem todas as modificações como inevitáveis. Com o tempo os expositores foram se adequando as demandas do mercado e das lógicas de ocupação do espaço. Por outro lado, a própria lógica do mercado contribuiu para “reformular e moldar” uma feira localizada em um dos principais pontos para venda turística da cidade do Rio de Janeiro.

Este processo de “transformação” pelo qual passa a feira foi bem demonstrado no texto “Suq de Sefrou” (Geertz, 1979) onde no mercado estudado, as casas comerciais foram dissolvidas com o passar do tempo em centenas de lojas e ateliês de bazar permanente. Onde novas estratégias de comercialização foram adotadas, entretanto o enquadramento cultural da forma como o comércio era realizado e a forma estrutural que lhe dava sentido, mudou apenas nos detalhes.

A mudança e a chegada de novas mercadorias fazem parte de qualquer mercado, desta maneira é compreensível nesta perspectiva entender porque os produtos *made in China*, ganham cada vez mais destaque na Feira Hippie e em tantos outros espaços, como também foi observado na pesquisa realizada por Pinheiro-Machado entre os camelôs de Porto Alegre onde os produtos oriundos da China ganhavam destaque entre os demais.

CAPITULO II

O TRABALHO NA BARRACA E A SEGURANÇA NA FEIRA

Trabalhar em uma barraca da Feira foi uma das maneiras encontradas durante o processo da pesquisa para obtenção de dados e melhor inserção entre os expositores, além da busca antropológica por possibilidades de compreensão das dinâmicas envolvidas no processo de comercialização das mercadorias e o funcionamento da Feira. Inverter a fórmula tradicional "observação participante", tornando método a já levantada hipótese de uma "participação observante", como demonstrado por Loic Wacquant (2002) em sua etnografia entre os boxeadores, é uma estratégia importante porque o observador torna-se um experimentador; onde a experimentação se torna um meio a serviço da observação. Parar em uma barraca e ficar durante um tempo conversando com um expositor poderia se tornar inconveniente quando este percebia que não estava diante um possível comprador, mas sim de uma pessoa que estava “embaçando” suas vendas, ou seja, atrapalhando um possível negócio. Para me aproximar de um expositor que ainda não conhecia, geralmente usava como estratégia me aproximar da barraca e demonstrar interesse pela mercadoria exposta, a partir de perguntas sobre as mercadorias começava a perguntar sobre algumas questões relacionadas à Feira. Logo que o interesse pelas mercadorias era minimizado o expositor encontrava alguma maneira de iniciar uma conversa com um possível freguês. Nestas circunstâncias falar que era pesquisador, só gerava mais desprezo por parte do expositor que sempre priorizava o contato e as conversas com os fregueses, já que poderiam “desenrolar” alguma venda. Estabelecer uma conversa onde eu fosse apresentado como pesquisador deveria ser feito sempre que não comprometesse as vendas e a relação expositor-freguês.

Assim, estar atrás do tabuleiro seria possível ouvir os fregueses, observar como os expositores negociavam suas mercadorias, além de ajudar a perceber as redes de relações existentes.

Pensar os vínculos intensos entre os expositores ajuda-nos a entender como se dá a atividade comercial em que estão inseridos. Dessa maneira, passados três meses que vinha frequentando a Feira e conversando com alguns expositores, busquei um deles com quem vinha tendo uma boa relação para lhe pedir trabalho em sua barraca. Assim cheguei no Antônio, um artesão que trabalha com restauração e confecção de santos de madeira, em uma de nossas conversas expliquei a importância que teria para pesquisa vivenciar o máximo de experiências entre eles. Trabalhei para desconstruir a imagem de um possível jornalista ou de um informante da prefeitura, sempre que considerava importante reforçava que era antropólogo e que estava ali fazendo uma pesquisa para o mestrado. Neste caso, a identidade de pesquisador quando acionada me garantia um espaço no campo e justificava minha presença na barraca, esta foi uma maneira encontrada de estar junto aos expositores sem “embaçar” as vendas. Na medida em que me tornava útil aos pequenos trabalhos na barraca, menor parecia ser o possível incômodo gerado com minha presença.

Ao visitar uma barraca na Feira é comum você ganhar do expositor um pequeno cartão com imagens do produto e seus contatos telefônicos, desta maneira em pouco tempo eu já reunia mais de 200 cartões, entre eles o da barraca do Antônio. Foi assim que percebi que o uso do telefone era comum entre os expositores, seja para fechar encomendas ou ligar para os clientes. Desta maneira, durante um dia da semana resolvi fazer uma ligação para o Antônio pedindo um trabalho em sua barraca. Durante nossa breve conversa ele me explicou que não ficava na barraca todos os domingos, porém, ele iria acertar tudo com o Dário, que era quem eu deveria procurar às 7h00min horas do domingo para o início do trabalho.

A barraca do Antônio era considerada de tamanho padrão (2m x 1,5m), um tecido azul cobria o tabuleiro e sobre ele cerca de 20 peças de gesso e madeira ocupavam a superfície da banca. Antes das peças serem expostas no tabuleiro elas são desembulhadas e limpas uma a uma, a limpeza das peças estava entre as primeiras atividades do ajudante de expositor.

A lona branca que ficava sobre a barraca também protegia a barraca ao lado que, por alguns momentos, parecia virar uma única barraca, já que ambas pertenciam a dois expositores que eram irmãos. A parceria e cumplicidade entre os irmãos foram direcionadas também as atividades comerciais, embora não assumissem, passavam a impressão que no fim os lucros eram

divididos, em diversos momentos ambos trabalhavam juntos, sejam nas vendas ou na organização dos produtos.

Foi no convívio entre expositores e clientes, que pude observar, a partir de um tabuleiro de vendas, um pouco mais sobre a lógica de trabalho dos expositores. Trabalhar na barraca possibilitou ter acesso aos principais dados analisados nesta pesquisa, sem que para isso “grandes” estratégias fossem elaboradas. O dia a dia de trabalho na barraca se revelou como a maneira mais eficiente para realizar a observação.

2.1 Os donos da barraca

Chegando a Feira às 7:00 horas, descubro que a pessoa indicada a procurar se tratava de um grande amigo do dono da barraca, como eles mesmos diziam eram “compadres”. Isso porque o Dário, possui um filho de seis anos, de quem Antônio é o “padrinho de consideração”. Como demonstrado na pesquisa realizada por Cunha (2006) na região do SAARA¹¹, as relações de trabalho ficam muito próximas ou misturadas também à família ou amigos. No caso dos imigrantes de origem Sírio-Libanesa que possuem muitas lojas na região, é comum estabelecerem relações de trabalho a partir de suas redes de parentesco e amizade.

Antônio explica que sempre conseguiu ter sucesso com suas vendas, porém, chegou o momento em que teve que optar, ou se direcionava para os grandes trabalhos artísticos que apareciam fora dali, ou permanecia durante a semana envolvido com a produção de mercadorias para serem expostas aos domingos, onde acabava vendendo a um valor cada vez menor, motivado, segundo ele, pela entrada cada vez mais ampla dos produtos “Chinas”.

Para ajudar seu “compadre”, que criava sozinho seu filho de seis anos, Antônio permitiu que Dário ficasse responsável, informalmente, pela barraca, assumindo seus custos e lucros. Dário chegou à Feira como “artesão auxiliar”, como está indicado na licença que fica pendurada na barraca de seu irmão, da qual é o artesão titular. Com o aumento da produção das placas, o espaço sobre o tabuleiro já não era mais suficiente, ficando todo tomado com pilhas e pilhas de

¹¹ Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega

placas, assim, aumentar as vendas ou ter um novo produto para ser comercializado implicaria, prioritariamente, em um novo espaço.

Nestas circunstâncias, Antônio passou os custos da barraca ao seu “compadre”, permaneceu indo semanalmente à Feira assinar a folha de ponto e pegar sol em Ipanema. A barraca estava com todos os documentos em dia e aos olhos da lei o “artesão titular” (Antônio) tinha um “ajudante” (Dário) para auxiliá-lo com as vendas.

Era no momento de decidir assuntos que envolviam a Feira e barraca que os verdadeiros responsáveis apareciam. Decisões sobre pagamentos e descontos eram realizadas a todo o momento, exigindo a presença do responsável pela barraca que, neste caso, era o “compadre”. Além de assumir todas as despesas e ficar responsável em repor as peças, ele também assumia a identidade de “escultor”, já que este era o ofício que estava registrado na licença que pertencia ao dono da barraca. Em um dos domingos, quando eu já trabalhava na barraca, um dos homens que integrava o serviço do “Apoio” veio até mim e pediu a contribuição de R\$ 5,00, naquele momento eu estava sozinho e resolvi paga-lo, de longe o Dário observava e rapidamente chegou e disse que estes assuntos eram resolvidos com ele.

Foi em um momento de descontração que ouvi do Antônio a seguinte expressão: *Se eu tivesse uma barraca aqui (...)*, o que corroborava com as observações que eu realizava na barraca, onde na prática quem era o dono era o Dário, já que era ele quem resolvia todos os problemas que por ventura ocorressem.

Apesar de, formalmente, constar seu nome na documentação de titularidade da barraca, Antônio deixava claro que não dependia mais daquele trabalho para sobreviver. Fazia alguns anos que ele estava fora da Feira e na prática não possuía mais a responsabilidade com a manutenção da barraca, que envolviam a entrega e reposição de mercadorias, pagamento de taxas e atendimento aos clientes.

Todavia, suas responsabilidades passaram a ser o compromisso assumido com aquele que ficou em seu lugar. Que neste caso, configuram-se naquelas situações nas quais fazem parecer que o artesão titular trabalha ativamente na barraca. Entre estas atividades, estava, por exemplo, passar um tempo trabalhando em alguma peça para que os clientes tivessem a certeza que se tratava de uma mercadoria artesanal. Estas responsabilidades são realizadas de modo menos

rígido do que ficar à frente da barraca, os domingos próximos à praia passaram não somente ter uma conotação de “local de trabalho”, mas, também, de lazer, já que as idas de Antônio a praia, “durante o trabalho”, passaram a ser frequentes.

Nesta conjuntura, o expositor não trabalha mais na Feira, todas as peças que estão sobre o tabuleiro já não são produzidas por ele, exceto uma ou outra mercadoria artesanal que fica próxima ou sobre a banca para parecer que as demais peças também foram produzidas pelo artesão. No caso de Antônio, ele deixou na barraca uma peça artesanal, na qual está trabalhando há mais de 20 anos. É uma peça relativamente grande (1,2 m x 30 cm), fica ao lado da barraca e nela o artesão deve trabalhar para mostrar aos clientes que as peças daquela barraca “realmente” são artesanais.

Às vezes que esta peça viu o martelo e um formão¹² foram sobre forte insistência do “compadre” que, preocupado em atrair clientes, insistia para Antônio trabalhar um pouco na peça antes de ir à praia. Além de comparecer a Feira para assinar o ponto, trabalhar na peça era uma das maneiras encontradas para valorização das mercadorias e garantir “transparência” em sua procedência. Esta aparente autenticidade permitia ao expositor comercializar a peça a preço de artesanato, ou utilizar argumentos ligados aos artesanatos para vende-las, como eu pude perceber durante o período em que trabalhei na barraca, onde o Dário justificava os preços altos de algumas peças alegando ser artesanal, produzida manualmente e por ser uma peça exclusiva.

¹² Ferramenta utilizada para talhar peças em madeira.

Fotografia 14: Imagem de Santa em *cedro* sendo talhada há 20 anos



Marcos Moura, Data 02/03/2013

Os clientes, sem saber, negociavam com um suposto escultor e compravam peças que não eram produzidas por artesãos, mas sim compradas e produzidas em série com a ajuda de uma vizinha do Dário que, ao ficar um período doente, deixou a barraca sem peças (em gesso) pintadas, ficando o tabuleiro quase vazio. A esta altura da pesquisa, eu já estava trabalhando na barraca e havia obtido um pouco mais de intimidade com Dário, o que o levou a me falar como as peças eram produzidas, já que diversos clientes procuravam a barraca para fazer encomendas e eu, sem saber o que dizer, acabava o pressionando pela produção de mais peças.

Portanto, somente a partir do trabalho na barraca foi possível perceber quem era o responsável em assumir todos os compromissos incididos com o trabalho. Antes disso, a percepção era de que o artesão indicado na titularidade era quem se responsabilizava por tudo. Foi interessante perceber que as configurações assumidas tornam-se ilegais frente ao decreto da

Prefeitura que regulamenta o funcionamento das Feirartes, já que este permite que somente os próprios artesãos ou ajudantes, quando indicados na licença, trabalhem na barraca. Nesta situação o expositor titular, apesar de abdicar do compromisso frente à barraca, assumiu para si as responsabilidades em continuar “parecendo” ser o dono do negócio, e, com isso, garantir o funcionamento aparentemente legal. Estas são estratégias criadas para que não ocorram quaisquer problemas com a fiscalização da Prefeitura.

2.2 Relações familiares e de amizade

Na pesquisa realizada por Pinheiro-Machado (2006) com vendedores ambulantes e camelôs das ruas de Porto Alegre, foi possível identificar que o trabalho na rua traz diferentes tipos de configurações de parentesco entre os expositores. Estas famílias “criadas” não necessariamente estão relacionadas a vínculos de aliança e/ou consanguinidade, elas participam de um sistema mais amplo que gira em torno do ofício do vendedor de rua e da comercialização.

Assim como percebeu Pinheiro-Machado (2006) na pesquisa realizada em Porto Alegre, na Feira Híppie também pude perceber que muitas barracas passavam de uma geração a outra, e envolver a família na produção artesanal era algo comum. Na barraca do Dário, além do seu irmão, havia seu filho, Pedrinho, que apesar da idade (7 anos), por meio do processo de socialização já desenvolvia atividades similares a dos expositores, como por exemplo: jogar buraco apostando dinheiro ou trabalhar fazendo pequenos favores a outros expositores em troca de algumas moedas. Entretanto, ao contrário do que foi observado por Pinheiro-Machado, não percebi entre os expositores uma divisão de papéis conforme gênero e idade.

Para se referir a esta gama de relações que são estabelecidas no espaço da rua, dois modelos analíticos, desenvolvidos por Pinheiro-Machado (2006) ajudam-nos a compreender como estes laços são construídos e reforçados. Estas relações de proximidade são definidas por ela como “famílias de casa ou banca” e “famílias da rua”. No primeiro caso trata-se do modelo familiar mais convencional na sociedade moderno-contemporânea, ou seja, núcleos familiares domésticos que reúnem pais e filhos. A organização das bancas geralmente reflete esse modelo, pois em cada uma delas trabalham membros de uma mesma família. Já a “família de rua” é onde há um nível de organização de parentesco simbólico que extrapola os limites da barraca e/ou da família doméstica. Na maioria das vezes, tratam-se de agregações de vizinhos de banca, que

acabam gerando laços fortes e duradouros, muitas vezes, expresso na formalização do compadrio. É importante salientar que nem todos os vizinhos de banca e colegas de trabalho constroem relações de aliança.

Outro fato relevante refere-se às linguagens de afinidade que são operadas como, por exemplo, quando o Dário e o Antônio se cumprimentam como compadres. Este fato possibilita pensar tais relações como mais intensas e perenes do que apenas redes sociais de solidariedade. Os anos vividos juntos e, principalmente, uma identidade social construída a partir da valorização do sofrimento do trabalho são sinais frequentemente acionados (Pinheiro-Machado, 2006). Durante a pesquisa era comum ouvir o Antônio relatar a “triste” história do Pedrinho, filho do Dário, que segundo ele havia sido abandonado pela mãe quando era muito pequeno, como eram amigos há muitos anos, e a criança tinha sete anos, o Antônio acompanhou o relacionamento do Dário com a mãe e vem acompanhando o crescimento do Pedrinho nos domingos de feira.

Esta aproximação reforça o sentido de se reconhecerem como compadres e garante uma confiança com aquele que se faz negócio. Sempre que o Antônio falava sobre os motivos pelos quais havia deixado sua barraca aos “cuidados” do Dário, ele se remetia a história de vida do Pedrinho.

Nos casos onde os laços familiares foram rompidos ou estão estremecidos, o “negócio familiar” pode se tornar importuno. Em algumas conversas foi comum ouvir dos expositores histórias de familiares que não se falavam mais. Como, por exemplo, o casal divorciado que dividia a mesma barraca, mas não se falavam. Neste caso, a possibilidade da licença de funcionamento permitir até duas técnicas garantiu que eles pudessem dividir o espaço do tabuleiro e vender dois tipos de mercadorias diferentes. Já que separar a barraca ou cada um obter uma licença era algo pouco provável.

Entre os expositores há diversas brincadeiras que acabam os aproximando, era comum ouvi-los chamando um ao outro de “esposa”, “santinha”, contando piadas ou simplesmente observa-los “batendo-papo”. Quando há algum expositor com alguma doença mais grave, todos se mobilizam para ajudá-lo, geralmente algum familiar fica responsável em passar uma lista para recolher dinheiro para tratamentos, cirurgias ou compra de medicamentos.

Um exemplo que demonstra esta boa relação foi quando o filho do Dário fez aniversário. Como o Pedrinho circula por toda a feira brincando e realizando pequenos trabalhos para alguns expositores, muitos o conhecem e dificilmente ele passa despercebido em alguma barraca. No dia de seu aniversário, os expositores que trabalham com molduras de quadros organizaram uma pequena festa para ele, junto com a “vó Xica” compraram um bolo, uma mochila e um skate para presenteá-lo e em meio às barracas arrumaram um pequeno espaço e fizeram uma festa. Depois da festa o Dário me disse que não conhecia todas as pessoas que organizaram a festa, mas que o Pedrinho era muito querido por todos ali.

A partir destas observações, é possível perceber entre os expositores o que Schneider (1972) reconhece como parentesco simbólico, ou seja, quando o entendimento das organizações familiares deve estar vinculado às interpretações nativas, mas não presas a elas, pois se trata de uma definição que pertence ao domínio cultural. Por outro lado, olhando para o grupo de expositores como integrantes de *grupos populares organizados* é relevante salientar que eles possuem formas cotidianas e criativas de manipulação de modelos sociais hegemônicos. A observação da relação dos compadres Dário e Antônio nos permite pensar a afinidade e os possíveis sistemas de parentesco, que são maleáveis ao contexto em que se encontram (Certeau, 2002).

2.3 O dia a dia na barraca

No domingo, a Praça General Osório amanhece repleta de estruturas metálicas que devagar vão recebendo as lonas que dão forma a Feira. Às nove da manhã grande parte dos expositores (cerca de 700) já se encontram na praça, alguns deles chegam à Feira ainda de madrugada para conseguir estacionar seu carro próximo a barraca, o que facilita a carga e descarga das mercadorias. O que é motivo de críticas por partes de alguns expositores que consideram que as vagas ao redor da praça deveriam ser destinadas aos clientes, pois muitos deixam de ir a Feira por não ter onde estacionar o carro.

No momento em que ainda estão montando a barraca e organizando as mercadorias, muitos expositores ficam sem camisa, somente de bermuda e chinelos. Quando os clientes começam a chegar muitos deles colocam sobre a bermuda uma calça jeans e vestem uma camisa

ou se dirigem a um bar que fica próximo para utilizarem o banheiro para troca de roupas, neste caso o dono do estabelecimento permite que utilizem o banheiro sem que paguem para isso.

Na barraca em que trabalhei, a lona era “esticada” pelo próprio expositor, o que significava uma economia de R\$ 15,00 por domingo. A maior parte dos expositores, por serem idosos, pagam por tal serviço já que possuem dificuldade em “esticar” a lona. Após a barraca ser montada, as mercadorias são retiradas do porta-malas do carro, limpas com um pincel e colocadas sobre o tabuleiro. A mim cabia limpar as peças, arruma-las sobre o tabuleiro e colocar as etiquetas de preço, a lona era “esticada” com a ajuda do irmão do Dário, que possuía uma barraca ao lado. No período em que seu irmão tirou férias, eu fiquei responsável em ajuda-lo com esta atividade, foi o momento em que mais me senti útil na barraca. O Dário contatava com minha ajuda pela manhã e ao fim do dia, as três vezes em que eu o ajudei a “esticar” a lona ele me pagou R\$ 20,00.

Por volta das dez horas da manhã, uma senhora puxando um carrinho começa a circular pela feira vendendo café e leite, ela se aproxima das barracas e pergunta se o artesão deseja café. Geralmente o pagamento é efetuado ao fim do dia, no momento da venda não se fala em dinheiro, o consumo realizado é anotado em uma caderneta aparentemente desfolhada e amassada. Além da vendedora de café, há também o vendedor de salada de frutas, o de rissoles e coxinhas, a vendedora das quentinhas, água e cervejas.

Observar esta movimentação me fez concluir que os expositores também são parte de um mercado consumidor de alimentos e bebidas. Na barraca em que trabalhei a vendedora das quentinhas era chama pelo Dário de “Tia das quentinhas”, segundo ele, ela já trabalhava ali fazia alguns anos.

As fotografias abaixo (12, 13 e 14) mostram vendedores de diferentes tipos de produtos, o primeiro um vendedor de salgados que passo o dia entre os expositores. Na barraca do Dário era no final da manhã ou no período da tarde que o vendedor aparecia. O Dário comprava salgados para todos que estivessem trabalhando na barraca. A segunda imagem apresenta um vendedor de bebidas empurrando seu carrinho pela praça. Por fim a fotografia 14, que mostra um isopor de salgados sendo guardado em baixo do tabuleiro de uma barraca, o que comprova a relação de

cumplicidade entre expositor e o vendedor ambulante que precisa de um lugar para guardar o isopor enquanto come ou descansa.

Figura 15 – Vendedor ambulante de salgados



Marcos Moura, Data 11/05/2014

Figura 16 – Vendedor ambulante de bebidas



Marcos Moura, Data 11/05/2014

Figura 17 – Isopor de salgados embaixo da banca



Marcos Moura, Data 11/05/2014

Às onze da manhã o movimento na Feira já se torna intenso, devagar os banhistas que chegam pelo metrô para ir à praia começam a caminhar pela praça. Por mais que não traga os “gringos”, como se referem os expositores aos turistas estrangeiros, que são os principais clientes da Feira, o metrô provoca uma grande movimentação de pessoas, o que para as vendas se torna positivo, já que o local passa a ser visto como um espaço que sempre está cheio de pessoas. No ramo das vendas, estar com lojas e barracas lotadas é sinônimo de sucesso.

É difícil não ter clientes nas barracas, seja olhando as mercadorias, indagando sobre os valores, transporte das peças ou tentando negociar algum desconto. Nas vezes em que ficava sozinho na barraca, esta função cabia a mim, que sem muita experiência concedia descontos que variavam de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 para pequenas peças. Os clientes olhavam a mercadoria, indagavam sobre a produção e perguntavam o preço, ao serem informados, pediam o desconto. Esta era uma rotina que se seguia em diversas vendas realizadas, fazendo com que os expositores colocassem o preço das mercadorias um pouco acima do valor de venda.

Como mencionei anteriormente, entre minhas atividades no período em que trabalhei na barraca estava em colocar etiquetas de preço nos produtos. Neste momento eu pegava cada peça, observava se havia ou não etiqueta com o valor, caso não houvesse eu colava a etiqueta e me dirigia ao Dário para saber o valor. Ele sempre falava um primeiro valor e depois finalizava dizendo um valor um pouco mais alto, em torno de R\$ 10,00 a R\$ 20,00 a mais do que dito inicialmente.

Quando se aproxima o horário do almoço, uma senhora conhecida entre os artesãos como “Tia das Quentinhas” passa nas barracas e pergunta quantas quentinhas o expositor irá querer, ela diz as opções e registra em uma caderneta. Momentos mais tarde, ela traz a quentinha, e como no cafezinho o pagamento também só é acertado ao fim do dia. Quando as vendas estão fracas é comum ouvir a expressão “*hoje não consigo pagar nem o café e o almoço*”.

Ao longo do dia, o vendedor de cervejas e água passa entre as barracas oferecendo bebidas, os expositores que bebem cerveja durante o dia não deixam à mostra dos clientes, sempre encontram um lugar no tabuleiro para camuflar a latinha entre as mercadorias.

A “Tia das quentinhas” passa ao fim do dia para receber, recolher os talheres e fazer encomendas para próxima semana. Uma quentinha pequena custa R\$ 7,00 e a maior R\$ 10,00, entre as comidas mais pedidas estava o bacalhau com batatas.

A maior parte das vendas das mercadorias é paga em dinheiro, para vendas realizadas no cartão de crédito, caso o expositor não tenha máquina de cartão, ele utiliza a barraca de algum outro expositor que a possua e depois este fica responsável em repassar o dinheiro. É importante destacar que a circulação interna de máquinas de cartões de crédito compartilhadas por vários expositores é um dos exemplos da reprodução das redes internas de relação de confiança e reciprocidade (Pinheiro-Machado, 2006).

Entre vendas, atendimentos aos clientes e reposição de mercadorias, há também o momento de lazer dos expositores. O Antônio, como já mencionei, possuía a praia como um dos grandes motivadores para ir aos domingos assinar o ponto, outros preferiam o jogo de cartas e outros simplesmente andar para “bater papo”, que era quando o expositor deixava sua barraca para ir conversar com algum amigo ou conhecido em outra barraca. Estes momentos fazem parte do dia a dia na barraca, é quando a “barraca fica sozinha”, ou seja, quando um ajudante fica responsável pelas vendas ou quando o expositor da barraca vizinha “olhava” as mercadorias, ficando também responsável pelas vendas. Para quem vive das vendas de uma banca, deixá-la sob os cuidados de outrem significa um grande investimento de confiança, havendo uma relação diferenciada com a ideia de trabalho e de lucro, já que permite ao outro a negociação de seu possível lucro.

Na barraca “assumida” pelo Dário, o lazer se dividia entre o jogo de cartas e o que eles chamavam de “bate bapo”, era comum ver os expositores em outras barracas compartilhando comidas e conversando. Sem dúvida, os momentos do “bate papo” foram muito importantes para que eu conversasse com os artistas plásticos e a equipe do “Apoio”, já que eram nestes momentos que eu aproveitava para conversar com outros expositores e circular no centro da praça.

O jogo de cartas é conhecido entre os expositores como “o Cassino da Feira”, pude perceber um pouco da dinâmica do “cassino” através do Dário, que era um dos seus jogadores. O “Cassino” começava a funcionar no início da tarde, camuflado em um espaço reduzido entre quatro barracas, uma pequena roda se formava com uma mesa e bancos de plástico ao centro. Os tabuleiros com as mercadorias ajudam a cobrir a visão da mesa onde ocorrem os jogos de cartas valendo dinheiro.

É comum o expositor sair de sua barraca para fazer uma aposta no “cassino” ou ir “bater papo” com algum amigo. Foram nestes momentos que pude ficar, por algum tempo, sendo o único responsável pela barraca, negociando vendas e tendo que dialogar com outros vendedores e clientes.

Os produtos vendidos pelos “vendedores ambulantes” tinham valores diferenciados entre turistas e expositores. Enquanto estava na barraca, pude observar que o vendedor de água me vendeu uma garrafa a R\$ 2,00 e logo em seguida vendeu a mesma água por R\$ 2,50 para um turista estrangeiro. A diferença de valores na garrafa d’água me ajudou a perceber pequenas vantagens que se tem quando se é um expositor, neste momento, mesmo não sendo expositor, fui reconhecido como tal e, com isso, consegui o preço diferenciado no valor da água. Por parte dos expositores, só percebi que estava sendo bem recebido quando passei a circular com quantias em dinheiro para efetuar a troca, ou quando concedia desconto por conta própria aos produtos que comercializava o que representa uma autonomia do expositor na fixação do preço.

Durante a tarde a movimentação na Feira é grande, muitos turistas aproveitam este período para fazer compras. As vendas se intensificam em alguns momentos como, por exemplo, no fim da tarde, quando os banhistas saem da praia e passam pela Feira.

Quando o expositor não consegue levar toda sua mercadoria para casa se vê obrigado a contratar outro serviço, o de “guardar mercadorias”, que se trata de um senhor que possui uma

Kombi e espaço em sua casa para guarda-las. Certa vez, Dário precisou deixar uma caixa que não coube em seu carro, ao pagar o “guardador” ele questionou o valor de R\$ 20,00 por apenas uma caixa, porém acabou pagando. Garantir um espaço para guardar às mercadorias significava contratar mais um serviço.

Os bancos de plástico que os expositores se sentam são alugados por R\$ 2,00. Ao fim do dia um senhor passa entre as barracas, recolhe os bancos e o dinheiro. Logo cedo, por volta das oito da manhã, é possível observar uma grande quantidade de bancos empilhados, na medida em que os expositores começam a chegar a Feira, se dirigem a este local e pegam a quantidade desejada, é comum não haver bancos para todos os expositores.

Para aqueles que vêm de carro, como é o caso de Dário, e preferem parar exatamente atrás de suas barracas, precisam desembolsar R\$ 10,00 para pagar aos Guardas Municipais responsáveis pela área, já que os locais são de estacionamento rotativo ou proibido. Para ajudar a pagar as despesas que a Comissão possui com cópias, som, homem para ficar panfletando no ponto de ônibus, além de outras pequenas despesas, cada expositor contribui com o valor de R\$ 2,00, que é pago a uma das integrantes da Comissão que passa de barraca em barraca recolhendo a contribuição.

Por fim, uma das últimas formas de pagamento, comentadas entre os expositores, estava a taxa de R\$ 27,00 que era paga a cada três meses à Prefeitura, por meio da Secretaria de Fazenda. Sobre o valor pago, muitos expositores com quem conversei consideravam justo o valor cobrado, já que correspondia a um custo de R\$ 2,25 por domingo, valor inferior aos serviços que são contratados. Apesar de taxas e serviços serem distintos, o cálculo que o expositor fazia era quanto custaria aos domingos.

2.4 A segurança pública na Feira Hippie de Ipanema

A segurança pública na Feira Hippie é dividida entre os trabalhos realizados pela polícia militar (PM), guardas municipais (GM) e seguranças particulares (Apoio). A partir dos acordos estabelecidos entre estes agentes a Praça General Osório é “dividida” para que cada um responsabilize-se pela segurança na praça e nas ruas próximas a elas.

A primeira vez que percebi um dos integrantes da equipe de “Apoio” foi quando em um momento de “bate papo” na barraca de uma artesã, se aproximou uma mulher com um talão verde nas mãos cobrando a quantia de R\$ 1,00. Ao receber da artesã ela deixa uma moeda cair e diz que não poderia haver diferença em seu caixa, quando ela se afasta, a artesã diz não saber ao certo para o que seria aquele dinheiro, seu filho, que estava próximo diz que eles alegavam que era para segurança da Feira e para trazer mais turistas.

A partir do conhecimento do grupo do “Apoio”, iniciei um trabalho de aproximação com seus membros. O início foi com muita desconfiança por ambas as partes. Até que em ocasiões que realmente eram necessários obter algum tipo de informação, como por exemplo: o dia de uma festa, horário da assinatura da lista de presença ou onde estava determinado artesão era sempre a algum integrante da equipe do “Apoio” que eu recorria. Com o passar das semanas a convivência foi aumentando, o rosto foi ficando conhecido, até a desconfiança diminuir e ser possível realizar uma entrevista abertamente.

A Feira possui duas equipes de seguranças de “Apoio”, uma delas é a equipe comandada pelo ex-bombeiro Adalberto. Há 10 anos ele foi convidado pela Comissão da época para trabalhar como segurança da Feira. Sua trajetória profissional é marcada por 18 anos de trabalho como oficial do Corpo de Bombeiros, sua equipe é composta por três seguranças, entre policiais militares e seguranças particulares. Todos os integrantes da equipe de seguranças trabalham com um colete preto escrito em letras maiúsculas a palavra “APOIO” e com rádios de comunicação. A atuação dos seguranças do “Apoio” não se limita ao espaço dentro da Feira, no perímetro dela atuam “proibindo” ambulantes de atuarem nas redondezas.

O trabalho que fazem ali é considerado pelos próprios seguranças com quem conversei como sendo “tranquilo, sem grandes dificuldades”, na percepção destes seguranças, qualquer problema considerado de “maior” gravidade, como por exemplo, a apreensão em flagrante de algum ladrão, eles contam com a ajuda da PM e da GM.

O trabalho principal do “Apoio” é coibir a atuação de camelôs e vendedores ambulantes de água, embora ressaltem que os “vendedores ambulantes tradicionais” da Feira tenham prioridade para trabalhar. Para determinados “vendedores ambulantes”, como o vendedor de salgados, a

vendedora de quentinhas e o vendedor de bebidas é dada a “permissão” por parte dos seguranças da equipe de “Apoio” para comercialização de suas mercadorias.

Sobre o trabalho realizado para coibir a “entrada” de possíveis camelôs na praça foi possível observar seguranças do “Apoio” conversando constantemente com a única barraca de camelô instalada próxima a saída do metrô, sem demonstrar que estariam o coibindo conversavam como se fossem pessoas já conhecidas, não aparentava haver uma relação de intimidação ou fiscalização. Em alguns momentos, era a este camelô que eu recorria para saber onde estavam localizados os seguranças do “Apoio”.

Por vezes ao lado da cabine policial foi possível observar “vendedores ambulantes” vendendo animais em caixas de papelão, outros vendendo chaveiros, bonés e às vezes uma barraca de comida montada na lateral da cabine para vender bebidas, doces e salgados. Na percepção de um dos policiais militares que ficava próximo a esta barraca: “eram pessoas humildes que trabalhavam ali, por isso não faziam nenhum tipo de fiscalização para verificar se estavam em situação irregular ou não. Sabiam que eram pessoas sem dinheiro”.

O trabalho dos guardas municipais fica muito localizado na parte do trânsito ao redor da praça, lá é onde eles dominam o espaço e comercializam as vagas de estacionamento. Assim observei que eles não ficam constantemente no interior da praça. Estes por sua vez quando indagados sobre os guardas pouco dizem a respeito, já em relação aos policiais militares dizem ser amigos e parceiros.

A Comissão da Feira autoriza que os seguranças do “Apoio” fiquem responsáveis pela segurança privada do espaço. Há uma divisão do espaço entre as duas equipes (Bombeiro Adalberto e Pina), tomando como base o mapa da Praça (Figura 3), a equipe do Bombeiro Adalberto, fica responsável em monitorar a segurança das áreas 1, 3 e 6

Um dos contatos que tive com os seguranças desta equipe ocorreu em um dos momentos que buscava informações sobre a eleição que ocorreria num domingo próximo. Puxando assunto com dois seguranças que estavam num dos portões de saída, perguntei se haveria eleição naquele domingo. Aproveitei a oportunidade me apresentei como antropólogo e expliquei que estava fazendo uma pesquisa de mestrado sobre a Feira.

Quando perguntei a um dos rapazes sobre como era o trabalho realizado pela equipe do “Apoio”, ele explicou que integrava a equipe do “Bombeiro Adalberto” e seu colega a equipe do “Sargento Pina”. Como mencionou um deles, muitos que trabalham nesta função são policiais militares em dias de folga buscando obter algum dinheiro a mais no fim mês. O fato de serem policiais militares contribui para terem uma boa relação com os policiais militares que trabalham na cabine, como dizem os “policiais da praça” são *na moral*, querendo dizer que possuem uma boa relação.

Em relação aos ganhos que obtém prestando o serviço, um dos seguranças me explicou que na polícia militar é possível se cadastrar e informar que possui interesse em trabalhar em dias de folga. Entretanto se ganha pouco mais de R\$ 100,00 por dia, enquanto na Feira recebem R\$ 120,00, no entanto, o que os motiva a trabalharem ali não a pequena diferença de valor, mas sim não estarem expostos a nenhuma situação de risco.

Para explicar a relação que possuem com os camelôs e vendedores ambulantes, o segurança do “Apoio” utiliza uma linguagem figurada personificada para explicar como procede nestes casos:

“É o caso da tartaruga em cima do muro. Quando você encontra ela lá você logo pensa: Como ela chegou ali em cima? Na incerteza de saber quem fora o responsável é recomendado deixar a tartaruga lá em cima. Muitas vezes não coibimos o crime, fazemos vista grossa porque em alguns casos quando prendemos e coibimos somos vítimas do comandante, que fica puto”. (Segurança do “Apoio”, equipe Adalberto)

A fala do segurança pode parecer contraditória se levarmos em consideração a função para qual ele está ali. Entretanto, durante o trabalho de campo foi possível ouvir da Dona Maria, por exemplo, que a insegurança na Feira era estimulada pelos seguranças do “Apoio”.

O trabalho prestado pela equipe do “Apoio” só se torna possível devido à boa relação estabelecida com os outros agentes de segurança pública que atuam na praça e em suas proximidades. A necessidade deste serviço é reflexo da designação criminal que há sobre certos tipos de mercadorias. No fim, todos os agentes públicos que deveriam prestar gratuitamente a segurança, acabam se favorecendo deste mercado [segurança pública] e integrando uma rede de

relações onde fica definido e acordado o limite de atuação de cada um deles (PM, GM e “Apoio”).

O serviço de “Apoio”, apesar de ser um serviço irregular, torna-se uma mercadoria política específica da corrupção. Haja vista, que o recurso político usado para produzir ou a oferecer é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência, cujo emprego legítimo dependia da monopolização de seu uso legal pelo Estado (Misse, 2006).

A partir dos relatos que haviam duas equipes responsáveis pela segurança da Feira, busquei conversar com o Pina, responsável pela equipe das áreas 4 e 2 (Figura 3). Após explicar os objetivos da minha pesquisa ele se mostrou aberto a conversar e falar um pouco sobre a dinâmica do trabalho que coordena. Assim, pegamos dois bancos de plástico e nos sentamos atrás de uma barraca, em um local um pouco mais reservado onde pudemos conversar sem sermos interrompidos a todo o momento.

O Pina iniciou a conversa falando sobre sua trajetória na segurança pública. Aos 16 anos ingressou na carreira militar, vindo a trabalhar na brigada de paraquedista do Exército. Após alguns anos trabalhando nesta função, foi convidado por um amigo para fazer parte da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde trabalharia na segurança dos Governadores Chagas Freitas e depois Negrão de Lima. Ele ressaltou que aquela era uma época em que não se faziam concursos para entrar na polícia, por meio de sua rede de relações pessoais era possível conseguir uma vaga. Atualmente ele é aposentado pela PM, sua última patente foi a de 1º Tenente. Além do trabalho que realiza na Feira, ele faz a segurança de uma casa de câmbio localizada nas proximidades da Praça, lá ele recebe uma diária de R\$ 200,00 pelo trabalho.

Seu trabalho na feira teve início quando um amigo PM pegou a segurança do espaço e o convidou a ajudar com o trabalho. A princípio ele não queria, pois o trabalho era aos domingos, para aceitar ele colocou como condição que teria que receber uma recompensa considerável, já que perderia seus dias de lazer.

Inicialmente era a Comissão da Feira que ficava responsável em realizar os pagamentos da equipe de seguranças. O valor pago pela Comissão era considerado baixo, até que 10 expositores

começaram a pagar por conta própria uma diária. Aos poucos o número de expositores que contribuíam foi crescendo e ele acabou ficando responsável por uma área. Depois que os expositores começaram a contribuir a Comissão parou de ajudar financeiramente. O dinheiro arrecadado é dado espontaneamente pelos expositores, cada um dá o valor que desejar, alguns combinam um valor fixo, outros não. Alguns expositores criticam o serviço e acreditam que quanto mais pessoas envolvidas na segurança maior o sentimento de insegurança entre os expositores (Miranda, 2002).

Um dos seguranças com quem conversei relatou que o trabalho que eles fazem é garantir que os clientes tenham “sossego” para fazer suas compras sem serem importunados por pedintes e ladrões que rondam a área. Ele complementa dizendo que geralmente é mais difícil roubar barracas do que clientes. Por fim ele me diz que o estrangeiro não gosta de ser tocado: *“Se uma pessoa para em uma barraca e um pedinte toca em um gringo ele se assusta e sai. Quem sempre acaba perdendo é o expositor”*.

Sua equipe é composta por quatro seguranças, três deles trabalham como vigilantes e um no Departamento Geral de Ações Sócio Educativas (DEGASE). Os valores pagos pelo Pina são diferentes daqueles pagos a outra equipe de seguranças. Uma diária de trabalho para um segurança que não seja PM custa R\$ 80,00, a diária de um PM acaba sendo maior pelo uso da arma de fogo e pelo treinamento que possuem, recebem R\$ 180,00. O desejo do Pina é que toda sua equipe seja composta exclusivamente por PM, mas para isso seria preciso aumentar a arrecadação.

Na área do Pina, há 10 barracas que não contribuem com o pagamento do “Apoio”, contudo os expositores que pagam pelo serviço, pressionam dizendo que estes deveriam pagar pois a segurança era para todos e conseqüentemente para o aumento das vendas. Buscando compreender como estes expositores que não pagavam procediam, fui a um deles e indaguei por quais motivos ele não contribuía com o serviço do “Apoio”. Como resposta ele me disse que não pagava porque achava que a segurança devia ser feita pelos policiais militares e guardas municipais e que o “Apoio” só aumentava a insegurança na Feira.

Quando estava próximo do fim da nossa conversa, um guarda municipal que estava em umas das ruas próximas a praça, se aproximou, apertou a mão do Pina e o cumprimentou o chamando

de “padrinho”, o Pina faz um gesto com as mãos dizendo que precisava conversar com ele depois. Esta foi uma das poucas vezes que observei um guarda no interior da praça, o conteúdo da conversa que possivelmente vieram a ter não se sabe, entretanto ficou claro a proximidade existente entre os dois.

Como apresentado no primeiro capítulo a equipe do “Apoio” divide a segurança a partir das laterais e do meio da praça. Entretanto há uma área da praça que não é vigiada por nenhum deles. Esta é uma área interna onde ficam alguns artistas plásticos (área 5 da Figura 3). Nesta área é onde está um dos expositores mais críticos a atual gestão e aos revendedores de produtos “Chinas”. Na percepção dos artistas plásticos, os seguranças do apoio integram a rede que possibilita a entrada dos produtos *made in China* na Feira, sendo vistos desta maneira de forma negativa, devendo ser evitados.

No período do trabalho de campo foi possível observar dois incidentes envolvendo a segurança pública. No primeiro deles um possível arrastão¹³ se formou próximo ao metrô, onde um grupo de jovens saiu correndo pelo meio da praça, alguns expositores ficaram em pânico e rapidamente se alastrou a notícia de que havia tido um “arrastão” na Feira. No outro caso, uma senhora empurrava sua bicicleta e observava as mercadorias, quando um grupo de três meninos passou correndo e puxaram seu cordão, rapidamente alguns expositores e clientes se aglomeraram em sua volta. Ela ficou sem reação até ficar aliviada em perceber que sua medalha havia caído em seu sutiã.

No primeiro caso, apesar ter ocorrido um suposto “arrastão” não correu a aglomeração de pessoas ao redor de ninguém que estava na praça. Se a aglomeração de pessoas em volta da vítima é uma das dinâmicas para protegê-la e ajuda-la, isto indica que possivelmente não ocorreu nenhum furto ou roubo durante o que se chamou de “arrastão”, ou ainda, que nada mais era do que um grupo de jovens correndo pelo meio da praça.

Episódios como estes são utilizados pelos seguranças da equipe de “Apoio” para justificar a necessidade de mais seguranças na praça. Segundo eles, tem crescido o número de “pivetes” depois da instalação da UPP na região. Para os expositores, o furto do cordão da senhora se

¹³ “Arrastão” é como popularmente chamam um grande tumulto ou movimentação de pessoas correndo, sempre com conotação negativa, associado ao roubo.

tratou de mais um “caso” de furto que ocorre na Feira, que aumenta ou diminui de acordo com determinadas épocas do ano, sendo mais frequentes durante o verão e no carnaval.

Há ainda aqueles que acreditam que todos estes casos que ocorrem na Praça acabam sendo estimulados pela própria equipe do “Apoio”, onde com isso estimulariam um ambiente de insegurança e tumulto para “vender” segurança.

Poucas foram às vezes em que os Guardas Municipais foram vistos “dentro” da Praça, sempre que eram vistos estavam nas ruas próximas. Conforme observado e relatado pelos seguranças da equipe do “Apoio”, os guardas ajudam a impedir que vendedores ambulantes se aproveitem da movimentação da Feira para vender suas mercadorias nas ruas próximas. A relação dos guardas com os ambulantes pode ser analisada a partir de diversas pesquisas (Mello, 2011 e Azevedo, 2012), recentemente pesquisa realizada por Rocha (2013), indica aspectos de como estes agentes atuam nas práticas de trânsito.

Os guardas integram o grupo de profissionais envolvidos com a segurança pública do local, além deles possuem os PM e o “Apoio”. Desta maneira suas atividades são “acordadas” com demais integrantes responsáveis pela segurança.

Na percepção de um dos seguranças de “Apoio”, a atuação dos guardas ocorre exatamente conforme combinado entres os envolvidos com a segurança da Feira. Ou seja, a praça é responsabilidade da PM e do “Apoio”; à GM cabe à fiscalização das ruas em volta e as vagas “rotativas”. Se para um expositor a ausência dos guardas podia significar menor segurança para o local, na prática a “ausência” é justificada a partir dos acordos estabelecidos. Fazendo parte da segurança e sendo planejado a não atuação dos GM no interior da praça.

Embora haja os expositores que se queixem da “pouca” quantidade de GM na praça, alegando que “eles não fazem nada para impedir que revendedores se instalem na Feira”, outros reconhecem que são graças a eles que as vagas de estacionamento ao redor da praça são “guardadas” para estacionarem seus carros, próximo ou atrás de suas barracas, embora tenham que pagar R\$ 10,00 por dia.

Perceber a atuação dos guardas municipais a partir das redes estabelecidas com os expositores, policiais militares e seguranças do “Apoio” se torna mais um exemplo de quando

ocorre a expropriação de recursos do Estado por parte dos seus agentes, ocorrendo a privatização de um recurso público para fins individuais, assumindo desta maneira o caráter de mercadoria política.

Localizada em uma das extremidades da Praça (Figura 3, área 2) está a cabine da PM. A cabine é blindada e com vidros em todos os seus lados, possui ar condicionado e banheiro. Na porta da cabine há um toldo que é utilizado para estacionar a viatura, embora seja possível ver vendedores de animais e ambulantes parados próximos a esta cobertura ou embaixo dela.

O trabalho realizado pelos policiais consiste em ficar no interior da cabine e visualizar tudo aquilo que ocorre dentro do “campo de visão”, que acaba sendo muito limitado já que as barracas cobrem a visão dos policiais, reduzindo este campo a poucos metros. A conversa com os policiais ocorreu dentro da cabine policial, possibilitando desta maneira observar como procedem em determinadas situações.

O furto à transeunte é a ocorrência mais comum na região. De acordo com a fala dos policiais o número de ocorrências aumentou depois da instalação da UPP, pois com o endividamento do tráfico e a falta de circulação de dinheiro, os “assaltantes acabam descendo o morro” para cometer assaltos, geralmente não utilizam armas de fogo para cometerem tal delito. A maioria das vítimas são de mulheres e os objetos mais furtados são aparelhos celulares do modelo *iPhone*.

Complementando as informações sobre os furtos na área, outro policial diz que: *“os pivetes roubam e geralmente vão na covardia, sempre em maior número. De 200 roubos de celulares, 195 das vítimas são mulheres”*. Quando pergunto sobre qual encaminhamento é dado a estes casos um dos policiais diz que orienta a vítima a procurar a delegacia e fazer um registro de ocorrência, na percepção dos policiais o furto ocorre porque a vítima está “dando bofeira” falando ao celular.

Em relação aos camelôs e vendedores ambulantes que trabalham na Feira os policiais afirmam não ser da responsabilidade deles coibirem tais situações, pois caberiam ao “pessoal da postura”,¹⁴ todavia atuariam nestas situações somente se alguém viesse com a lei dizendo ser proibidos camelôs no local, do contrário não coíbem. Ao lado da cabine policial há uma barraca de pipocas, outra de lanches e um senhor comercializando animais, de acordo com o decreto das

¹⁴ Referência aos fiscais de postura da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro.

Feirantes todos estariam em situação ilegal. Por fim, pergunto a um dos policiais como procederia nestes casos, e ele diz que não faria nada, pois aquelas pessoas não tinham dinheiro, eram apenas trabalhadores.

Trabalhar na região mais nobre da cidade, conhecida simplesmente como Zona Sul, causa certo estranhamento a alguns policiais militares. Um deles que trabalhou no município de Magé, localizado na região da Baixada Fluminense, relatou:

“Lá a realidade é outra, os PM têm mais poder sobre a população, que é de origem humilde e aceitam o esculacho como maneira natural dos policiais procederem. Em Ipanema, a população tem dinheiro e poder, então os PM não podem aplicar o esculacho e tem que ter cuidado com a abordagem, pois eles não sabem o quanto de poder tem o cidadão (pode ser um juiz ou parente)”. (Policia! Militar que trabalha na cabine)

O *esculacho*, que se refere o policial militar é descrito por Pires (2011) como sendo o momento onde o agente detentor da autoridade ultrapassa os limites para repressão e demonstra grande desconsideração com o outro.

Nos trens, a categoria nativa do esculacho designava uma forma de se expressar sentimentos de desconsideração, desrespeito e ausência de reconhecimento, seja da parte de quem sofria seus efeitos (o esculachado), seja da parte de quem testemunhava ou, na maioria das vezes, tomava conhecimento de tais ações. (Pires, 2011, pág. 148).

O que tem em comum nas duas citações é que ambos falam sobre a ocorrência do *esculacho* em locais geralmente frequentados por pessoas com menor poder aquisitivo, como os trens que são utilizados pelos trabalhadores que moram na região da Baixada Fluminense e a região da Zona Norte.

Na visão dos policiais o metrô é visto como um dos mecanismos que contribuem com o aumento da violência na região, pois segundo eles permite a locomoção de moradores de outras partes da cidade, atraindo a “população pobre, vinda da Zona Norte”, para a “área de circulação dos ricos, a Zona Sul”.

Durante a conversa na cabine, um grupo de aproximadamente oito jovens negros, magros, trajando apenas bermuda e chinelos, se aproximou da cabine. O policial logo disse para me acalmar, mesmo eu não tendo manifestado qualquer reação. Em seu rosto foi possível observar uma tensa expressão, após verificar sua arma na cintura ele abriu a porta da cabine e um dos jovens se aproximou perguntando onde era o ponto de ônibus para Olaria, bairro localizado na região norte da cidade. Após indicar onde era o ponto de ônibus, o policial retornou a cabine e relatou que “suspeitar de todos” fazia parte de sua realidade, ainda mais quando “se tratava desta parte da população, de origem mais humilde, onde sempre esperava vir o pior, rezando para que o melhor ocorresse”. Esta situação corrobora e nos mostra como o conceito de sujeição criminal (Misse, 2006) opera na prática.

Por meio da reação dos expositores frente à postura da polícia é que podemos encontrar algumas das chaves interpretativas de como o mercado de cópias tem encontrado seu desenvolvimento dentro do país. O Brasil por temer sofrer sanções do sistema econômico dominante, emprega um discurso na esfera do mercado internacional onde busca posicionar-se como país industrializado emergente, onde procura posicionar-se firmemente contra a informalidade, a pirataria e o contrabando (Pinheiro-Machado, 2013). Embora, na prática, a observação do trabalho dos agentes do Estado indique outra postura em relação a este mercado.

“Lanche da Cabine”, foi como uma das artistas plásticas se referiu ao pagamento que era feito aos policiais militares que ficavam na cabine policial e àqueles que “rodavam com a joaninha¹⁵”, como era chamado à viatura dos policiais que faziam a ronda. Estes pagamentos estariam embutidos na contribuição dada à comissão da Feira, já que esta era responsável em efetuar os pagamentos. Em uma das gestões anteriores, na qual esta artista plástica havia sido membro, era posto propositalmente na prestação de contas a rubrica “Lanche da Cabine”, que segundo ela, fez com que alguns integrantes do “Apoio” se dirigissem até um dos membros da antiga Comissão para reclamar que não poderia ter uma rubrica com este nome na prestação de contas. O que foi suficiente, em sua opinião, para mostrar que todos estão interligados, já que estes pagamentos eram destinados à equipe da “joaninha” e aos policiais do posto fixo.

¹⁵ Apelido popular dado ao veículo da polícia militar quando este era um Fusca. Hoje não é mais utilizado este modelo de carro, mas o nome ainda é usado para se referir à patrulha.

Esta discussão é importante, pois apresenta como os acordos são estabelecidos e as propinas pagas aos diferentes grupos que exploram o espaço como uma maneira de ganhar mais dinheiro. Do mesmo modo como os expositores buscam outras estratégias para aumentarem seus lucros, que nem sempre estão de acordo com o decreto que os regem, policiais militares e seguranças do “Apoio” também criam suas redes que possibilitam o aumento de seus ganhos.

Os policiais militares são acusados por alguns artesãos e artistas plásticos de serem os responsáveis em contribuir com a entrada dos “Chinas” na feira, mas por outro lado são pagos pelos próprios expositores o que gera uma contradição entre aqueles que os acusam e ao mesmo tempo os mantem no espaço

Se por um lado temos aquele artesão que diz não pagar o serviço dos seguranças do “Apoio” por acreditar que a segurança pública seja dever do Estado, temos também a situação daqueles que pagam por se sentirem coagidos. Como relatou a Dona Maria, que diz que paga ao “Apoio” porque tem medo deles fazerem alguma coisa com ela, ou mandarem alguém vir roubar sua barraca. Ou seja, se há artesãos que pagam mediante coação, cabe aqui a ideia da ocorrência da extorsão, já que estes são obrigados a pagarem mediante chantagem e outros meios que caracterizam ameaça.

CAPITULO III

OS “CHINAS”

Além dos artesãos e artistas plásticos, os “Chinas” também representam uma categoria específica de expositores que trabalham na Feira. São indicados por artesãos e artistas plásticos como os principais responsáveis pela entrada dos produtos manufaturados, contando para isto com a ajuda dos policiais militares e seguranças do “Apoio”.

Como já foi dito a “Feira Hippie de Ipanema” destina-se a expositores que produzam mercadorias de natureza artesanal e/ou artística, sendo tais habilidades comprovadas a partir da seleção organizada pela Prefeitura em conjunto com o Centro de Artes Calouste Gulbenkian. Onde por meio de um edital, o candidato a expositor precisa comprovar a uma banca, nomeada pela Prefeitura e composta por profissionais ligados ao campo das artes, que é capaz de produzir uma peça artesanal. É possível que cada candidato seja habilitado em até duas técnicas de produção. Com esta seleção a Prefeitura pretende garantir que somente produtos artesanais e/ou artísticos sejam comercializados, sendo qualquer produto de outra natureza considerado ilegal naquele espaço.

Ao contrário do que se podem imaginar estes “Chinas” não possuem traços orientais e não falam mandarim, não se destacando de qualquer outro expositor por suas características fenotípicas. Entretanto, o que torna um expositor “China” é o tipo de mercadoria que este comercializa, a mercadoria determina o código moral daquele expositor. Fazer uma referência à China foi à maneira encontrada por artesãos e artistas plásticos para dizerem que aquele produto é uma falsificação, seja reproduzindo bolsas das marcas *Hermès* e *Louis Vuitton*, seja reproduzindo produtos artesanais. Como ocorre entre os demais grupos observados, ser um expositor “China” implica uma série de códigos específicos deste grupo, que serão aqui descritos a partir das observações realizadas.

Os produtos “Chinas” encontrados na Feira Hippie integram um mercado internacional mais amplo, descrito por Pinheiro-Machado (2008), como o mercado *made in China*. Sendo hoje “marcas registradas” de produtos baratos e de pouca qualidade, estes produtos, durante alguns

anos, vem sendo a âncora do desenvolvimento econômico chinês, uma vez que alicerçado na proliferação da pequena e média indústria. Trata-se de um mercado que se caracteriza por um alto grau de ilicitude (Pinheiro-Machado, 2008), no momento em que grande parte das mercadorias que ele movimenta é falsificação, cópia e pirataria.

Da linha de produção de uma mercadoria produzida na China até seu destino final em uma banca de feira em uma cidade brasileira qualquer, há um sistema econômico complexo e multifacetado, alternando níveis de formalidade e informalidade ao longo de uma extensa cadeia mercantil. Neste circuito global de mercadorias *made in China*, a noção do que é “ilícito” muda de acordo com cada País. Um produto pode sair da China sendo lícito e ao chegar ao Brasil torna-se ilícito, como por exemplo, o caso dos relógios “Dolex” que buscam copiar a marca Rolex. No Brasil a venda do “Dolex” fere os direitos autorais sobre marca e patente.

No Brasil, a partir dos anos 1980, como mais força na década seguinte, passamos a perceber a presença cada vez mais contundente de produtos *made in China* nos mercados e feiras populares. O *boom* da economia chinesa teve efeitos imediatos e vultuosos sobre os antigos comércios de rua brasileiros. O surgimento de mercadorias *made in China* acarretou grande mudança nos mercados populares brasileiros. Até então o comércio de rua e feiras das grandes cidades vendiam em grande parte miudezas, artesanatos, frutas e peixes (Pinheiro- Machado, 2008).

Caminhando pela Feira Hippie é possível observar uma série de produtos não artesanais ou artísticos. Diferenciando-se dos demais por possuírem valores menores, já que são produzidas em grande escala, em oposição ao modo de produção artesanal, que gera uma produção menor com custos maiores. Os produtos não artesanais vão desde pulseiras de miçangas, bolsas que reproduzem modelos de grife, camisas estampadas, sandálias estilo “havaianas”, colares, cintos da moda, entre outras mercadorias que se misturam e se camuflam em meio aos produtos artesanais. O volume e colorido gerado pelas bolsas e cintos se destaca dentre as demais mercadorias, estes formam os produtos não artesanais que encontrados em maior quantidade, sendo comum ouvir dos artesãos e artistas plásticos a expressão: “*as bolsas da China*”, para se referirem a expositores que comercializam estes produtos.

As fotografias abaixo (18 e 19) mostram dois destes produtos, que acompanhando o período de Copa do Mundo atendem as demandas do mercado consumidor por produtos com estampas e cores do Brasil.

Fotografia 18 : Produtos Chinas: Camisas e bolsas do Brasil e Coca-Cola



Marcos Moura, Data 11/05/2014

Fotografia 19 : Produtos Chinas: Camisas do Brasil com brilho



A seleção realizada pela Prefeitura não garante que produtos de outras naturezas sejam impedidos de entrar no espaço. Assim olhando para as mercadorias manufaturadas, ou seja, para os produtos não artesanais, é que descreverei a rotina e as estratégias utilizadas para entrada destes produtos e como eles são utilizados para categorizar estes expositores.

Num primeiro olhar, a Feira Hippie de Ipanema pouco se diferencia de outras feiras da cidade do Rio. As barracas, os clientes, os expositores e mercadorias, fazem daquela Feira mais uma em meio a tantas outras que existem na cidade. Apesar disso, o convívio e histórias contadas por aqueles que trabalham naquele espaço permitem perceber suas singularidades que as diferenciam das demais feiras. Foi assim que durante uma conversa sobre bandejas e porta copos, que uma artesã queixou-se das baixas vendas, atribuindo-lhes a causa ao que ela chamava de “invasão dos Chinas”. O uso da expressão foi suficiente para perceber que outras relações, não aparentes, se estabeleciam naquele espaço e que seria importante compreender o que significava a *invasão* e quem eram os *invasores*, neste caso denominado de “Chinas”.

A dificuldade em reconhecer quais expositores eram “Chinas” ou não, foi atenuada na medida em que observava a comercialização das mercadorias e a forma como estas eram organizadas sobre o tabuleiro da barraca. O trabalho como ajudante de expositor permitiu-me observar detalhes aparentemente simples, que posteriormente se revelaram como códigos importantes para diferenciação dos “Chinas” em meio aos expositores artesãos. Como já mencionei no capítulo II, os artistas plásticos se reservam em tal categoria devido às possibilidades de comprovarem que suas mercadorias são autênticas.

A foto 20 mostra o momento quando a equipe de fiscalização da Prefeitura aborda um expositor que vendia colares de sementes e imagens de gesso. Sobre o tabuleiro é possível ver três cores de tecidos e dois tipos distintos de mercadorias, não se pode dizer ao certo se foi este o motivo que levou os fiscais a pararem nesta barraca. Porém, o trabalho realizado revelou que aquele não era o expositor responsável pela licença e que a documentação da barraca tinha uma artesã titular registrada, além disto, a técnica permitida era somente o trabalho em gesso. Nesta situação, coube ao expositor, rapidamente retirar sua mercadoria antes que fosse realizada a

derrama, ou seja, quando toda mercadoria da barraca é recolhida pelos guardas municipais que acompanham os fiscais (Miranda, 2003 e Pires, 2011).

Fotografia 20: Apreensão de mercadorias pelos fiscais



Marcos Moura. Data 03/04/2013

Alugar parte do tabuleiro ou toda barraca de um expositor licenciado pela Prefeitura aparece como uma das maneiras de possíveis revendedores de produtos manufaturados começarem a trabalhar na Feira. O artesão que aluga parte de seu tabuleiro não é visto como um “China”, mas é hostilizado por alguns artesãos por contribuir com a entrada dos produtos “Chinas” naquele espaço.

No caso do aluguel de toda barraca, ela pode surgir de um domingo para o outro, como foi o caso da barraca que havia sido montada ao lado da barraca da Dona Maria.

“A Barraca aqui do lado foi colocada hoje, a dona da barraca não aparece há mais de um ano aqui. Agora ela conseguiu alugar por R\$ 800,00, vou ter que espremer todas as minhas roupas na barraca por causa desta nova barraca.” (Dona Maria, artesã, trabalha na Feira há 31 anos).

Os produtos revendidos são camisetas estampadas, classificadas como um dos produtos “Chinas” de maior comercialização, depois das bolsas e cintos. Neste caso a expositora que aluga a barraca justifica dizendo que a dona da licença é uma senhora de muita idade, que não há mais como vir para Feira por isso ela alugava sua barraca para ajudar com a compra de seus remédios.

As fotografias 21 e 22 mostram dois tipos de mercadorias que são comercializadas nesta barraca, à primeira é a fotografia de uma das camisetas comercializadas e a segunda um dos poucos colares de pedras em “couro” que ficam sobre pilhas e pilhas de camisetas. As camisetas são claramente compradas em outro local e revendidas ali e todas são etiquetadas com nomes de determinadas marcas. Em relação aos colares a expositora diz que o trabalho em couro é a técnica permitida na licença, no entanto o colar é muito feio e ninguém tem interesse em comprá-lo, por isso uma quantidade pequena apenas para atender a fiscalização.

Fotografia 21: Produtos comercializados em uma barraca alugada: Camisa caveira



Fotografia 22: Produtos comercializados em uma barraca alugada: Colar de pedras e couro



Marcos Moura. Data 08/06/2013

Alugar a barraca e deixar algumas peças confeccionadas com a técnica informada na licença fazia parte de uma das estratégias para não chamar atenção da fiscalização, na qual depende dos indícios para se efetivar (Miranda, 2002). Era comum vermos em meio a peças industrializadas outras confeccionadas artesanalmente.

Outra maneira de identificar um “China” era através de mercadorias já reconhecidas e indicadas pelos artesãos e artistas plásticos como sendo produtos oriundos do camelódromo da Uruguaiana. Era comum ouvir dos artesãos que a Feira estava se tornando um “camelódromo” e que eles estavam sendo tratados como vendedores de legumes pela Prefeitura. As fotografias abaixo (23 e 24) ilustram alguns destes produtos expostos sobre as bancas, à primeira imagem

mostra um conjunto de camisetas industrializadas e a segunda bolsas de plástico que buscam reproduzir as típicas bolsas em couro que são vendidas por alguns artesãos.

Fotografia 23: Produtos “Chinas” de maior destaque: Camisas de malha



Créditos: Marcos Moura. Data 28/07/2013

Fotografia 24: Produtos “Chinas” de maior destaque: Bolsas



Créditos: Marcos Moura. Data 28/07/2013

Os tipos de mercadorias e as cores do tecido sobre o tabuleiro tornaram-se importantes elementos para observação daqueles expositores que possivelmente são classificados como “Chinas”. Haja vista, que nenhum dos entrevistados durante a pesquisa assumia ser “China” ou tão pouco que sua mercadoria não fosse de procedência artesanal. O “China” era sempre o da barraca ao lado, falar sobre o assunto não era tão fácil, ou se falava no genérico, ou quando se apontava para algum deles era com muita cautela e descrição. Conforme disse um artesão: *“não é bom falar disso [Chinas], são mafiosos e as autoridades já estão sabendo”*.

Uma das maneiras mais difíceis em identificar um “China” é quando um artesão na “ânsia em ganhar mais dinheiro” começa a revender produtos manufaturados, sendo visto pelos demais artesãos e artistas plásticos como um artesão que virou “China”. Como disse um dos artistas

plásticos entrevistados “o Nelson das Sandálias virou hoje o Nelson das Bolsas, hoje em dia ninguém mais usa sandálias de pneu”.

Observando a equipe de fiscalização (fotografia 20), foi possível presenciar um segundo momento onde os fiscais se deparam com uma barraca repleta de pulseiras com sementes, a quantidade de mercadorias chamou atenção dos fiscais, já que os produtos artesanais são produzidos em pequena escala. A foto abaixo mostra o tabuleiro desta barraca no momento da fiscalização.

Fotografia 25: Pulseiras de semente



Marcos Moura. Data 03/04/2013

Os expositores, ao serem indagados pelos fiscais sobre a procedência da mercadoria ficaram muito irritados com tal desconfiança e fizeram questão de apresentar sua documentação para conferência. Que neste caso, encontrava-se correta já que o titular pela licença encontrava-se no local e o tipo de técnica permitida era trabalho com sementes. A desconfiança dos fiscais era que para complementar sua produção o artesão tivesse comprado parte das mercadorias no camelódromo da Rua Uruguaiana. Os expositores argumentaram que a única maneira de comprovarem a autenticidade das peças era indo a oficina onde produzem, pois lá havia vários restos de semente e outros materiais utilizados para produzir a mercadoria. Aos fiscais nada coube fazer já que a documentação e técnica utilizada estavam regular.

Um artesão que esteja com a documentação da barraca em dia e na busca por aumentar sua produção, e conseqüentemente seus lucros, geralmente começa a comprar “produtos chinas” para complementar sua produção e expor na Feira. O fato da autenticidade do artesanato ser comprovado apenas pela observação do trabalho do artesão, faz com que “tudo” no primeiro momento, seja classificado como “artesanato”, se tornando uma chave importante quando um artesão deseja comercializar produtos “Chinas”.

Nesta estratégia, caso o artesão seja convocado a Prefeitura para comprovar sua habilidade artesanal, ele conseguirá desenvolver sem problemas uma peça semelhante a que foi observada em sua banca. Misturar duas mercadorias semelhantes, onde ambas não possuam marca de autenticidade é tornar quase impossível a distinção, ainda mais com o artesão afirmando se tratar tudo peças artesanais.

Sem ter como provar que a origem das mercadorias não é artesanal, expositores utilizam desta estratégia para aumentarem sua produção e com isso conseguem valores menores para venda. Como destaca uma artesã:

“Um arco de cabelo da china custa R\$ 1,00 o meu artesanal custa R\$ 10,00 andando pela Feira você vai ver que existem arcos da china que são similares aos meus. A entrada dos produtos da china no Brasil desfavoreceu os artesãos daqui. O produto china é uma ameaça aos produtos artesanais brasileiros”. (Artesã há 40 anos)

Neste caso os “produtos chinas” são trazidos por expositores que são licenciados como artesãos, se encontram com sua documentação em dia e conseguem reproduzir peças semelhantes caso sejam chamados para comprovar a habilidade com a técnica. É interessante perceber que a “indústria das cópias” ou as peças de origem *made in China* (Pinheiro-Machado, 2010), buscam reproduzir produtos manufaturados que tenha aspectos artesanais.

Durante a fiscalização é permitido que os fiscais convocassem o expositor a comparecer ao Centro de Artes Calouste Gulbenkian para comprovar que dominam a técnica. Isso torna o trabalho da fiscalização quase impossível de ser realizado, haja vista a quantidade de expositores e dinâmica com que a aparência das mercadorias mudam.

Os artesãos defendem que para os Fiscais realmente saberem se é aquele expositor quem produz a peça, eles devem realizar visitas aos ateliês. Se o produto realmente foi desenvolvido naquele local, haverá algum indício, como uma mancha na parede ou um pedaço de tecido no chão. Embora, houvesse o relato de um caso onde em umas das visitas a um determinado ateliê, o expositor houvesse forjado a criação do local para indicar que as peças eram produzidas ali, ainda que fossem compradas na Uruguaiana. A maneira de provar a autenticidade da peça estava sendo adulterada para justificar a existência de peças ilegais naquele espaço, neste caso além de conhecer o local, que pode ser “montado”, seria necessária uma observação do artesão desenvolvendo a peça, ou seja, a dinâmica do trabalho para provar que uma determinada peça não é artesanato depende de uma série de fatores que os tornam quase inviáveis de serem realizados.

Mostrei aqui as principais maneiras observadas que possibilitam o reconhecimento deste grupo. Sejam a partir dos produtos que revendem (“bolsas da china”, cintos e havaianas), da forma como organizam a barraca (cores do tecido) e as mercadorias que ficam sobre ela (bolsas e cintos *made in china* ficam na lateral) e com maior dificuldade aqueles artesãos que trazem produtos manufaturados comprados na Uruguaiana, que muito se assemelha aos de produção artesanal.

É interessante notar que da fábrica de produtos chineses às bancas de revenda, o sistema de comercialização de produtos chineses vai se alternando e adquirindo ora face da legalidade, ora da irregularidade (Pinheiro-Machado, 2010). Da mesma forma, um mesmo processo de produção pode se caracterizar por uma fachada formal, onde os produtos comercializados estão de acordo com a licença permitida pelo Estado, embora grande parte dos subsídios que os garantem neste mercado seja informal. Este sistema produtivo percorre o mundo em escala global e, portanto, “não adquire necessariamente contornos espaciais ou comunitários nem constitui “setores”, mas, antes, percorre complexamente todo o conjunto do tecido social político e econômico” (Misse, 2006).

3.1 O principal produto: As “bolsas da China”

Como vemos na fotografia (24), as “bolsas da China” chamam atenção depois de organizadas na barraca. Vem sendo considerada pelos artesãos como um dos produtos que mais descaracterizam a feira artesanal. As bolsas revendidas são produzidas em corino, material semelhante ao couro.

Quando estes expositores são indagados sobre o material utilizado na mercadoria, afirmam veementemente se tratar de um produto artesanal em couro. Entretanto, quando solicitamos a este expositor algum tipo de reparo na bolsa ou alguma produção sobre encomenda a resposta é sempre a mesma: ele diz não ser possível por estar repleto de pedidos. Esta estratégia foi utilizada em diversas barracas que comercializavam “bolsas da china”, a resposta obtida era sempre padrão: “*estamos com muitas encomendas*”, já que não podiam assumir que não poderiam fazer alterações na peça ou produzi-las em outras cores e tamanhos por não serem os produtores.

Quando esta mesma pergunta era realizada a expositores que produziam produtos artesanais, estes prontamente se animavam em “pegar” a encomenda, sendo esta uma prática comum entre os artesãos, já que uma das vantagens do artesanato é justamente produzir peças únicas ao gosto do freguês.

Como ocorre nos casos das pulseiras de sementes, grande parte dos artesãos que hoje revendem “bolsas da china” produziu durante muitos anos bolsas em couro. De tal modo quando chamados à Prefeitura para atestarem a técnica, conseguem comprovar facilmente à técnica permitida: trabalho em couro.

Os fiscais não conseguem argumentar sobre o tipo de material utilizado para confecção da mercadoria, embora percebam se tratar de um material similar ao couro¹, ficam sem possibilidades de argumentar com o expositor, já que aparentemente está tudo correto com a licença: técnica em couro e impostos pagos.

¹ O corino e o corvim são dois tipos de materiais muito utilizados para substituir o couro, já que possuem preços bem mais acessíveis.

Para proceder com uma possível análise do material, o Fiscal deve apreendê-lo e encaminhá-lo para que técnicos especializados da Prefeitura façam uma análise do material e digam se é ou não falsificado, além de convocarem o expositor para reproduzir uma peça com material e formato idênticos.

Em conversa com um artista plástico ele relatou um caso onde um Fiscal procedeu desta maneira. Apreendeu uma das “bolsas da china” e a levou para Prefeitura para que o material fosse examinado e em seguida feito uma cópia idêntica pelo expositor responsável. A expectativa entre os demais artesãos que acompanharam o caso era que o expositor não conseguiria reproduzi-la, já que se tratava de um produto manufaturado, feito em corino e não couro. Apesar disso, para surpresa de todos a peça foi fielmente reproduzida. Tempos mais tarde vazou a informação que a bolsa levada pelos Fiscais havia sido trocada na Prefeitura por uma do tipo artesanal, o que gerou uma grande revolta entre os artesãos, chegando ao afastamento do profissional responsável por acompanhar este trâmite na Prefeitura. O objetivo da troca foi permitir ao expositor a elaboração de uma peça idêntica, o que sugere que há uma ilegalidade no processo de fiscalização.

No caso específico das bolsas, a crítica está na maneira como está mercadoria é organizada na barraca, pois segundo os artesãos estes produtos chamam muita atenção pela sua cor e volume, além de ser perceptível não se tratar de um produto artesanal. Como disse uma das artesãs é difícil acabar com as “bolsas da china”, porém eles (expositores) deveriam misturar um pouco de bolsas de couro para não ficar muito na cara que são produtos falsificados. O que não ocorre, já que o artesão que comercializa este tipo de bolsa dificilmente volta à produção em couro. As poucas bolsas de couro que ficam misturadas as demais faz parte de uma estratégia de apresentação aos fiscais, em caso de necessidade, e não para camuflar as manufaturadas. É interessante notar que a artesã não defende que tais produtos sejam retirados, mas sim que sejam melhor organizados e que não obtenham tanto destaque.

Enquanto uma bolsa em couro legítimo pode ser comprada na Feira por valores que variam de R\$ 200,00 a R\$ 500,00, as “bolsas da china” são comercializadas por valores que dificilmente ultrapassam os R\$ 70,00. Em se tratando de produtos não originais o baixo custo do produto está ligado a pouca qualidade ou comprado no mercado informal, onde a noção de autenticidade é bastante fluída (Pinheiro-Machado, 2010).

O mercado de cópias se divide em produtos de primeira, segunda e terceira linhas, existindo também a “réplica de terceira linha” – produto considerado como detentor de pior qualidade de todos. Neste mercado há uma separação entre as noções de pirataria e réplica, sendo a primeira um produto de má qualidade estando atrelado a descartabilidade e a segunda um produto de alto valor agregado. No caso da Feira Hippie, por não se tratar de um mercado abertamente de produtos piratas, estas expressões como utilizadas pelos camelôs para se referirem as cópias de boa qualidade, não aparecem na Feira. Para o cliente todos os produtos comercializados são artesanatos exclusivos e originais, por mais que o expositor saiba que se trata de uma cópia nunca irá classifica-lo como tal. Neste caso, garantir que o produto é artesanal, justifica uma série de argumentos que são utilizados no momento da venda.

A réplica, ou seja, o produto com qualidade superior a uma cópia de 1ª linha, não deve ter aspectos que desconfigurem a possibilidade de ser um produto artesanal, no caso deste mercado de copias especificamente, já que é isto que coloca “peso” sobre a autenticidade do produto. A tradição dos produtos vendidos naquela praça², também define como deve ser uma boa cópia para ser comercializada na feira.

Como alguns artesãos já reconhecem ser impossível barrar a entrada deste tipo de mercadoria, a preocupação destes consiste em não deixá-las tão visíveis aos clientes, afinal ali é uma Feira de produtos artesanais e é isso que deve parecer ser para atrair os clientes. Manter a identidade de uma feira artesanal é importante, pois os coloca de acordo com o decreto das Feirartes, caso contrário podem perder suas licenças.

Assim, no caso das bolsas há aqueles que compram acreditando estar levando um produto artesanal em couro e os que compram sabendo se tratar de uma falsificação, mas são atraídos pelos valores acessíveis não questionando a qualidade do material da mercadoria. Embora em nenhum momento seja revelado pelo expositor que não se trata de um produto originalmente artesanal.

No caso das bolsas *made in China* comercializadas na Feira, a maior parte não possui etiquetas de marcas, o que é uma estratégia do mercado de cópias para valorizar a mercadoria. O objetivo deste mercado é sempre produzir mercadorias que possam ser “apresentadas” como

² O mercado de cópias divide as mercadorias em produtos de 1ª, 2ª e 3ª linhas, para se referirem ao nível de qualidade da mercadoria. Sendo os de 1ª linha melhores que os de 3ª.

réplicas. Como a falsificação consiste justamente em deixar as peças com os mesmos aspectos e semelhanças da peça original, neste caso se tratando de uma tradicional feira de artesanatos (Holanda, 2004), a melhor falsificação de uma bolsa é aquela que imita couro legítimo e não aquela que apresenta o nome de uma grande grife.

Aqui é onde as categorias do mercado de cópia se confundem, mas especificamente no que diz respeito ao uso das “etiquetas” e “marcas” aparentes na mercadoria. No caso dos produtos artesanais faz parte da “marca” não ter “marca”.

3.2 Artista plástico x Artesão: A autenticidade do trabalho

Para os artistas plásticos, estar no centro da Praça separado dos demais expositores por um cercado de grade mantém o grupo dos artistas coeso e permite reforçar suas diferenças em relação aos artesãos e, principalmente, em relação aos “Chinas”. Como justificam, suas obras de arte são originais, todas devidamente assinadas, as tornando impossível de serem falsificadas, ao contrário do artesanato, que por não ser assinado permite a falsificação. A prerrogativa da assinatura nas obras faz com que o trabalho dos artistas plásticos não seja classificado como um possível produto “China”. Assim não há uma construção da identidade artista plástico “China”. Na medida em que os produtos “Chinas” conseguem ampliar seu espaço na Feira, a prerrogativa da autenticidade de uma peça se torna uma questão importante mais não relevante. O diferente neste caso passa ser o expositor que consegue provar que sua peça é original, embora isto não seja uma questão para os clientes.

Ao contrário do que ocorre no mercado de artes, os valores dos quadros vendidos na Feira diminuem com o tempo. É comum ouvir artistas plásticos queixando-se das vendas e falando sobre a desvalorização do trabalho artístico. Os artistas se encontram em um espaço onde os valores dos produtos tornam-se cada vez mais baixos, devido em grande parte à entrada das mercadorias “Chinas”. Por outro lado, seus valores estão amarrados à autenticidade e originalidade o que vem na contramão do que é a Feira nos dias de hoje.

Na lógica dos artistas plásticos, o espaço reservado aos quadros os distancia dos produtos falsificados. Sendo para eles inadmissível colocarem suas obras [originais] ao lado de uma possível barraca “China”. Neste caso, a vantagem em ser artista plástico está em nunca ser confundido com um revendedor de mercadorias falsificadas.

3.3 De Artesão à “China” – O “estandarte” das liminares

João Pedro³ está entre os artesãos que são reconhecidos pelos demais como um dos mais antigos da Feira, ele trabalha há mais de 30 anos como artesão. Nos primeiros anos da Feira suas vendas destacavam-se entre as de outros expositores, o produto que o fazia ter uma ótima venda eram as poltronas em couro. Segundo ele uma invenção própria, muito procurada por turistas estrangeiros chegando à época a ganhar destaque na imprensa. |

As vendas das poltronas começaram a ser realizada nos hotéis, ficava cada vez mais difícil vendê-las já que passou a depender da ida do expositor ao hotel e depois a entrega da mercadoria. Diante estas circunstâncias, João Pedro começou a produzir camisas estampadas com imagens do Rio e da Feira Hippie. Segundo ele: “as camisas são fáceis de transportar e possuem melhor valor de venda”.

Sendo um dos expositores mais antigos da Feira ele reúne fotos e um grande acervo sobre a história do local. Como uma das maneiras de preservar parte desta história ele escreveu um livro, no qual publicou por conta própria e distribuiu para aqueles que estão interessados em conhecer um pouco mais sobre a Feira Hippie ao longo dos seus 45 anos de existência. Neste livro ele conta como foi o processo de alteração de sua licença de *couro* para *arte em tecido*.

“Já fiz um requerimento pedindo o teste de arte em tecido, mas não fui chamado ainda. Meus colegas já me haviam denunciado ao fiscal Eduardo. Disseram que minha licença era de couro e não de tecido. Eu ainda não estava autorizado a vender as camisas e por isso, era o artesão mais denunciado na fiscalização (...)

(...) Durante um momento de fiscalização o fiscal pediu que eu retirasse minhas mercadorias já que minha licença não autorizava aquela técnica. No meio do tumulto, eu disse ao fiscal que a culpa não era minha, pois já havia solicitado o teste e ainda não fora chamado. O fiscal não acreditou e me pediu o protocolo do requerimento. Prontamente, eu o apresentei. O fiscal ficou perplexo. Ele não poderia interditar a minha barraca porque o processo de legalização já estava iniciado” (...)

³ Apesar de o livro ter sido publicado pelo mesmo, o considero aqui neste trabalho como um material obtido no campo e não como uma referência bibliográfica. Desta maneira optei por alterar o nome do autor e o título do mesmo para que ele não possa ser identificado.

Em meio a esta situação vivenciada pelo João Pedro, a fiscalização da Prefeitura iniciou um procedimento de mapeamento das barracas na praça. O objetivo era ver quais os tipos de mercadorias eram comercializadas e o espaço que eram utilizados. No caso do João Pedro sua mercadoria passou de móveis para camisas.

Com o fim do mapeamento cerca de 80 vagas surgiram na Feira, a dúvida que pairava era como estas vagas seriam ocupadas. Até que em um evento de comemoração os artesãos e artistas plásticos perceberam que:

“Todas as vagas foram ocupadas sem nenhum esclarecimento prévio. O comentário era geral a respeito dos novos expositores. Ficamos sabendo que as pessoas que ocupavam as vagas não tinham licença (...) Essas pessoas não possuíam licença e não sabíamos quais tinham sido os critérios adotados para tal distribuição. Para nós, expositores, eles eram todos camelôs (...) Eles são todos camelôs! Gritou Elaine do Sindicato. Eu estava ligado e observei que, desta vez, a Prefeitura havia cometido um erro grave. O fiscal, suando muito e nervoso, anunciava:

- Todas as pessoas que ocuparam as vagas vão ser testadas e habilitadas. Quem for reprovado será retirado.

-É ruim, heim? – pensei – Quem, depois de conseguir um espaço físico em Ipanema, vai aceitar ser retirado?”

(Relato descrito pelo João Pedro em seu livro)

Com o surgimento destas 80 vagas, não só o Seu Luciano deveria fazer uma nova prova na Prefeitura, como também os novos expositores.

“No dia do teste juntei todo meu material com cuidado para não esquecer nada. Coloquei meus instrumentos em uma bolsa grande e, em outra mão, levaria as telas de silk-screen. Depois de tudo pronto peguei um ônibus em Copacabana e desembarquei na Praça da Bandeira (...) A revelação em silk-screen exige um

ambiente especial: uma câmara escura, lâmpadas especiais e outras coisas. Resolvi este problema montando a câmara no banheiro (...).

(...) Começamos, então, a fazer o teste os fotolitos das artes para revelar as telas. Duas horas depois, terminei os fotolitos (...) Já era quase seis horas quando terminei de estampar uma camisa. Na sala estavam poucas pessoas, só havia um senhor de idade olhando os candidatos. Guardei meu material e entreguei a camisa ao senhor que respondeu com a voz já cansada que estava tudo bem (...) “

(Relato descrito pelo João Pedro em seu livro)

Dias se passaram até sair o resultado do teste, neste período as fiscalizações foram encerradas, até que:

Fazia algum tempo que eu não recebia a visita dos fiscais. Todos aqueles que fizeram os testes esperavam ansiosos pelos resultados (...) Até que meses depois, Rildo, um colega da Feira, me disse que os resultados dos testes já tinham sido divulgados, e meu nome estava na lista dos reprovados (...) As pessoas que não tinham licença teriam que sair, perderiam seus empregos. Até que em um domingo um amigo chega até mim e diz: - João Pedro, você já deu entrada na ação? Nós já demos e conseguimos uma liminar. Estamos contestando os resultados dos testes. Naquele momento mais de 50 pessoas já haviam dado entrada na ação.

(Relato descrito pelo João Pedro em seu livro)

Todas as pessoas reprovadas no teste recorreram ao Vereador José Augusto, antigo e tradicional vereador da cidade do Rio de Janeiro, que na ocasião sugeriu que todos eles entrassem com uma ação coletiva na justiça, a fim de obterem uma liminar e assim prosseguirem com o trabalho. Como diz o João Pedro: “*muitas pessoas que entraram na justiça para obter liminar eram claramente camelôs*”.

Como os outros 50 expositores que deram entrada na ação para obter a liminar, João Pedro também seguiu pelo mesmo caminho e obteve uma liminar para permanecer com as vendas de camisas *sub judice*. Neste caso, “o povo das liminares”, como alguns expositores se referiam, estava protegido da atuação dos fiscais. Desta maneira, mas de 50 barracas se instalaram na Feira, mesmo com seus expositores tendo suas técnicas artesanais reprovadas pela Prefeitura.

O João Pedro acabou se tornando uma figura emblemática quando o assunto se refere às liminares. Seu caso acabou sendo mencionado por outros expositores para dizer que realmente o prova técnica realizada pela Prefeitura estava errada, haja vista que um dos artesãos mais antigos da Feira havia sido reprovado. Como ele diz foi colocado como “*standard*” do processo, por ser um artesão antigo e por já possuir uma licença que o qualificava como artesão.

Em relação aos produtos comercializado por estes expositores, grande parte são camisetas estampadas, sandálias *havaianas* e “bolsas da china”. Ou seja, dentro das categorias utilizadas pelos próprios expositores estes são “Chinas” que aguardam pela realização de uma nova prova na Prefeitura para comprovarem que são artesãos ou artistas plásticos.

3.4 O Vereador e os “Chinas”

O vereador José Augusto faz parte de uma tradicional família política da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Filho e pai de políticos está entre as vereadores mais votados da cidade. Apesar de reconhecido por sua atuação na Zona Oeste, percebemos aqui que suas relações se estendem para outras áreas da cidade.

O Vereador ao dar os primeiros passos de ajuda a “Turma da Liminar” ou aos “Injustiçados”, como ele os chama, deu início a uma estreita relação com um grupo de 50 expositores que haviam sido reprovados no teste de habilidades artesanais e/ou artísticas organizado pela Prefeitura. Demonstrando muito interesse nos assuntos da Feira, a Vereador prosseguiu com uma série de ações em favor dos expositores. Mesmo a aproximação maior sendo com a “Turma da Liminar”, alguma destas ações acabou beneficiando a todos.

No período eleitoral toda “Turma da Liminar” trabalhou na equipe de campanha da Vereador, foi neste período também que surgiu a iniciativa do tombamento da Feira Hippie de Ipanema. Com esta medida o poder público não poderia tomar nenhuma ação que ameaçasse a Feira ou até mesmo mudá-la de local, como vinha sendo o grande receio dos expositores.

A solução encontrada para proteger a Feira Hippie estava no tombamento da Praça General Osório, incluindo suas atividades culturais. Durante o processo de tombamento as reuniões com os artesãos e artistas plásticos se intensificaram e logo todos sabiam que esta havia sido uma iniciativa do José Augusto.

Além dos casos das liminares o Vereador tratava também dos problemas relacionados ao estacionamento em torno da Feira. Como já mencionado em capítulos anteriores, estacionar nas proximidades da praça era sempre um grande problema, sendo solucionado chegando muito cedo ao local e pagando R\$ 10,00 aos guardas municipais.

Próximo a uma das áreas de estacionamento (figura4 – área 4) é possível observar um movimentado ponto de táxi que, segundo um dos artistas plásticos entrevistados, seria um ponto clandestino, instalado há pouco tempo, onde todos eram “amigos” do José Augusto.

Atualmente todos os eventos organizados pela Comissão da Feira recebem o apoio do Vereador. Durante a comemoração da festa de 45 anos da Feira Hippie, seu assessor fora convidado ao palco para ser homenageado em seu nome. Na ocasião ele foi o único a receber a mesma homenagem que estava sendo entregue aos artesãos mais antigos.

Porém houve também momentos nos quais o Vereador não possuía o campo político favorável para obtenção de autorizações e favores que necessitasse da Prefeitura, por exemplo, quando ele saiu do partido político do prefeito, o mesmo gerou algumas dificuldades políticas aos expositores para realização da festa de aniversário, que iria ocorrer meses depois. Durante a organização da festa de aniversário, uma das exigências que a Prefeitura fez para dar a liberação do evento foi a presença da Polícia Federal. Segundo os artesãos, isto havia ocorrido porque o José Augusto estava sem partido político e fazia pouco tempo que ele havia deixado o partido do Prefeito para tentar lançar sua própria candidatura. Estas “dificuldades” impostas pela Prefeitura em nada abalou a relação dos expositores com o Vereador, ao contrário só os aproximou, já que estes o viam como perseguido.

3.5 “Chinas” na Comissão

A Comissão da Feira Hippie é composta por expositores, que montam uma chapa e disputam à eleição, estas ocorrem a cada dois anos. Com a chapa atual, foram poucos os contatos estabelecidos durante o trabalho de campo, já que a eleição havia acabado de ocorrer. Foi o convívio com artistas plásticos e artesãos que possibilitou descrever o que é a Comissão e como esta era percebida entre os demais expositores.

Entre os artistas plásticos havia aqueles que afirmavam dizer que havia “China” na Comissão. Este “China” a que eles se referiam, era um dos membros da Comissão que comercializava “bolsas da china”.

Sobre como os “Chinas” chegaram a Comissão, era possível ouvir diferentes relatos. Na percepção dos artistas plásticos, foi a partir de uma barraca de camelô que se instalou ao lado da cabine policial, que levou os “Chinas” a se mobilizarem para concorrerem a eleição. Já que este camelô provocou uma serie de críticas aos “Chinas”, fazendo com que expositores se mobilizassem para retirá-lo, o que foi suficiente para despertar uma mobilização e coesão entre eles.

Fotografia 26: Camelô instalado ao lado da cabine policial



Fonte: Fotografia retirada do *site*: www.feirahippie.com.br. Data de acesso 27/03/2014

A fotografia acima se encontra disponível no *site* da Feira Hippie, apesar de não ser atual e não ter a data informada de quando foi tirada, retrata um conjunto de vendedores ambulantes instalados bem próximos à cabine policial. Sobre um painel estão bonés de marca e camisas do Brasil, preso a cabine está um uniforme de futebol tamanho infantil, em uma das laterais observamos uma carrocinha de alimentos e um vendedor de mapas, na outra lateral, próximo à porta da cabine um dos seguranças que integram a equipe do “Apoio”. O interessante é perceber o contraste entre o “legal”, simbolizado aqui pela polícia, rodeado pelo que os próprios agentes do Estado definem como ilegal.

Para os artesãos o que determinou a vitória da chapa que havia um “China” entre os candidatos, não foi somente o fato de tê-lo, já que isso não era considerado tão relevante para eles, mas sim a boa relação do Vereador José Augusto com a Comissão da época. A Comissão atendia aos pedidos do vereador, que naquele momento trazia consigo mais 50 expositores conhecidos como o “Povo da Liminar”, e ele, por sua vez, atendia as demandas que lhes eram trazidas, como por exemplo, quando a Prefeitura cogitou em mudar a Feira Hippie para Praça Nossa Senhora da Paz, na “organização” do ponto de táxi, no tombamento e no apoio as festas.

O “Povo da Liminar” estava engajado em trabalhar na campanha eleitoral do José Augusto para Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Como já havia uma boa relação estabelecida entre a Comissão e o Vereador, era positivo para ambas as partes uma continuidade na “parceria”. Neste caso a vitória da situação era importante.

Cabe destacar que o “Povo da Liminar”, comercializava em grande parte produtos “Chinas”, mas especificamente as “bolsas da china”. Neste caso, os “Chinas”, não só apoiaram como votaram no chapa indicada pelo Vereador, contribuindo com a vitória de uma chapa onde ele tivesse influência, que por sua vez seria utilizada em favor dos próprios, já que o “acordo” com o Vereador era cumprido quando eles trabalham em sua campanha.

A partir do momento que ocorreu a queda das liminares o “Povo da Liminar” ficou ligado diretamente ao Vereador, qualquer problema com a fiscalização ele deveria ser comunicado imediatamente.

Entre as novas medidas adotadas por esta Comissão eleita, se destacou a contribuição mensal que os expositores passaram a pagar para subsidiar pequenos gastos. A lista de presença passou a ser utilizada para controlar a contribuição paga. Ao lado do nome do expositor vem algumas considerações sobre o pagamento:

- Por que parou?
- Muito bom!
- Não esqueça!
- Continue!

Quando alguém deixasse de contribuir era colocado ao lado do nome “Por que parou?” ou “Não esqueça!”. Já quando contribuía como o esperado era colocado “Muito bom!” ou então, “Continue!”. Como comentou um artesão: “*entregaram a lista de presença na mão dos alunos*”, se referindo a influência dos “Chinas” na Comissão, e a maneira como utilizavam a lista de presença a seu favor.

Se por um lado o decreto de regulamentação das Feirartes deixa claro qual deve ser o papel da Comissão de administração, incluindo a possibilidade de apreensão quando necessário, de trabalhos que contrariem o “espírito e as finalidades culturais objetivadas na Lei, especialmente aquelas suscetíveis de dúvidas quanto à procedência ou técnica de confecção, submetendo-os a julgamento da Comissão de Avaliação da Prefeitura” (Lei nº 1.533 art 9º). Na prática o que os expositores percebem é que estes produtos entram na feira com a concordância da Comissão.

3.6 Acompanhando uma eleição

Em 2013 ocorreu a eleição para Comissão de representantes da Feira. No período pré-eleitoral poucas informações se sabia sobre como seria o processo, a data e quais seriam as chapas. A atual chapa não poderia mais concorrer, pois já estava há dois anos à frente da Comissão.

Na medida em que a eleição se aproximava algumas informações tornavam-se mais claras. Para se candidatar a eleição o candidato não poderia ser um expositor que estivesse

trabalhando com liminar, os impostos deveriam estar em dia com a Prefeitura, a chapa deveria conter dois artesãos e um pintor e por fim, deveria alcançar um número mínimo de votos para eleição ser considerada válida. As chapas têm uma data limite para se inscreverem na Secretária de Fazenda, a eleição e apuração ocorrem no mesmo dia.

Ao longo das diversas eleições dois grupos políticos foram se formando. O atual grupo que está na Comissão é liderado por um artesão, que se destaca na defesa daqueles que comercializam produtos “Chinas”. O outro grupo é liderado por uma artista plástica, que também já integrou a Comissão em anos anteriores. Este grupo por sua vez se opõe a comercialização dos produtos “Chinas” e defende uma feira totalmente artesanal, são vistos pelos demais expositores como a “monarquia da Feira”, em referência aos artistas plásticos que se mantem separados dos demais expositores pelas grades de ferro que circundam a praça.

A figura abaixo é uma charge elaborada por um dos artistas da Feira, onde ele retrata alguns artistas plásticos que pude ter contato durante o trabalho de campo. A charge mostra a disputa política entre artistas plásticos e artesãos, e como estes são vistos (como nobreza) pelos demais expositores.

Figura 27: Charge –A Nobreza da Feira



Este grupo vem perdendo cada vez mais espaço e simpatia entre os expositores. Entre os motivos alegados estão o fato de tentarem “moralizar” a Feira a partir de escândalos e brigas com aqueles que comercializam produtos “Chinas”, o que para maioria dos expositores torna-se mais negativo do que os próprios produtos manufaturados, pois as brigas e tumultos acabam afastando toda clientela, ninguém consegue vender. Por outro lado o próprio grupo vem se percebendo como uma minoria, chegando alguns integrantes serem ameaçados por expositores “Chinas”, o que os desestimulam a montarem uma chapa para concorrer à eleição.

Depois de remarcada por duas vezes, a “eleição” ocorreu no último domingo de outubro. Até esta data ainda não havia sido definida quantas chapas iriam concorrer. O domingo de eleição é um dia atípico entre os expositores, já que muitos expositores antigos, em sua maioria idosa, comparecem para votar. Para surpresa da maioria, que acreditava que iria haver duas chapas polarizadas, somente uma chapa se inscreveu no processo. Desta maneira, como explicou uma expositora, “não foi preciso ter eleição eles venceram por *W.O*”.

A chapa vencedora era apoiada pela Comissão atual o que garantiu a permanência do mesmo grupo na administração da Feira. Para os artistas plásticos, era a chapa dos “Chinas” já que o principal líder do grupo era um artesão que revendia “bolsas da china”. Em 2013 a Feira Hippie completou 45 anos desde sua fundação, a data sempre é comemorada com uma festa organizada pela Comissão. A organização da festa foi a primeira atividade da Comissão recém-eleita, além de comemorar os 45 anos comemorava-se também a vitória de um grupo político.

Num domingo nublado um grande palco foi montado ao centro da Praça, a movimentação da Feira estava centrada neste palco. Ali alguns cantores de rock se apresentavam, sendo a grande atração um famoso cantor de rock nos anos 70, Serguei, que hoje já idoso continua fazendo shows e participando de programas de TV. Ele ficou conhecido por ter se relacionado com cantora Janis Joplin - até hoje é considerado por muitos expositores um ídolo.

Vestindo trajes dos anos 60, muitos expositores compareceram para comemoração. Além de bolo havia um grande tecido estendido na praça para que mensagens fossem escritas. Para organização do evento, a Comissão contou com o apoio do Vereador José Augusto e da empresa

telefônica *TIM*, que marcava presença no local com um grupo de revendedores de *chips* para celular.

Fotografia 28: Posto de venda de *chip* telefônico, tecido para mensagens, homenageados no palco e bolo com marca de operadora telefônica



Marcos Moura. Data 24/11/2013

Durante o momento dos parabéns foram convidados ao palco a filha do João Melo, considerado por muitos o inventor da Feira, alguns dos artesãos mais antigos e representando o Vereador, seu chefe de gabinete.

Fotografia 29: Público presente na festa e o cantor Serguei (em azul)



Marcos Moura. Data 24/11/2013

Em azul, com o microfone na mão está o cantor de rock Serguei, tido com um ídolo do rock nos anos 60. Em 1969, esteve no famoso Festival de Woodstock , e no final deste mesmo ano, conheceu a cantora americana Janis Joplin, com quem segundo os jornais teve relações sendo este um dos motivos pelo qual também é conhecido. Em 1972, de volta ao Brasil, ele foi morar na cidade de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, onde vive até hoje. Serguei representa parte da história do movimento hippie americano que teve reflexos no Brasil, a estratégia de trazê-lo para Feira contribuí para reforçar a identidade daquele espaço e a marca *Feira Hippie*.

Este capítulo apresentou as principais relações estabelecidas artesãos, “Chinas” e artistas plásticos. Porém, trouxe, sobretudo, maiores informações sobre que são os “Chinas” e os principais aspectos das mercadorias comercializadas. Na esfera política, foi apresentada a intensa relação entre um vereador e um grupo de expositores que se mantêm na feira por meio de liminar

judicial, acaba beneficiando ambos. O vereador, nos períodos eleitorais e aos expositores com os possíveis problemas com o poder público

Conclusão

Uma das questões centrais para a Prefeitura do Rio de Janeiro é a tentativa em garantir que nos espaços urbanos públicos reservados aos que eles denominam de Feirartes sejam comercializados somente produtos de natureza artesanal e artística. Na cidade do Rio de Janeiro, atualmente, há três feiras deste tipo: a Feira do Lido, a Feira do Calçadão de Copacabana e a Feira Híppie de Ipanema. A partir da observação realizada em um destes espaços foi possível perceber a entrada dos produtos *made in China*, que integram uma atividade mercantil que não se submete à regulação do Estado, ou pelo menos do que seria permitido por este em uma Feirarte.

O que faz disso um elemento interessante para percebermos como o Estado se relaciona com os diferentes mercados de rua da cidade. Como indicado nesta etnografia a feira é um mercado onde inevitavelmente novas mercadorias ganham espaço com o decorrer do tempo. Como disse um dos artesãos entrevistados “*hoje em dia ninguém mais usa sandálias de pneu*”, faz parte do próprio mercado consumidor à demanda por novos produtos. O que se torna um problema para os agentes públicos, que tem indicado no decreto das Feirartes o que deve ser permitido comercializar nestes espaços.

Com o decorrer dos anos novos produtos chegaram à feira. Entre eles chegaram as mercadorias *made in China*, que por não serem artesanais necessitaram de estratégias especificadas para entrarem e serem comercializados naquele espaço. Observar uma feira que, aos olhos do Estado deveria comercializar somente produtos artesanais, nos permite observar a partir da entrada dos produtos *made in China* como ocorre a abertura para que outros tipos de serviços se instalem ali, como os serviços do “Apoio” e da luz.

Atualmente os produtos “China” se dividem em barracas alugadas e tabuleiros divididos com produtos artesanais. A chegada destes produtos à Feira aponta para um mercado mais amplo de comercialização e fluxo de mercadorias.

A entrada de novas mercadorias faz parte da lógica de funcionamento do mercado, no entanto a maneira como isto é visto por alguns expositores e pelo Estado é que transforma a Feira em um problema na busca por soluções. O que é necessário é o reconhecimento da Feira Hippie de Ipanema como integrante de um mercado, que como todos os outros possibilitam os fluxos de mercadorias. É interessante perceber como estes elementos aparecem em um mercado que está instalado há 45 anos na mesma praça. Tempo este que para alguns artesãos e artistas plásticos é sinônimo de história e legado, que os fazem acreditar que a tradição na produção de um tipo de mercadoria seja suficiente para manter o mercado (Cefai, 2003).

A pesquisa realizada na Feira Hippie possibilitou observar como ocorre a entrada ou o fluxo de mercadorias em um determinado mercado. Neste caso, a mercadoria que ganha espaço nas bancas faz parte do “mercado de cópias”, ou produtos Chinas que se estabelece no Brasil a partir da criminalização por parte do Estado, necessitando assim de “mercadorias políticas” para sua expansão e manutenção.

A maneira como este mercado se estrutura abre espaço para reflexão sobre o que seria um mercado formal e informal e como eles se mesclam, já que não é possível estabelecer uma nítida separação com os mercados ilegais e aqueles regulados pelo Estado. Esta dificuldade em reconhecer estes limites, também está relacionada ao conflito de identidades entre artesãos, artistas plásticos e “Chinas”, haja vista que tais identidades se mesclam para possibilitar a estruturação do mercado de cópias e das novas demandas geradas pelos novos produtos que chegam à Feira.

Os produtos “China”, dependendo por onde transitam e como transitam, assumem ora a face da legalidade/ formalidade, ora da ilegalidade/ informalidade. Se tratando de mercadorias que passam por uma rota transnacional, é que a própria noção de informalidade e ilegal tem a ver com o que cada Estado-nação convencionou normativamente como legal. Boa parte do que é considerado contrabando no Brasil (ilegal), em países como o Paraguai ou a própria China, não o são. (Pinheiro-Machado, 2008). Já o formal ou informal se deve a maior ou menor participação

do expositor em um conjunto de regulamentações estatais (Misse, 2006 e Pires, 2011), que neste caso é o decreto das Feirartes.

Nas bancas da Feira Hippie estamos diante um mercado que mescla: ilegalidade, legalidade, informalidade e formalidade. O expositor estando com todas as taxas comprovadamente pagas, com a licença correta⁴ e com produtos que estejam de acordo com a técnica informada está em um negócio formal e legal, na perspectiva do Estado.

No entanto, quando este passa a comercializar produtos não artesanais, *made in China*, o expositor passa a estar em um negócio ilegal, já que não são produtos artesanais, podendo estar formal ou informal, dependendo como esteja a documentação da barraca. Como descrevi ao longo do texto diversas estratégias são realizadas para que o “negócio” **não** tome ares de ilegal. O importante neste caso é parecer estar legal e formal, haja vista que nenhum expositor que venda produtos “Chinas” assume tal procedência. A qualquer expositor que for perguntado se seu produto é artesanal ele dirá que sim.

Como toda mercadoria, os produtos “Chinas” carregam suas trajetórias, que neste caso é a do “mercado de cópias” que exigem estratégias para entrarem e permanecerem na Feira Hippie, sustentadas muitas delas por meio de *mercadorias políticas*.

No caso específico da Feira Hippie estar com os impostos em dia facilita o “desenrolo” com os fiscais da prefeitura. Os impostos garantem a argumentação sobre o caráter formal do negócio. Enquanto o tipo de mercadoria exposta sobre a banca dirá se tratar de um negócio legal ou ilegal. Que neste caso, as mercadorias *made in China*, que submetem à informalidade, são camufladas entre peças de artesanatos ou são “produzidas” como tal (cópias) para com isto tonar o negócio aparentemente formal e legal.

Ao contrário do que se pode imaginar, mercados informais não constituem uma expressão caótica: eles têm ordem, forma e lógica. Na economia informal existe um sistema estruturado de trabalho, auto regulável, marcado por códigos, lógicas e hierarquias próprias como pode ser observado em outras pesquisas realizadas neste campo (Pinheiro-Machado, 2008; Pires, 2011, Rabossi 2001)

⁴ Licença correta é quando a técnica permitida está de acordo com o produto exposto e o titular encontra-se presente.

No interior do universo da comercialização de produtos *made in China*, existem redes interligadas entre si (Pinheiro-Machado, 2005). Apesar da categoria “contrabando” não ter surgido entre os interlocutores desta pesquisa, a categoria “China” também indica a comercialização de mercadorias de vendas proibidas por lei naquele espaço - o que acaba configurando contrabando e nos remetendo a ideia inicial de redes interligadas, onde olhando para as relações entre os expositores, sobretudo, a solidariedade e a ajuda mútua. É possível perceber os princípios que fazem com que expositores burlem regras e enfrentem dificuldades da rua para obterem alguma remuneração com a venda de suas mercadorias.

Em relação aos grupos observados: a) artesãos, b) artistas plásticos e c) “Chinas”, foi interessante perceber através da etnografia como os “Chinas” “entram” na Feira a partir do trabalho do artesão e como os artistas plásticos resistem a entrada deles naquele espaço, já que suas mercadorias remetem a cópias, o que desqualifica a “marca” Feira Hippie.

É importante considerar as estratégias/prerrogativas dos artistas plásticos, que por meio da assinatura em suas obras garantem a autenticidade das mesmas, o que os colocam em um lugar privilegiado na forma de comprovação da autenticidade da peça, diferente dos artesãos e consequentemente dos “Chinas” que não conseguem comprovar tão facilmente.

Se a assinatura nas obras contribui para manter os artistas plásticos “distantes” do mercado de cópias, ao mesmo tempo gera credibilidade a “marca” Feira Hippie. Dando a possibilidade do mercado executar preços maiores, por não trabalharem com “cópias”. Se no “mundo das cópias” aparecem às expressões: cópias de primeira linha, cópias de segunda linha, cópias de terceira linha e réplicas para sustentar a qualidade da mercadoria e com isso justificar a possível alta do preço, na Feira Hippie isto não existe, pois todos os produtos são “originais” e exclusivos (artesanatos). O mercado se apropria do discurso da exclusividade e originalidade do artesanato para inflacionar as mercadorias.

A Feira Hippie é uma feira que não tem feirantes. Ser chamado desta maneira pode ser encarado pelos expositores como algo pejorativo. O uso da categoria “expositor” é mais uma das estratégias de mercado para dizer que as mercadorias são produzidas de modo artesanal e artístico, assim como a categoria “hippie” que indica que as mercadorias são tradicionais e originais. Foi possível perceber entre os expositores uma preocupação em fortalecer o nome “Feira Hippie”, isto ocorre com a ajuda de *sites*, panfletos, fotografias e alto-falante. Eles

esperam que seja mais importante adquirir um produto “na Feira Hippie”, do que adquirir um artesanato ou produto artístico.

Nos altos falantes que circundam a praça era comum ouvir integrantes da Comissão enfatizando que a feira fez e *faz* parte da história do “movimento hippie”, este era um dos *marketings* utilizados para atrair clientes. Espera-se com esta estratégia de venda tornar as mercadorias da Feira Hippie “diferenciadas” por pertencerem à parte desta história. Para as vendas é interessante dizer que a mercadoria é “da Feira Hippie”, o nome da feira vem sendo transformado em marca. Desta maneira, tudo que é “da Feira Hippie” passa ter um valor culturalmente agregado. Todos se beneficiam da marca, para os “Chinas” significa o aumento das vendas, para os artistas plásticos ajuda a comprovar a autenticidade das obras, já que garante peso histórico a origem da obra e para aos artesãos o ajudam a justificar o estilo e aparência de suas mercadorias, além é claro do preço.

Como duas mercadorias com origem distintas dividem o mesmo espaço sobre a banca? Esta é uma das questões centrais que pode ser respondida a partir desta pesquisa. Compreender como o produto chancelado e o não chancelado pelo Estado, entram naquele espaço, explicita algumas das relações legais e ilegais que são travadas para isto.

Contrastando os dados desta pesquisa com os da pesquisa realizada por Loretta (2010) entre os expositores da Praça XV, podemos inferir que entre os motivos que fazem com que os produtos *made in China* não seja comercializados em qualquer feira, se deve ao fato de que alguns produtos podem exigir a comprovação da autenticidade no momento de sua compra. O que no caso da Feira da Praça XV é respeitado pelos expositores quando apresentam as notas fiscais dos locais de aquisição da peça, possibilidade que não existe no caso da produção artesanal. Ou seja, o *made in China* é um tipo de mercadoria que necessita de mercados específicos para circular, mercados onde a comprovação da originalidade não seja algo fundamental.

Diversos pontos nesta etnografia evidenciaram que a Feira Hippie é um mercado, sobretudo porque é um espaço de interações sociais e trocas de informações e mercadorias, que exigem: sociabilidade, instituição social, construção de identidades, cenografia própria, sons específicos entre outras características.

A mudança no tipo de mercadorias que são comercializadas é inevitável em qualquer tipo de mercado que se assemelhe a feira ou a um bazar (Geertz, 1979). Exigir que não ocorra o fluxo de mercadorias é não estar aberto aos cursos que são inerentes ao mercado.

Assim como Geertz viu no bazar de *Sefrou* para além de um lugar aonde as pessoas vão com a intenção de comprar barato e vender caro, isto é, para além de um comércio exótico de bens e serviços. O olhar pertinente e aguçado do antropólogo possibilita a percepção de que essa troca de bens e serviços – realizada em uma complexa trama de prescrições de condutas.

A atmosfera de caos e o reino de confusão nos quais a Feira Hippie está aparentemente mergulhada não são acidentais. Faz parte de um sistema coerente, composto exatamente por todos aqueles elementos que parecem destoar entre si. Quais são estes elementos? Precisamente os itens que definem uma economia de mercado: divisão de trabalho, uma localização precisa e uma organização do mercado.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

CEFAÏ, Daniel. “Le Souk de Sefrou: Analyse culturelle d’une forme sociale”. In GEERTZ, C. *Le Souk de Sefrou*. Paris, Bouchene. Collection Interieurs du Maghreb, 2003, pp. 7-53.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes. 2002

CUNHA, Neiva. Vieira. ; VALIM, H. S. ; VEIGA, F. B. . O Saara Oriental: imigração, mercado e religião. *Estudos Afro-Asiáticos* (UCAM. Impresso), v. 29, pp. 25-42, 2013.

_____ ; MELLO, Pedro Paulo Thiago de. . Libaneses & Chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, v. 1, p. 155-169, 2006.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

EICHLER, Maria de Nazareth e MENEZES, Palloma Valle. *Feira Hippie de Ipanema: reflexões sobre discursividade e materialidade em um espaço de sociabilidade, turismo e consumo*. Trabalho apresentado no GT “Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades” da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008. Porto Seguro, Bahia, Brasil.

FRADE, Isabela Nascimento. *O barato da arte na praça: o artesanato na feira hippie de Ipanema*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação e Artes, USP, 1994.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n.2, vol.1, out-nov-dez, pp.95-114, 2008

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford et alli. *Meaning and order in Moroccan society: Three essays in cultural analysis*. Cambridge. Cambridge University Press. 1979.

GOLDMAN, Márcio. (2000), *Do ponto de vista não-nativo: sobre a incompreensão antropológica ou os tambores dos mortos e os tambores dos vivos*. Comunicação apresentada no seminário temático “A Antropologia e seus Métodos: o Arquivo, o Campo, os Problemas”, XXV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

GONÇALVES, Santos, BITTAR, Nina Pinheiro, GUIMARÃES, Roberta Sampaio (Organização). *A Alma das Coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Maud X: Faperj, 2013.

HOLANDA, Luciano de. *Pagode em Ipanema*. São Paulo: Scortecci, 2004.

KANT DE LIMA, Roberto. “Carnavais, malandros e heróis: O dilema brasileiro do espaço público”. In: GOMES, LG.; BARBOSA. (orgs) *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis 20 anos depois*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

LORETTI, Priscila. *Do lixo ao luxo: a valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV*. Rio de Janeiro: UFRJ / Dissertação. IFCS, 2010

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: Notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 17, pp 145 - 162 N°49, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, HUCITEC, 1987.

MELLO, Marco Antônio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna (2010). Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin (orgs). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, vol. 2, pp.51-86.

VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3 ed. Relatório do projeto de pesquisa Espaço Social e Lazer, Estudo antropológico e Arquitetônico do Bairro do Catumbi, realizada com o apoio da FINEP. 1985

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Informação, Política de Segurança Pública e Sentimento de (In) Segurança. In: VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

_____. *De Príncipes do Estado a Auditores Genéricos: dilemas e contradições na construção da burocracia fiscal no Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____; MOUZINHO Gláucia Maria Pontes; MELLO, Kátia Sento Sé. Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”. *Comum*, vol. 8, nº 21, julho/dezembro de 2003., p. 39-65.

_____; PAES, Vivian Ferreira; OLIVEIRA, Marcela Beraldo. Antropologia e Políticas Públicas. *Cuadernos de Antropología Social*, v.25, p.51 - 71, 2007.

_____, PAES, Vivian Ferreira, FREIRE, Leticia Luna. A gestão da segurança pública municipal no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.3, p.30 - 54, 2008.

MELLO, Kátia Sento Sé. *Cidade e Conflito: guardas municipais e camelôs*. Niterói, EDUFF, 2011.

MISSE, Michel. O Rio como um Bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In.: MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos e sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2006.

MILLER, Daniel. *Treco, Troços e Coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOTA, Fábio Reis. Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 2, 2009.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará, 1995.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 25, 2º sem, n. 1, 2. sem. Pp 99 - 111 (1995). Niterói. Editora EdUFF, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, R. ; LEITAO, D. . Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. *Revista Mediações (UEL)*, v. 5, p. 231-247, 2010.

_____ ; SCALCO, L. M. . Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v. 53, p. 321-364, 2010

_____ . O universo Made in China. *ComCiência (UNICAMP)*, v. 99, p. 10, 2008.

_____ . China-Paraguai-Brasil: Uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 67, p. 117-133, 2008

_____ . Isso tudo é a família da gente: Relações de parentesco entre camelôs e sacoleiros em contextos locais e translocais. *Revista Antropológicas, Recife*, v. 17, p. 65-94, 2006.

_____. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais da China ao Brasil*. 01. ed. São Paulo: Hucitec, v. 01. 340p . 2011

_____. Pirataria: uma chave para pensar o modelo de desenvolvimento brasileiro e chinês. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). *Desafios da Antropologia Brasileira*. 1ed. Brasília: ABA Publicações, p. 308-345, 2013.

PIRES, Lênin. *Esculhamba, mas não esculacha! : uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011

_____. Formalidade e Informalidade nos processos de administração e controle da venda ambulante em Buenos Aires. *Revista de Ciências Sociais (UGF)*, v. 17, p. 155-179, 2011.

SAHLINS, M. *La Pensée Bourgeoise*. In: *Cultura e razão prática*, Rio de Janeiro, 1979, pp179-218.

SCHNEIDER, David. "What Is Kinship Allabout?" In REINING, P. (ed.): *Kinship Studies in the Morgan Centennial Year*. Washington, D.C.: Anthropological Society of Washington, pp. 88-112, 1972.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma : Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RABOSSI, Fernando. *Doing business at the border: notes on a complex scenario*. Trabalho apresentado no seminário Interdisciplinary Network on Globalization / Summer School – Genealogies of Modernity, Amsterdam, 2001.

ROCHA, Talitha Mirian do Amaral. *“Telefone sem fio” : Uma etnografia do processo de registro dos atendimentos prestados pela Guarda Municipal de Rio Bonito*. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves . Malandragem dá um tempo: o encontro entre rock e samba. In: IV Simpósio de História Cultural, 2008, Goiânia. Anais do IV Simpósio de História Cultural. Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 285-285.

ANEXOS

1. Roteiro de entrevista utilizado com a equipe do “Apoio”

- 1) Fale um pouco sobre sua trajetória pessoal
- 2) Como chegou a Feira?
- 3) O que é o “Apoio”?
- 4) Como é a organização da equipe?
- 5) Quantos são?
- 6) Como é o trabalho desenvolvido?
- 7) Como e quando começou?
- 8) Quais as ocorrências mais comuns na área da Segurança Pública?
- 9) Como é a relação com a PM e com a GM?
- 10) E a relação com a Comissão?
- 11) Como é realizado o planejamento operacional do trabalho da segurança?
- 12) Qual o principal problema da Feira?
- 13) Como soluciona-lo?

DECRETO DE CRIAÇÃO DAS FEIRARTES

LEI nº 1.533 – de 10 de Janeiro de 1990

Regulamenta as Feiras Especiais de Artes – FEIRARTES.

Autor: Vereador Guilherme Haeser

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Esta Lei regulamenta o funcionamento das Feiras Especiais de Artes, conhecidas pela denominação abreviada de FEIRARTES, assim como os direitos e obrigações dos artesãos e artistas plásticos que nelas trabalham.

Art. 2º - As FEIRARTES destinam-se à exposição e venda dos trabalhos de artistas plásticos e artesãos em logradouros públicos, podendo, também, desenvolver outra atividade de caráter cultural relacionadas com teatro, música, dança, exposições comunitárias de instituições privadas ou públicas e campanhas beneficentes.

Art. 3º - Constituem-se objetivos das FEIRARTES:

I – promover e estimular atividades artísticas e artesanais em logradouros públicos.

II – proporcionar aos expositores – artesãos e artistas plásticos – condições de aperfeiçoamento artístico e auto-sustentação;

III – propiciar facilidades de comercialização e divulgação, no País e no Exterior, dos trabalhos dos expositores;

Art.4º - É da competência do Prefeito a autorização para instalação de novas FEIRARTES, as quais serão implantadas pelo centro de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

Parágrafo único - ... vetado

Art. 5º - ... vetado

TÍTULO II

Da Coordenação de Administração das FEIRARTES

Capítulo I

Dos Órgãos de Administração

Art. 6º - As FEIRARTES são vinculadas diretamente ao Centro de Artes Calouste Gulbenkian, no qual será sediada a sua Administração.

Art. 7º - As FEIRARTES serão organizadas, instaladas, dirigidas, e fiscalizadas por uma Coordenação composta por:

I – Divisão de FEIRARTES do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, constituída por:

- a) Diretoria da Divisão de FEIRARTES;
- b) Núcleo Administrativo composto por servidores públicos.

II – Comissões de Administração, formadas por:

- ...vetado

- três representantes e três suplentes eleitos pelos expositores das FEIRARTES para mandato de um ano, com direito a uma reeleição consecutiva e facultada outra reeleição após dois mandatos consecutivos, se respeitado a prazo de um ano entre os mandatos e a reeleição;

III – Comissão de Avaliação, única para todas as FEIRARTES e formada por:

- 3 (três) servidores públicos ou pessoas de comprovado conhecimento artístico e artesanal, indicados pelo Diretor da Divisão de FEIRARTES;

- ...vetado

- 1º - Cada FEIRARTE terá a sua própria Comissão de Administração.

- 2º - Nas FEIRARTES onde houver artes plásticas, um dos representantes será de artes plásticas.

Capítulo II

Das Atribuições da Coordenação

Art. 8º - São atribuições da Divisão de FEIRARTES e de seu Diretor:

I - ... vetado;

II – inscrever candidatos à admissão nas FEIRARTES os quais fornecerão os seguintes dados e documentos:

- nome, data de nascimento, estado civil, filiação, profissão e nacionalidade;
- residência e endereço da oficina ou ateliê;

- carteira de identidade; Cadastro de Identificação de Contribuinte – CIC, Cadastro de Pessoa Física – CPF, inscrição no Imposto sobre Serviços – ISS e imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS;
- modalidade de artes plásticas ou atividade artesanal a que se dedica;
- dois retratos 3x4 recentes;
- visto de permanência no País, salvo o previsto no art. 24;

III – inscrever o substituto eventual, de acordo com o parágrafo único do art.18;

IV – receber a justificativa para afastamento temporário do expositor, de acordo com o art.18;

V – promover a instalação de uma barraca em cada FEIRARTE que se destinará às seguintes finalidades:

- a) fazer o controle de assiduidade, mediante assinatura do expositor em folha presença;
- b) receber documentos dos expositores, tais como requerimentos, solicitações de mudança de técnica, transferência, reclamações, sugestões, etc.
- c) fornecer informações referentes às FEIRARTES;

VI - ...vetado

VII – manter um arquivo fotográfico da prova de cada candidato aprovado na sede do Centro de Artes Calouste Gulbenkian constando a assinatura do candidato e do avaliador na data de sua prova, sendo as assinaturas apostas no verso da fotografia, ficando as despesas do material fotográfico por conta dos candidatos;

VIII – assinar, juntamente com o Diretor do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, todos os atos decorrentes da Coordenação tais como licenças, transferências, cancelamento, etc.;

IX – promover a instalação de uma barraca em cada FEIRARTE, administrada por servidores do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, para expor e comercializar a produção artesanal e plástica feita nas oficinas deste Centro por seus professores.

Art.9º - São atribuições das Comissões de Administração:

I – organizar, instalar, administrar e fiscalizar as FEIRARTES;

II - subsidiar os trabalhos da Comissão de Avaliação;

III – vedar, apreendendo-os quando necessário, a exposição de trabalhos que contrariem o espírito e as finalidades culturais objetivadas nesta Lei, especialmente aquelas suscetíveis de dúvidas quanto à procedência ou técnica de confecção, submetendo-os a julgamento da Comissão de Avaliação;

IV – aplicar as penalidades previstas nesta Lei, cabendo a execução das mesmas aos servidores públicos;

V – decidir sobre os pedidos de transferência;

Art. 10º - São atribuições da Comissão de Avaliação:

I – avaliar a habilitação e a capacidade técnica e artística dos candidatos a expositores das FEIRARTES e dos expositores que desejarem mudança de técnica, no caso de artes plásticas será exigida apenas prova de habilitação técnica, não estando sujeito o candidato à avaliação subjetiva da qualidade;

II – subsidiar os trabalhos da Comissão de Administração;

III – avaliar os trabalhos apreendidos pela Comissão de Administração, emitindo pareceres sobre os mesmos num prazo nunca superior a 15 (quinze) dias;

IV – estabelecer os procedimentos necessários à custódia dos trabalhos enquanto submetidos ao processo de avaliação;

V – sempre que julgar necessário, Comissão de Avaliação realizará inspeção no ateliê, oficina ou local de trabalho do expositor ou candidato, a fim de comprovar a autoria, autenticidade e procedência dos trabalhos ou aferir o modo de sua execução.

Parágrafo único - ... vetado

Art.11 – A Coordenação das FEIRARTES poderá solicitar o apoio da Secretaria Municipal de Fazenda, sempre que necessário ao cumprimento das normas da presente Lei.

Art.12 – Uma vez a cada 30 (trinta) dias, ordinariamente, ou sempre que necessário, extraordinariamente, as Comissões de Administração e de Avaliação, juntamente com o Diretor da Divisão de FEIRARTES e a presença de 1 (um) representante do Sindicato dos Artesãos Autônomas do Município do Rio de Janeiro, reunir-se-ão com as seguintes finalidades:

I – decidir sobre assuntos pendentes que não forem resolvidos no âmbito das FEIRARTES;

II – decidir sobre os incisos III e IV do art. 20;

III – decidir sobre os casos omissos que não forem de interesse coletivo das FEIRARTES e não constarem em seu Regulamento;

IV – decidir os recursos dos expositores nos casos de punições.

Parágrafo único – As reuniões referidas no “caput” deste artigo se instalarão em primeira convocação com metade mais um dos integrantes das Comissões de Administração e em segunda chamada qualquer número; decidirão por maioria de votos e lavrarão ata sucinta dos trabalhos e decisões da reunião.

TÍTULO III

Disposições Gerais

Art. 13 – Ao candidato que pretender comercializar o produto será concedida autorização para uso de área de domínio público, a título precário, em caráter pessoal e intransferível, exceto nos casos previstos no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único – No caso de um dos cônjuges, companheiro (a), pai, mãe, filho (a), irmão (a), neto (a) e avô (ó), vir comprovadamente exercendo a profissão de artesão ou artista plástico, por motivo de morte ou invalidez do titular, a licença poderá ser transferida para outro mediante solicitação deste.

Art. 14 – Cada expositor poderá habilitar-se, no máximo, à inscrição de 2 (duas) espécies de artesanato ou modalidades de artes plásticas, podendo ser uma modalidade de artesanato e a outra de artes plásticas.

Parágrafo único – Fica garantido a todo expositor o direito de mudança de uma técnica ou das duas já permitida por outras mediante requerimento à Divisão de FEIRARTES, devendo obrigatoriamente, o requerente submeter-se a prova de habilitação ou capacidade técnica, sendo essa prova julgada pela Comissão de Avaliação.

Art. 15 – Os trabalhos executados por fins de prova de avaliação e os apreendidos deverão ser retirados pelo candidato ou expositor no prazo

máximo de 30 (trinta) dias, contados da divulgação do resultado da prova ou da apresentação, mediante requerimento.

Parágrafo único – Vencido o prazo para que o candidato ou expositor retire o seu material, serão as obras não retiradas leiloadas dentro de 30 (trinta) dias pelo Centro de Artes Calouste Gulbenkian, que usará os valores arrecadados para melhoria de suas oficinas.

Art.16 – Todo expositor poderá solicitar transferência de uma FEIRARTE para a outra, uma vez por ano, ficando estabelecidas as seguintes exigências:

I – ter no mínimo 1 (um) ano de frequência na FEIRARTE de origem;

II – Assiduidade;

III – comportamento: antecedentes

- 1º -Terá prioridade para transferência o expositor que, conforme o inciso II, tiver o menor número de faltas.

- 2º - Para efeito do disposto no inciso III, consideram-se como comportamento e antecedentes as aplicações do disposto no art.20 ao expositor, obedecendo à ordem em que estão colocadas na Lei.

Art.17 – A exposição dos trabalhos será feita de acordo com modelos aprovados pela Coordenação.

I – em barracas de no máximo 2,00 x 3,00m;

II –em painéis de no máximo 1,25 x 3,00m;

- 1º - Somente aos expositores de móveis e comidas típicas será permitido o uso de barracas de 4,00 x 4,00m.

- 2º - Com o objetivo de melhorar o aspecto visual das FEIRARTES, os toldos serão padronizados quanto à cor, de acordo com a escolha da maioria dos expositores de cada FEIRARTE.

- 3º - Não serão concedidas novas licenças para instalação de barracas de comidas típicas.

Art.18 – Na ausência do expositor autorizado, não poderão, na sua vaga, ser instaladas barracas ou painéis para exposição de terceiros, ainda que expositores inscritos.

Parágrafo único – A todo expositor será permitido inscrever no Centro de Artes Calouste Gulbenkian um substituto que terá a função de auxiliá-lo e tomar conta da barraca ou painel, caso este precise ausentar-se por motivo justificável à Coordenação.

Art.19 – O expositor que desejar afastar-se temporariamente deverá encaminhar à Coordenação pedido justificado juntando documentos comprobatórios para o afastamento solicitado.

Parágrafo único – Será permitido ao substituto ocupar o lugar do titular, por motivo justificável, pelo prazo máximo de 4 (quatro) semanas consecutivas ou alternadas por ano.

TÍTULO IV

Das Penalidades

Capítulo I

Da Aplicação

Art.20 – O expositor poderá ter a sua autorização cancelada:

I – se expuser ou vender produto industrializados ou trabalhos diversos daqueles em que foi habilitado ou inscrito;

II – caso se comporte de modo desrespeitoso, indecoroso ou inconveniente em relação aos membros das Comissões, aos Diretores do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, aos freqüentadores ou a outros expositores;

III – se deixar de comparecer, sem justificativa, a 8 (oito) dias consecutivos de exposição ou a 15 (quinze) dias intercalados por ano, obedecendo ao funcionamento determinado para sua FEIRARTE;

IV – em outros casos previstos nesta Lei.

Art.21 – A inobservância das normas da presente Lei importará nas seguintes penalidades, que serão comunicadas por escrito ao infrator:

I – advertência;

II – suspensão das atividades do expositor no dia da infração;

III – suspensão das atividades do expositor durante o período de 30 (trinta) dias;

IV – cancelamento da autorização para expor.

- 1º - As sanções previstas nos incisos I e II deste artigo serão aplicadas pelas Comissões de Administração.

- 2º -As sanções previstas nos incisos III e IV deste artigo serão aplicadas de acordo com o inciso II do artigo 21

CAPÍTULO II

Do Recurso

Art.22 – Todo expositor terá garantido o direito de recorrer à Coordenação no caso de ser atingido por alguma sanção prevista nesta Lei.

Parágrafo único – A Coordenação se reunirá em caráter extraordinário para julgar os recursos de acordo com o inciso IV do artigo 21.

Art.23 – O prazo prescricional para se interpor recursos é de 15 (quinze) dias, a contar da data da aplicação da penalidade.

TÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art.24 – Em cada FEIRARTE serão reservados espaços de intercâmbio cultural e regional para artistas ou entidades nacionais ou estrangeiras, convidados pela Coordenação, como também para as atividades culturais previstas no artigo 3º.

Art. 25 – Os casos omissos nesta Lei serão decididos:

I – de acordo com o inciso I do art.12, para as questões que não sejam de âmbito geral das FEIRARTES.

II –em conjunto com os expositores, em assembléia devidamente convocada para este fim, para as questões de âmbito geral das FEIRARTES.

Parágrafo único – As reuniões e assembléias previstas neste artigo observarão o disposto no parágrafo único do art.12.

Art.26 – Ficam as FEIRARTES vinculadas exclusivamente aos bairros a quem pertence.

- 1º - Será transferida para logradouro público do seu respectivo bairro a FEIRARTE cuja realização, em área para ela delimitada, se tornar provisoriamente inviável.

- 2º - Cessado o fato que obrigou a mudança da localização referida no parágrafo anterior, a FEIRARTE retomará de imediato o seu local de origem.

Art.27 – A Prefeitura promoverá a produção e implantação de sinalização visual nas FEIRARTES, da qual constará obrigatoriamente menção à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ao Centro de Artes Calouste Gulbenkian, além da identificação da FEIRARTE respectiva.

Parágrafo único – Poderá ser atribuído, em licitação, o direito de inserção de mensagens publicitárias na sinalização referida no “caput” se o patrocinador responder pelas despesas de sua instalação e manutenção.

Art. 28 – A Prefeitura estimulará a aposição, quando cabível, nos produtos vendidos, de selo ou etiqueta, de promoção da Cidade e da FEIRARTE respectiva, com sua identificação e localização.

Art. 29 – Dentro de 120 (cento e vinte) dias a Coordenação das FEIRARTES fará realizar uma assembléia geral onde será aprovado um regulamento interno do funcionamento das FEIRARTES.

Art.30 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,10 de Janeiro de 1990.

MARCELLO ALENCAR